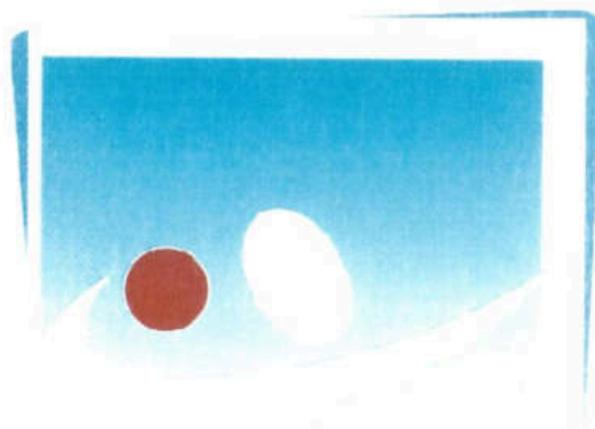


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2017

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E.P.E.



ULS
GUARDA

Aprovado

Conselho de Administração U.L.S. Guarda, E.P.E. PRESENTE À REUNIÃO DE <u>24.7.2018</u>
Dr.º Isabel Coelho Presidente
Dr.º Sandra Gil Vogal Executivo
Engº José Monteiro Vogal Executivo
Dr.º Tatima Gobral Diretora Clínica CSH
Dr.º Tatima Lima Diretora Clínica CSP
Enf. Nélia Faria Enfermeira Diretora
ATA N.º _____ / _____

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2017

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DA GUARDA, E.P.E.



A handwritten signature in blue ink, likely belonging to Dr. Maria de Seijas, the author of the document. The signature is fluid and cursive, with 'Dr.' at the top, followed by 'Maria' and 'de Seijas' below it.

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS	13
SUMÁRIO EXECUTIVO	15
PARTE I.....	17
1. IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	19
1.1 Enquadramento Legal	19
1.2 Constituição	19
1.3 Missão	20
1.4 Visão 20	20
1.5 Valores	21
1.6 Dados Demográficos Gerais	21
1.6.1 População por local de residência, estrutura etária e sexo.....	22
1.6.2 Saldo Natural.....	24
1.6.3 Natalidade x Mortalidade.....	24
1.6.4 Índice de dependência de idosos.....	25
PARTE II.....	27
2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	28
2 Cumprimento das Orientações Legais.....	28
2.1 Objetivos de Gestão	28
2.1.1 Objetivos definidos pelo acionista	28
2.1.1.1 Cuidados de saúde primários	29
2.1.1.2 Cuidados de Saúde Hospitalares	30
2.1.1.3 Desempenho Económico-Financeiro.....	32
2.1.2 Execução do Plano de Atividades e Orçamento 2017	32
2.1.2.1 Atividades Previstas	32
2.1.2.2 Princípios Financeiros de Referência.....	33
2.1.2.3 Investimento	34
2.1.2.4 Gastos e Mapa de Pessoal.....	35
2.1.3 Grau de Execução do orçamento carregado no SIGO/OE	36
2.2 Gestão de Risco Financeiro	37
2.3 Limite de crescimento do endividamento	37
2.4 Prazo Médio de Pagamento	37
2.5 Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista	38
2.6 Remunerações.....	38
2.6.1 Órgãos Sociais	38
2.6.1.1 Conselho de Administração.....	38
2.6.1.2 ROC/Fiscal Único	43

2.6.2 Restantes Trabalhadores.....	44
2.7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP.....	44
2.8 Despesas não documentadas.....	46
2.9 Promoção da igualdade Salarial entre Mulheres e Homens	46
2.10 Prevenção da Corrupção	46
2.11 Contratação Pública	47
2.11.1 Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2017	47
2.11.2 Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços.....	47
2.11.3 Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€	48
2.12 Sistema Nacional de Compras Públicas.....	48
2.13 Medidas de Redução de Gastos Operacionais	48
2.14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado - UTE	49
2.15 Auditorias Tribunal de Contas	49
2.16 Informação a contar no site S.E.E.....	52
2.17 Cumprimento das Obrigações Legais.....	52
2.18 Informação a reportar em conformidade com o Apêndice 2 do Ofício Circular 1365, de 06/03/2018, da DGTF.....	54
PARTE III	57
3. ATIVIDADE GLOBAL POR NÍVEL DE CUIDADOS.....	58
3.1 Cuidados de Saúde Primários.....	58
3.1.1 Unidade de Saúde Familiar – USF.....	60
3.1.2 Unidade Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP	60
3.1.3 Unidade de Cuidados na Comunidade - UCC	64
3.1.4 Unidade de Saúde Pública - USP	65
3.1.4.1 Programa Nacional de Vacinação - PNV	66
3.1.4.2 Saúde Oral.....	67
3.1.4.3 Saúde Escolar	68
3.1.4.4 Laboratório de Saúde Pública	70
3.1.4.5 Autoridade de Saúde.....	71
3.2 Cuidados de Saúde Hospitalares	73
3.2.1 Internamento	74
3.2.1.1 Lotação e Taxa de Ocupação do Internamento.....	74
3.2.1.2 Doentes saídos	75
3.2.1.3 Demora Média	76
3.2.2 Consultas Externas	77
3.2.3 Urgências.....	80
3.2.4 Hospital de Dia	81
3.2.5 Atividade Cirúrgica	82
3.2.6 Partos	85
3.2.7 Serviço Domiciliário.....	86

3.2.8 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	86
3.3 Cuidados Continuados e Paliativos.....	87
PARTE IV.....	89
4. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO.....	90
4.1 Análise Global.....	90
4.2 Análise Económica.....	91
4.3 Análise Financeira	94
4.4 Execução Orçamental.....	95
4.5 Investimentos.....	96
PARTE V	99
5. RECURSOS HUMANOS.....	100
5.1 Grupos Profissionais	100
5.2 Evolução dos Recursos Humanos.....	101
5.3 Relação Jurídica de Emprego.....	102
5.4 Enquadramento por Género	103
5.5 Qualificação Profissional	104
5.6 Estrutura Etária	104
5.7 Estrutura habilitacional	105
5.8 Estrutura de Antiguidade	106
5.9 Trabalhadores com necessidades Especiais	107
PARTE VI.....	109
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	110
6.1 Proposta de Aplicação de Resultados	110
PARTE VII.....	111
7. DEMONSTRAÇÕES ECONÓMICO FINANCEIRAS.....	112
7.1 Balanço - Ativo	112
7.2 Balanço - Passivo	113
7.3 Demonstração de resultados por natureza – Custos e Perdas.....	114
7.4 Demonstração de resultados por natureza – Proveitos e Ganhos	115
7.5 Demonstração de resultados por funções	116
7.6 Demonstração de fluxos de caixa.....	117
7.7 Fluxos financeiros.....	118
7.8 Execução orçamental - Custos.....	120
7.9 Execução orçamental - Proveitos	121

PARTE VIII.....	122
8. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	123
Nota introdutória:	123
Nota 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras	124
Nota 2 – Comparabilidade com o exercício anterior	124
Nota 3 – Critérios de valorimetria utilizados e métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor.....	125
Nota 7 – Número de efetivos de Pessoal.....	126
Nota 9 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento	126
Nota 10 – Ativo Imobilizado	127
Amortizações.....	127
Nota 13 - Bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos	128
Nota 14 – Imobilizações Corpóreas e em curso.....	128
Nota 23 – Dívidas de cobrança duvidosa	128
Nota 25 – Dívidas ativas e passivas ao pessoal.....	128
Nota 34 – Provisões Acumuladas	129
Nota 35 – Movimentos registados no Fundo Patrimonial	129
Nota 41 – Demonstração dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	130
Nota 44 – Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviços	130
Nota 45 – Demonstração dos resultados financeiros	131
Nota 46 – Demonstração dos resultados extraordinários	131
Nota 48 – Outras informações consideradas relevantes	131

Índice de Quadros

Quadro 1 - Unidades de prestação de cuidados por níveis e concelhos.....	20
Quadro 2 - População da área de influência da ULSG	21
Quadro 3 - População por local de residência e grupo etário.....	22
Quadro 4 - Crescimento da população > 65 anos entre 2011 e 2016	23
Quadro 5 - População por local de residência e sexo.....	23
Quadro 6 - Saldo Natural	24
Quadro 7 - Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade por Concelho	25
Quadro 8 - Índice de Dependência de Idosos por Concelho	26
Quadro 9 - Objetivos CSP	30
Quadro 10 - Objetivos Cuidados Hospitalares	31
Quadro 11 - Objetivos Económico-Financeiros	32
Quadro 12 - Execução Metas da Atividades Previstas no PAO 2017	33
Quadro 13 - Princípios Financeiros PAO 2017	33
Quadro 14 - Execução Investimentos Previstos no PAO 2017	34
Quadro 15 - Execução Custos com Pessoal Previstos no PAO 2017	35
Quadro 16 - Mapa de Pessoal 2017	36
Quadro 17 - Execução orçamento de despesa 2017 carregado no SIGO.....	36
Quadro 18 - Execução orçamento de receita 2017 carregado no SIGO	36
Quadro 19 - Gestão do risco financeiro	37
Quadro 20 - Passivo remunerado	37
Quadro 21 - Prazo médio de pagamento	37
Quadro 22 - Dívidas Vencidas	37
Quadro 23 - Mandato CA (1)	38
Quadro 24 - Mandato CA (2)	39
Quadro 25 - Acumulações Funções CA (1).....	39
Quadro 26 - Acumulações Funções CA (2).....	39
Quadro 27 - Estatuto do Gestor Público CA (1).....	40
Quadro 28 - Estatuto do Gestor Público CA (2).....	40
Quadro 29 - Remuneração Anual CA (1)	41
Quadro 30 - Remuneração Anual CA (2)	41
Quadro 31 - Benefícios Sociais CA (1).....	41
Quadro 32 - Benefícios Sociais CA (2).....	42
Quadro 33 - Encargos com Viaturas CA (1)	42
Quadro 34 - Encargos com Viaturas CA (2)	42
Quadro 35 - Deslocações em Serviço CA (1).....	43
Quadro 36 - Deslocações em Serviço CA (2).....	43
Quadro 37 - Mandato ROC/Fiscal Único	44
Quadro 38 - Remunerações ROC/Fiscal Único.....	44
Quadro 39 - Gastos com Comunicações CA (1)	45
Quadro 40 - Gastos com Comunicações CA (2)	45
Quadro 41 - Gastos com Viaturas CA (1)	45
Quadro 42 - Gastos com Viaturas CA (2)	45
Quadro 43 - PRC	48
Quadro 44 - UTE	49
Quadro 45 - Site SEE.....	52
Quadro 46 - Cumprimento das Obrigações Legais	53

The page contains four handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the responsible officials for the financial statements. The signatures are located on the right side of the page, overlapping the table of contents.

Quadro 47 - Faturação CP	55
Quadro 48 - Faturação Líquida SNS	55
Quadro 49 - Investimentos 2017	56
Quadro 50 - Centros de Saúde do ACES Guarda.....	58
Quadro 51 - Unidades Funcionais do ACES Guarda	59
Quadro 52 - Taxa de cobertura de médico de família	59
Quadro 53 - Consultas Ambulatório e Domicílios - ACES Guarda	61
Quadro 54 - Consultas (Primeiras e Subsequentes) - ACES Guarda.....	62
Quadro 55 - Indicadores Gerais - ACES Guarda.....	62
Quadro 56 - Consultas Ambulatório, Domicílios e Urgentes - ACES Guarda.....	63
Quadro 57 - Domicílios médicos - ACES Guarda.....	64
Quadro 58 - Produção UCC	65
Quadro 59 - PNV Recomendado	66
Quadro 60 - PNV Cumprido	67
Quadro 61 - Cheques Dentista - anos 2016 e 2017	68
Quadro 62 - Crianças/alunos em PNSE	69
Quadro 63 - Educadores/Professores em PNSE.....	69
Quadro 64 - Alunos x Projetos de promoção e educação para a saúde	69
Quadro 65 - Laboratório Saúde Pública.....	71
Quadro 66 - Atividades Autoridade de Saúde	72
Quadro 67 - Atividade Assistencial dos Cuidados de Saúde Secundários 2017-2016	73
Quadro 68 - Lotação e taxa de ocupação 2017-2016	74
Quadro 69 - Doentes Saídos 2017-2016	75
Quadro 70 - Demora Média ULSG 2017-2016	76
Quadro 71 - Consultas Externas 2017-2016.....	77
Quadro 72 - Lista de Espera Consulta Externa 2017-2016	78
Quadro 73 - Consultas Externas por Especialidade 2017-2016.....	79
Quadro 74 - Urgências 2017-2016.....	80
Quadro 75 - Urgências sem internamento 2017-2016.....	80
Quadro 76 - Triagem 2017-2016	81
Quadro 77 - Hospital de Dia 2017-2016	81
Quadro 78 - Atividade Cirúrgica 2017-2016	82
Quadro 79 - Cirurgias Eletivas 2017-2016	82
Quadro 80 - Cirurgias de Ambulatório 2017-2016.....	83
Quadro 81 - Taxa de Ambulatorização 2017-2016.....	83
Quadro 82 - Cirurgias Convencionais Programadas 2017-2016	84
Quadro 83 - Cirurgias Convencionais Urgentes 2017-2016	84
Quadro 84 - Lista de Inscritos para Cirurgia 2017-2016	85
Quadro 85 - Número de Partos 2017-2016	85
Quadro 86 - Número de Nascimentos 2017-2016.....	86
Quadro 87 - Serviço Domiciliário 2017-2016	86
Quadro 88 - MCDT's Realizados na ULSG 2017-2016	87
Quadro 89 - Cuidados Convalescença 2017-2016	88
Quadro 90 - Demonstração de Resultados Analítica	90
Quadro 91 - Análise dos Proveitos	90
Quadro 92 - Análise dos Custos	91
Quadro 93 - Proveitos Operacionais	91
Quadro 94 - Custos Operacionais.....	92

Quadro 95 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	92
Quadro 96 - Produtos Farmacêuticos	92
Quadro 97 - Fornecimento e Serviços Externos	93
Quadro 98 - Fornecimento e Serviços.....	93
Quadro 99 - Subcontratos	93
Quadro 100 - Custos com Pessoal	94
Quadro 101 - Balanço Analítico.....	95
Quadro 102 - Execução Orçamental.....	95
Quadro 103 - Investimentos dos Exercício	96
Quadro 104 - Investimentos - Execução	97
Quadro 105 - RH Grupos Profissionais 2017-2016.....	100
Quadro 106 - Evolução dos RH 2017-2013	101
Quadro 107 - Efetivos por tipo de contrato 2017-2016	102
Quadro 108 - Grupos profissionais por tipo de contrato 2017-2016	103
Quadro 109 - Efetivo por género 2017-2016	103
Quadro 110 - Grupo profissional por unidade funcional 2017-2016	104
Quadro 111 - Estrutura etária 2017-2016	105
Quadro 112 - RH por habilitações 2017-2016.....	106
Quadro 113 - RH por antiguidade 2017-2016	106
Quadro 114 - RH com deficiência por género 2017-2016.....	107
Quadro 115 - Balanço - Ativo	112
Quadro 116 - Balanço - Passivo	113
Quadro 117 - Custos e Perdas.....	114
Quadro 118 - Proveitos e Ganhos.....	115
Quadro 119 - Demonstração de Resultados por Funções	116
Quadro 120 - Demonstração de Fluxos de Caixa	117
Quadro 121 - Fluxos Financeiros – Receita	118
Quadro 122 - Fluxos Financeiros – Despesa	119
Quadro 123 - Execução Orçamental - Custos	120
Quadro 124 - Execução Orçamental - Proveitos	121
Quadro 125 - Aumentos de capital.....	124
Quadro 126 - Número de efetivos de Pessoal	126
Quadro 127 - Ativo Imobilizado	127
Quadro 128 - Amortizações	127
Quadro 129 - Bens em regime de locação financeira.....	128
Quadro 130 - Provisões acumuladas	129
Quadro 131 - Movimentos Fundo Patrimonial	129
Quadro 132 - CMVMC	130
Quadro 133 - Vendas	130
Quadro 134 - Demonstração de Resultados Financeiros	131
Quadro 135 - Demonstração de Resultados Extraordinários	131



Considerações prévias

A Unidade Local de Saúde da Guarda (ULSG), pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, foi criada em 01/10/2008, através do Decreto-Lei nº 183/2008, de 4 de Setembro, integrando dois hospitais (Guarda e Seia) e 12 Centros de Saúde da ex-Subregião de Saúde da Guarda (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso), aos quais se veio juntar posteriormente o Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa.

Atualmente, assegura a prestação de cuidados de saúde primários, hospitalares, paliativos e de convalescença a cerca de 143.500 habitantes, distribuídos pelos 13 concelhos do distrito à Guarda (exceção feita ao concelho de Aguiar da Beira), constituindo a única instituição pública de saúde em todo o distrito. A ULSG garante ainda a atividade de serviços operativos de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica por ela abrangida, bem como atividade de investigação, formação e ensino pré e pós graduado.

O atual Conselho de Administração foi nomeado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2017, de 9 de maio de 2017, com efeitos a partir do dia 1 de maio de 2017.

Ao longo deste relatório serão abordados o cumprimento das orientações legais, a atividade global por nível de cuidados, o desempenho económico-financeiro, os recursos humanos, a proposta de aplicação dos resultados de 2017, as demonstrações financeiras e o anexo ao balanço e à demonstração de resultados.



Sumário executivo

A Unidade Local de Saúde da Guarda (ULSG) presta cuidados de saúde primários, hospitalares, paliativos e de convalescência a uma população envelhecida que tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos, situando-se pouco acima de 140.000 residentes em 2017.

O modelo de financiamento da ULS é prospetivo de base capitacional, sustentado por contratos programa trienais, revistos anualmente. À data de conclusão deste relatório a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) ainda não tinha disponibilizado o índice de desempenho global (IDG) dos objetivos de acesso, desempenho assistencial e eficiência económico-financeira, associados ao contrato programa 2017. Entretanto, na Parte II deste relatório podemos observar que a grande maioria dos indicadores apresentaram graus de cumprimento superior a 90%. Ainda não são conhecidos os resultados dos indicadores associados à codificação dos Grupos de Diagnóstico Homogéneos (GDH).

Ao longo do exercício de 2017 a ULSG cumpriu a generalidade das suas obrigações legais, tais como os objetivos de gestão, execução do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), remunerações dos órgãos sociais e restante pessoal, Estatuto do Gestor Público, princípio da transparência financeira, promoção da igualdade salarial entre os gêneros, prevenção da corrupção, contratação pública e princípio da unidade de tesouraria do Estado.

A taxa de cobertura de médico de família na ULSG foi de 97,5% no ano 2017.

Verificou-se uma redução de 2,9% nas consultas dos Cuidados de Saúde Primários (CSP), causada essencialmente pelo gozo de descansos compensatórios e folgas dos médicos decorrente da disponibilização de consultas urgentes, em serviço de atendimento permanente (SAP), durante 24 horas, em alguns centros de saúde.

No ano 2017, foi criado um Hospital de Dia Polivalente, tendo em vista incentivar a transferência de cuidados do internamento para o ambulatório, possibilitando a prestação de cuidados especializados sem internamento, tais como a realização de técnicas de diagnóstico e/ou terapêutica invasivas e/ou recobro das mesmas, bem como o seguimento, em regime de ambulatório, de doentes com condições crónicas, obstando eventuais agudizações.

O ano em análise foi ainda marcado pelo início da atividade da Equipa Intra Hospitalar de Cuidados Paliativos, da Consulta de Paliativos e do Serviço Domiciliário, assegurado pela Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP), em rede com as UCC/ ECCI dos Cuidados de Saúde Primários e a Unidade de Cuidados Paliativos (UCP), possibilitando a sinalização extra-hospitalar dos doentes carecidos desses cuidados e o respetivo tratamento sem recurso ao Serviço de Urgência e ao internamento em camas de agudos.

No que diz respeito à situação económico-financeira observou-se uma melhoria substancial no EBITDA realizado face à meta negociada em sede de contrato programa.

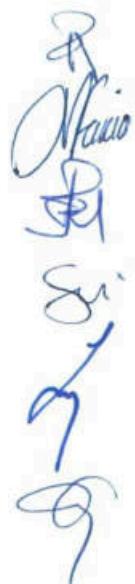


Parte I

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Na primeira parte do Relatório e Contas 2017 será feita uma breve caracterização da ULSG no que diz respeito ao enquadramento legal e unidades funcionais que a constituem, bem como a identificação da sua missão, visão e valores.

Serão ainda abordados alguns dados demográficos gerais, tais como população residente, estrutura etária, distribuição por sexos, taxas de natalidade e mortalidade e ainda o índice de dependência de idosos.



Identificação e caracterização da entidade

1.1 Enquadramento Legal

A Unidade Local de Saúde da Guarda (ULSG), pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, foi criada em 01/10/2008, através do Decreto-Lei nº 183/2008, de 4 de Setembro, sob a forma de Entidade Pública Empresarial, possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, e respetivas alterações.

Enquanto unidade que integra o Serviço Nacional de Saúde (SNS), os princípios e regras aplicáveis à ULSG, bem como os seus Estatutos, estão patentes no Decreto-Lei nº 18/2017, de 10 de fevereiro.

1.2 Constituição

A ULSG integra vários níveis de cuidados de saúde: primários, hospitalares, continuados e paliativos.

Os Cuidados de Saúde Primários (CSP) da ULSG estão distribuídos por 13 concelhos do Distrito da Guarda e integram quatro tipos de unidades funcionais:

- Unidade de saúde familiar (USF);
- Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP);
- Unidade de cuidados na comunidade (UCC);
- Unidade de saúde pública (USP).

Os Cuidados de Saúde Secundários são disponibilizados em dois hospitais:

- Hospital de Sousa Martins (HSM), localizado na cidade da Guarda;
- Hospital Nossa Senhora da Assunção (HNSA), localizado na cidade de Seia.

Os Cuidados Paliativos são prestados pelas seguintes unidades/ equipas:

- Unidade de Cuidados Paliativos (UCP) no Hospital Nossa Senhora da Assunção (HNSA). Ressalva-se que a partir do dia 1 de Abril de 2017, a UCP saiu da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e passou a integrar a carteira de serviço de internamento da ULSG;
- Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP);
- Equipa Intra Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos (EIHSCP).

Os Cuidados Continuados são assegurados pelas seguintes unidades/ equipas:

- Unidade de Convalescença (UC) no Hospital Nossa Senhora da Assunção;
- Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI).

Quadro 1 – Unidades de prestação de cuidados por níveis e concelhos

Concelho / Centro de Saúde	Cuidados de Saúde Primários				Cuid.Hospitalares	Cuidados Paliativos			Cuid. Continuados	
	UCSP	USF	UCC	USP		EIHSCP	ECSCP	UCP	UC	ECCI
Almeida	1									1
Celorico da Beira	1									1
Figueira Castelo Rodrigo	1									1
Fornos de Algodres	1									1
Gouveia	1		1							1
Guarda	1	1		1	1	1	1			1
Manteigas	1									1
Meda	1									1
Pinhel	1									1
Sabugal	1									1
Seia	1		1		1			1	1	1
Trancoso	1									1
Vila Nova de Foz Côa	1									1
TOTAL	13	1	2	1	2	1	1	1	1	13

1.3 Missão

A ULSG tem como missão a prestação integrada de cuidados de saúde primários, hospitalares, paliativos e de convalescença à população da sua área de influência, com mobilização ativa da comunidade envolvente, tendo em vista o incremento dos níveis de saúde e bem-estar.

A ULSG assegura ainda as atividades de serviços operativos de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica por ela abrangida, bem como atividades de investigação, formação e ensino.

1.4 Visão

A ULSG pretende ser reconhecida por utentes, colaboradores e demais entidades como uma organização que assegura uma resposta de elevada qualidade às necessidades de saúde dos seus utentes ao longo do ciclo vital, pautando-se por rigorosos princípios de eficiência e responsabilidade na vertente económica, financeira, social e ambiental.

1.5 Valores

A ULSG rege-se pelos seguintes valores no desenvolvimento da sua atividade:

Humanismo - Ter uma orientação clara para o utente e para o seu bem-estar, respondendo às suas necessidades de acordo com as melhores práticas disponíveis e no respeito incondicional pela sua dignidade intrínseca.

Equidade – Promover a igualdade no acesso aos cuidados de saúde, em função do nível de prioridade clínica e a isenção no tratamento de todos os colaboradores.

Cooperação - Cultivar a multidisciplinaridade e a cooperação no relacionamento interpessoal e na prossecução dos objetivos da instituição.

Ética e Deontologia Profissional - Pautar a prática clínica e a tomada das decisões individuais e institucionais pelos mais elevados padrões de conduta.

Rigor - Atuar com competência e determinação, tomando decisões com conhecimento e coerência, de forma a assegurar o melhor nível de serviço

Inovação - Atuar com capacidade de iniciativa e criatividade, concretizando novas soluções de forma a assegurar a melhoria contínua dos resultados e níveis de serviço.

1.6 Dados Demográficos Gerais

A ULSG presta cuidados de saúde a uma população de cerca de 143.589 habitantes, de acordo com a última atualização do INE, que data de 15 de junho de 2017 e que teve o ano de 2016 como período de referência dos dados. É importante referir que nos últimos 5 anos houve uma redução de aproximadamente 10.000 habitantes, o que representou uma diminuição de 6,6% no total da população residente na área de influência da ULG.

Quadro 2 – População da área de influência da ULSG

População	2016	2011	Δ% 2016/2011
Almeida	6.203	7.066	-12,21%
Celorico da Beira	7.167	7.608	-5,80%
Figueira Castelo Rodrigo	5.845	6.224	-6,09%
Fornos de Algodres	4.720	4.965	-4,93%
Gouveia	12.923	13.892	-6,98%
Guarda	39.858	42.126	-5,38%
Manteigas	3.139	3.400	-7,68%
Meda	4.740	5.118	-7,39%
Pinhel	8.843	9.503	-6,95%
Sabugal	11.242	12.351	-8,98%
Seia	23.027	24.466	-5,88%
Trancoso	9.209	9.815	-6,17%
Vila Nova de Foz Côa	6.673	7.218	-7,55%
Total	143.589	153.752	-6,61%

Dados INE 2017

1.6.1 População por local de residência, estrutura etária e sexo

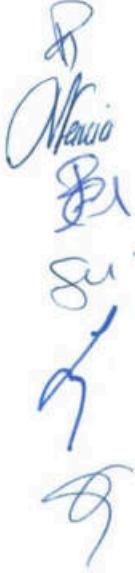
A população da área de influência da ULSG está assim dividida pelos escalões etários que representam crianças, jovens/adultos e idosos:

- Crianças (dos 0 aos 14 anos) - 10,07%
- Jovens e adultos (15 aos 64 anos) - 60,87%
- Idosos - (≥ 65 anos) - 29,06%

Quadro 3 – População por local de residência e grupo etário

	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos	TOTAL
Portugal	1.460.832	1.105.495	5.634.179	2.140.824	10.341.330
Continente	1.382.547	1.039.684	5.349.255	2.067.654	9.839.140
Centro	286.949	234.345	1.209.056	526.014	2.256.364
ULS Guarda	14.461	13.515	73.885	41.728	143.589
Almeida	383	535	3.039	2.246	6.203
Celorico da Beira	776	699	3.559	2.133	7.167
Figueira Castelo Rodrigo	649	508	2.841	1.847	5.845
Fornos de Algodres	460	509	2.453	1.298	4.720
Gouveia	1.160	1.213	6.263	4.287	12.923
Guarda	4.883	4.065	22.073	8.837	39.858
Manteigas	262	304	1.681	892	3.139
Meda	430	382	2.243	1.685	4.740
Pinhel	823	795	4.282	2.943	8.843
Sabugal	839	855	5.240	4.308	11.242
Seia	2.343	2.081	12.280	6.323	23.027
Trancoso	835	931	4.628	2.815	9.209
Vila Nova de Foz Côa	618	638	3.303	2.114	6.673
Total	14.461	13.515	73.885	41.728	143.589

Dados: INE 2017


 É importante referir que os maiores de 65 anos, além de representarem cerca de 30% do total da população da área de influência da ULSG, apresentaram um crescimento de 4,33% entre os anos 2016 e 2011.

Nos concelhos de Manteigas e Seia verificaram-se crescimentos de 10,04% e 9,27% no peso da população ≥ 65 anos, relativamente ao total da população da área de influência da ULSG.

Quadro 4 – Crescimento da população > 65 anos entre 2011 e 2016

Período de referência dos dados	Local de Residência	% >65 anos / Total População		
		H	M	Total
1% 2016/2011	Aimeida	5,46%	2,82%	4,00%
	Celorico da Beira	0,75%	5,25%	3,53%
	Figueira Castelo Rodrigo	3,67%	-1,16%	0,76%
	Fornos de Algodres	-4,99%	-4,85%	-4,72%
	Gouveia	7,49%	4,28%	5,67%
	Guarda	7,69%	7,96%	7,93%
	Manteigas	12,26%	8,43%	10,04%
	Mêda	0,27%	5,41%	3,37%
	Pinhel	6,26%	4,15%	5,14%
	Sabugal	-3,39%	-3,21%	-3,29%
	Seia	10,71%	8,14%	9,27%
	Trancoso	4,98%	4,43%	4,65%
	Vila Nova de Foz Côa	3,88%	17,2%	2,88%
ULS Guarda		4,86%	3,84%	4,33%

Na distribuição da população por sexo, 47% são homens e 53% são mulheres. O concelho de Gouveia apresenta a mais alta taxa de feminilidade, com 54,38% da população do sexo feminino.

Quadro 5 – População por local de residência e sexo

Concelho	Pop. Residente por Sexo		
	HM	H	M
Almeida	6.203	2.871	3.332
Celorico da Beira	7.167	3.343	3.824
Figueira de Castelo Rodrigo	5.845	2.804	3.041
Fornos de Algodres	4.720	2.166	2.554
Gouveia	12.923	5.896	7.027
Guarda	39.858	18.890	20.968
Manteigas	3.139	1.480	1.659
Mêda	4.740	2.239	2.501
Pinhel	8.843	4.153	4.690
Sabugal	11.242	5.275	5.967
Seia	23.027	10.871	12.156
Trancoso	9.209	4.370	4.839
Vila Nova de Foz Côa	6.673	3.127	3.546
Total	143.589	67.486	76.104

1.6.2 Saldo Natural

No quadro seguinte podemos observar o saldo natural da ULSG entre os anos 2011 e 2016, que representa a diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, de acordo com a última atualização do INE, de 31 de maio de 2017, com o ano de 2016 como período de referência dos dados.

Assim como na região centro, no continente e em Portugal, o saldo natural da ULSG tem sido negativo entre os anos 2011 e 2016.

Quadro 6 – Saldo Natural

Local de Residência	Saldo Natural					
	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Portugal	-23.409	-23.011	-22.423	-23.756	-17.757	-5.992
Continente	-22.510	-22.303	-21.430	-23.057	-17.505	-6.291
Centro	-11.807	-11.376	-11.059	-11.683	-10.913	-8.017
ULS Guarda	-1.639	-1.626	-1.426	-1.590	-1.455	-1.339
Almeida	-14	-13	-11	-17	-16	-10
Celorico da Beira	-62	-86	-59	-81	-66	-81
Figueira Castelo Rodrigo	-67	-90	-68	-84	-54	-48
Fornos de Algodres	-77	-51	-68	-50	-64	-45
Gouveia	-160	-189	-149	-167	-195	-155
Guarda	-257	-230	-185	-209	-222	-101
Manteigas	-49	-43	-49	-43	-46	-35
Meda	-57	-71	-56	-59	-64	-69
Pinhel	-109	-101	-86	-91	-131	-97
Sabugal	-242	-266	-224	-249	-215	-246
Seia	-234	-201	-214	-251	-65	-194
Trancoso	-108	-97	-110	-113	-129	-83
Vila Nova de Foz Côa	-103	-88	-47	-76	-67	-76

Dados: INE 2017

1.6.3 Natalidade x Mortalidade

Confirma-se a tendência de redução populacional da área de influência da ULSG, visto que a taxa bruta de natalidade, expressa em número de nados vivos por 1.000 habitantes é manifestamente inferior à taxa bruta de mortalidade, que representa o número de óbitos por 1.000 habitantes.

Através do quadro abaixo podemos verificar que os concelhos do Sabugal e de Almeida apresentam as maiores diferenças entre as taxas de natalidade e de mortalidade.

Os concelhos com maior população apresentam as mais altas taxas brutas de natalidade, com 7,0‰ e 6,2‰, respetivamente na Guarda e em Seia.

Por outro lado, os concelhos do Sabugal e de Almeida apresentam as mais significativas taxas brutas de mortalidade, com 26,1% e 22,5%, respetivamente.

Quadro 7 – Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade por Concelho

	Taxa Bruta de Natalidade (%)	Taxa Bruta de Mortalidade (%)
Almeida	4,3	22,5
Celorico da Beira	4,9	13,5
Figueira Castelo Rodrigo	5,3	16,7
Fornos de Algodres	5,9	22,1
Gouveia	4,2	15,5
Guarda	7,0	13,4
Manteigas	4,4	19,9
Meda	5,9	17,8
Pinhel	3,8	16,0
Sabugal	4,8	26,1
Seia	6,2	16,3
Trancoso	5,9	17,6
Vila Nova de Foz Côa	5,6	20,9

Dados: INE 2017

1.6.4 Índice de dependência de idosos

De acordo com o INE o índice de dependência dos idosos expressa a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Todos os concelhos da ULSG apresentam um índice de dependência de idosos superior à região centro, ao continente e a Portugal, sendo que Sabugal, Meda e Almeida apresentam resultados extremamente preocupantes.

Quadro 8 – Índice de Dependência de Idosos por Concelho

Índice de dependência de idosos	
Portugal	32,5
Continente	33,1
Centro	37,0
Almeida	62,8
Celorico da Beira	50,1
Figueira de Castelo Rodrigo	55,2
Fornos de Algodres	43,8
Gouveia	57,3
Guarda	33,8
Manteigas	44,9
Mêda	64,2
Pinhel	58,0
Sabugal	70,7
Seia	44,0
Trancoso	50,6
Vila Nova de Foz Côa	53,6

Dados: INE 2017

Parte II

Cumprimento das Orientações Legais

A Parte II do Relatório de Gestão consta de um capítulo individualizado, convenientemente fundamentado, relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, nos moldes solicitados pela Direção Geral de Tesouro e Finanças através do ofício-circular nº 1.365, de 6 de março de 2018.



Cumprimento das Orientações Legais

2 Cumprimento das Orientações Legais

2.1 Objetivos de Gestão

2.1.1 Objetivos definidos pelo acionista

No âmbito do exercício da função acionista no setor empresarial do Estado, a ULSG define os objetivos do seu plano de atividades de prestação de serviços e cuidados de saúde através de Contratos-Programa trienais, revistos anualmente.

No ano 2017 foi celebrado um Contrato Programa (CP) que vigorará para o triénio 2017-219, entre a Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P. (ACSS), a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. (ARSC) e a ULSG, estabelecendo o plano da prestação de serviços e de cuidados de saúde e as contrapartidas que lhe estão associadas.

Na contratualização com as ULSSs, está estabelecido que 10% do CP assumem a forma de incentivos institucionais e estão condicionados ao cumprimento dos objetivos de acesso, de desempenho assistencial e de eficiência económico-financeira, de âmbito nacional e regional. Os objetivos englobam um conjunto de indicadores e estão divididos em quatro grandes grupos:

1. Cuidados de Saúde Primários
2. Cuidados Hospitalares
3. Desempenho Económico-Financeiro
4. Resultados em Internamentos, consultas hospitalares e urgências evitáveis

De acordo com a ACSS (2012), o resultado de cada indicador, quer seja dos cuidados de saúde primários, hospitalares ou económico-financeiros, terá os seguintes limites:

- grau de cumprimento do indicador inferior a 50% => grau de cumprimento ajustado = 0%
- grau de cumprimento do indicador entre 50% e 120% => grau de cumprimento ajustado = ao próprio valor
- grau de cumprimento do indicador superior a 120% => grau de cumprimento ajustado = 120%

Note-se que o grau de cumprimento de cada indicador corresponde à percentagem de concretização da meta definida e que o grau de cumprimento ajustado de cada indicador corresponde ao grau de cumprimento do indicador, balizado por um limite superior e inferior. Estes limites destinam-se a que, por um lado, apenas contribuam para o índice de desempenho global indicadores com graus de cumprimento a partir de determinado nível (50%), e por outro, a impedir que níveis de concretização muito positivos ou muito negativos (que podem ser resultado de metas desadequadas

ou de fatores imprevisíveis) possam afetar de forma determinante o Índice de Desempenho Global, o qual corresponde à soma das ponderações do grau de cumprimento de cada indicador.

Ainda não é possível calcular o IDG de 2017, tendo em conta que os indicadores associados à prescrição e faturação de medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica ainda não foram disponibilizados no respetivo sistema de informação. Também não está concluída a codificação de episódios de ambulatório e de internamento, pelo que os indicadores associados a GDH's não são definitivos.

Nos quadros seguintes são apresentadas os resultados disponíveis à data de conclusão deste relatório.

2.1.1.1 Cuidados de saúde primários

Os objetivos para a área dos Cuidados de Saúde Primários foram estabelecidos a nível nacional e regional (Região Centro).

No ano 2017, para além da continuidade do trabalho de sensibilização dos profissionais médicos, também foram envolvidos os responsáveis de enfermagem, para a importância de registo corretos e atempados, a fim de dispormos de dados fiáveis que permitam corretas decisões de gestão.

A seguir, são apresentados os objetivos/indicadores de cuidados de saúde primários, contratualizados para o ano 2017, no âmbito da contratualização externa, com os respetivos valores atingidos e grau de cumprimento ajustado.

Quadro 9 – Objetivos CSP

Indicadores Contratualizados 2017	Peso Relativo Indicador (%)	2017				
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objetivos Nacionais						
Eixo Nacional	30				0,0	0,0
Taxa de utilização de consultas médicas - 3 anos	2	89	87,9	98,8	98,8	2,0
Taxa de domicílios enfermagem por 1000 inscritos	16	135	148,1	109,7	109,7	18
Proporção medicam. prescritos, que são genéricos	2,4	56,5	56,2	99,5	99,5	2,4
Proporção inscritos >= 14 A com hábitos tabágicos	16	43	34,6	80,4	80,4	13
Proporção consultas médicas presenciais com ICP C-2	2,4	94,5	92,2	97,6	97,6	2,3
Taxa internamento DCV entre residentes < 65 A	12	7,2		0,0	0,0	0,0
Índice de acompanhamento adequado em PF, nas MIF	2,4	0,485	0,427	88,041	88,041	2,1
Proporção de RN de termo de baixo peso	0,6	2,7		0,0	0,0	0,0
Proporção jovens 14A com consulta médica vigilância e PNV	1	70,0	67,8	96,9	96,9	10
Incidência amputações major M inf. (DM) em residentes	12	0,7		0,0	0,0	0,0
Proporção idosos sem ansiolíticos / sedativos / hipnóticos (p. conv.)	16	68,0	77,5	114,0	114,0	18
Despesa medicamentos faturados por utilizador (PVP)	6,4	170,00 €	174,77 €	97,2	97,2	6,2
Despesa M CDTs prescrit. por utiliz. (p. conv.)	3,2	6150 €	66,88 €	913	913	2,9
Eixo Regional Local Centro	10				0	0
Proporção hipertensos com risco CV(3A)	0,84	37	27,5	74,4	74,4	0,6
Índice de acompanhamento adequado utentes DM	2,56	0,52	0,5	87,9	87,9	2,2
Proporção mulheres [25; 60[A. com colposcopia (3 anos)	2,56	38	31,7	83,4	83,4	2,1
Proporção novos DM2 em terap. c/ metform. monot.	0,84	70	71,5	102,1	102,1	0,9
Proporção RN c/ cons. med. vigil. ate 28 dias vida	108	88,5	87,9	99,3	99,3	1,1
Índice de acompanhamento adequado s. infantil 2º ano	2,12	0,84	0,78	92,3	92,3	2,0

Dados disponíveis em 25/06/2018

2.1.1.2 Cuidados de Saúde Hospitalares

Os objetivos para a área dos Cuidados de Saúde Hospitalares foram também estabelecidos a nível nacional e regional (Região Centro) e estão divididos pelas áreas de Acesso e Desempenho Assistencial.

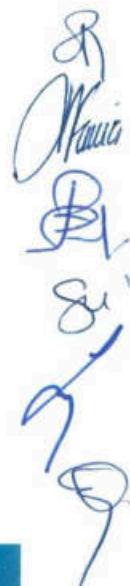
Os constrangimentos verificados no cumprimento dos indicadores estão associados às dificuldades explanadas no ponto 3.2 da Parte III deste Relatório.

No quadro seguinte são apresentados os objetivos/indicadores para os cuidados de saúde hospitalares, contratualizados para o ano 2017, no âmbito da contratualização externa, com os respetivos valores atingidos e grau de cumprimento ajustado.

Quadro 10 – Objetivos Cuidados Hospitalares

Indicadores Contratualizados 2017	Peso Relativo Indicador (%)	2017				
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objetivos Nacionais						
Eixo Nacional	30				0,0	0,0
Taxa de utilização de consultas médicas - 3 anos	2	89	87,9	98,8	98,8	2,0
Taxa de domicílios enfermagem por 1000 inscritos	16	105	148,1	109,7	109,7	18
Proporção medicam. prescritos que são genéricos	2,4	56,5	56,2	99,5	99,5	2,4
Proporção inscritos >= 14 A com hábitos tabágicos	16	43	34,6	80,4	80,4	13
Proporção consultas médicas presenciais com ICPC-2	2,4	94,5	92,2	97,6	97,6	2,3
Taxa internamento DCV entre residentes <65 A	12	7,2		0,0	0,0	0,0
Índice de acompanhamento adequado em PF nas MIF	2,4	0,485	0,427	88,041	88,041	2,1
Proporção de RN de termo de baixo peso	0,6	2,7		0,0	0,0	0,0
Proporção jovens 14A com consulta médica vigilância e PNV	1	70,0	67,8	96,9	96,9	1,0
Incidência amputações major Minf. (DM) em residentes	12	0,7		0,0	0,0	0,0
Proporção idosos sem ansiolíticos / sedativos / hipnóticos (p. conv.)	16	68,0	77,5	144,0	144,0	18
Despesa medicamentos faturados por utilizador (PVP)	6,4	170,00 €	174,77 €	97,2	97,2	6,2
Despesa M CDTs prescrit., por utiliz. (p. conv.)	3,2	6150 €	66,88 €	913	913	2,9
Eixo Regional Local Centro	10				0	0
Proporção hipertensos com risco CV (3 A)	0,84	37	27,5	74,4	74,4	0,6
Índice de acompanhamento adequado utentes DM	2,56	0,52	0,5	87,9	87,9	2,2
Proporção mulheres [25-60[A. com colposcopia(3 anos)	2,56	38	317	83,4	83,4	2,1
Proporção novos DM2 em terap. cl metform. monot.	0,84	70	715	102,1	102,1	0,9
Proporção RN c/ cons. med. vigil. até 28 dias vida	108	88,5	87,9	99,3	99,3	11
Índice de acompanham. adequado s. infantil 2º ano	2,12	0,84	0,78	92,3	92,3	2,0

Dados disponíveis em 25/06/2018



2.1.1.3 Desempenho Económico-Financeiro

Os indicadores associados aos objetivos de eficiência e sustentabilidade financeira foram estabelecidos a nível regional e apresentaram os resultados patentes no quadro seguinte:

Quadro 11 – Objetivos Económico-Financeiros

Indicadores Contratualizados 2017	Peso Relativo Indicador (%)	2017				
		Meta	Real	Grau de Cumprimento (%)	Grau de Cumprimento Ajustado (%)	Índice de Desempenho
Objetivos Nacionais						
Desempenho económico-financeiro	10					
Percentagem de Custos com Horas Extraordinárias, Suplementos e FSE (selecionados), no Total de Custos com Pessoal (%)	2,5	17	22,9	65,3	65,3	16
Resultado antes juros, impostos, amortizações e depreciações (EBITDA) (€)	2,5	-4.578.208	-762.459	183,3	120,0	3,0
Acréscimo de Dívida Vencida (fornecedores externos) (€)	2,5	0	7.397.999	0,0	0,0	0,0
Percentagem de proveitos operacionais extra contrato-programa, no total de proveitos operacionais (%)	2,5	9,5	7,5	78,9	78,9	2,0

2.1.2 Execução do Plano de Atividades e Orçamento 2017

2.1.2.1 Atividades Previstas

No quadro seguinte é apresentada informação relativa ao nível de cumprimento da produção SNS contratada através do Contrato Programa celebrado para 2017, nomeadamente no que respeita ao volume por linha de atividade.

Atividades SNS e Metas Previstas - PAO 2017	PAO 2017	Realizado 2017	% cumprimento
Consultas Externas:			
Nº Total Consultas Médicas	101.357	95.134	93,86%
Primeiras Consultas	35.677	31.204	87,46%
Primeiras Consultas com origem nos CSP referenciadas via CTH	10.801	9.958	92,20%
Primeiras Consultas Telemedicina em tempo real	370	517	139,73%
Primeiras Consultas (sem majoração de preço)	24.506	20.729	84,59%
Consultas Subsequentes	65.680	63.930	97,34%
Consultas Subsequentes Telemedicina em tempo real			0,00%
Consultas Subsequentes (sem majoração de preço)	65.680	63.930	97,34%
Internamento			
Doentes Saídos - Agudos			
D. Saídos - GDH Médicos (Total)	6.925	5.583	80,62%
GDH Médicos	6.925	5.583	80,62%
GDH Cirúrgicos			0,00%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Programados (Total)	1.064	2.151	202,16%
GDH Cirúrgicos Programados	1064	2.151	202,16%
D. Saídos - GDH Cirúrgicos Urg (Total)	1.182	1.107	93,65%
GDH Cirúrgicos - Urgentes	1182	1.107	93,65%
Dias de Internamento Doentes Residentes / Crónicos			
Psiquiatria - No Exterior (Ordens Religiosas)	43.800	40.080	91,51%
Urgência			
Total de Atendimentos	64.319	100.260	155,88%
Total de Atendimentos SU Médico-Cirúrgica	36.956	51.737	140,00%
Total de Atendimentos SU Básica	27.363	48.523	177,33%
Hospital de Dia			
Base (Total)	1.007	2.980	295,93%
Base (Psiquiatria- Pneumologia- Oncologia s/Quimio+Outros)	1007	2.980	295,93%
Serviços Domiciliários			
Total de Domicílios	4.206	4.289	101,97%
GDH Ambulatório			
GDH Médicos de Ambulatório (Total)	1.571	1.486	94,59%
GDH Médicos	1571	1486	94,59%
GDH Cirúrgicos de Ambulatório (Total)	2.717	2.694	99,15%
GDH Cirúrgicos	2.717	2.694	99,15%

2.1.2.2 Princípios Financeiros de Referência

Quadro 13 – Princípios Financeiros PAO 2017

	PAO 2017	Realizado 2017	% cumprimento
Custos Operacionais	100.464.956,00	106.877.181,79	106,38%
Proveitos Operacionais	92.193.281,00	99.865.059,70	108,32%
Resultado Operacional (EBITDA)	-4.578.208,00	-2.208.707,62	48,24%
Proveitos Operacionais Próprios	2,03%	1,48%	72,69%

Handwritten signatures of the responsible parties, likely the Director and the Financial Controller, are placed next to the signature block.

2.1.2.3 Investimento

Quadro 14 – Execução Investimentos Previstos no PAO 2017

Designação do Projeto	Investimento PAO 2017	Investimento Realizado 2017	% execução
Requalificação do Edifício 5 do hospital Sousa Martins	1550.000,00 €		0,00%
Remodelação do centro de Saúde de Seia	14.673,10 €		0,00%
Aquisição de sistema de gestão do circuito logístico de medicamentos (prescrição eletrónica de medicamentos) e materiais	295.200,00 €	295.200,00 €	100,00%
Implementação de modelo logístico tipo Kan Ban	162.101,70 €		0,00%
Aquisição de sistema de apoio à tomada de decisão (Business Intelligence)	162.101,70 €		0,00%
Aquisição de sistema de gestão documental (digitalização e transmissão de documentos)	88.191,00 €		0,00%
Aquisição Software para adaptação de entral telefónica para operador invisual	29.704,50 €	23.321,83 €	78,51%
Aquisição de hardware de rede para suporte de novos sistemas e comunicações	40.066,81 €		0,00%
Renovação dos ativos de rede e comunicações VOIP	122.385,00 €		0,00%
Aquisição de tomografo de coerência óptica para a Oftalmologia	405.900,00 €		0,00%
Aquisição de computadores para substituição de equipamento obsoleto nos Centros de Saúde	4.735,50 €	10.843,68 €	228,99%
Reparação de telhado do Centro de Saúde de Almeida	28.290,00 €	4.735,50 €	16,74%
Reparação de tubagens do Hospital Nossa Senhora da Assunção	1309,95 €	20.516,40 €	1566,20%
Reparação de tubagens no Centro de Saúde da Meada	2.597,56 €	2.109,45 €	812,1%
Substituição de tubagens no Centro de Saúde de Almeida	3.813,00 €	2.597,56 €	68,12%
Requalificação da infraestrutura de rede da Unidade de Oncologia do Hospital Sousa Martins	4.212,66 €	3.849,13 €	9137%
Instalação de rede de gases medicinais no Serviço de Gastroenterologia, Unidade da Dor e em dois quartos de isolamento do Serviço de Medicina do Hospital Sousa Martins	1377,60 €	4.212,66 €	305,80%
Substituição de portas de gabinetes médicos da Unidade de Oncologia do Hospital Sousa Martins	8.052,81 €	1697,40 €	2108%
Substituição de UPS de suporte aos equipamentos informáticos do Hospital Sousa Martins	11685,00 €		0,00%
Aquisição de 2 estufas de incubação para o Laboratório de Saúde Pública	9.486,76 €	10.873,20 €	114,61%
Aquisição de 32 impressoras térmicas para os centros de saúde	5.897,60 €	9.485,76 €	160,84%
Aquisição de equipamento informático para a consulta da Dor	22.140,01 €	4.804,26 €	2170%
Aquisição de 14 equipamentos de cópia e impressão para vários serviços da ULS Guarda	24.600,00 €	19.340,64 €	78,62%
Aquisição de hardware para protecção de acessos à internet e da internet à rede da ULS Guarda	12.546,00 €	19.032,11 €	15170%
Pavimentação do acesso ao compactador de resíduos junto ao edifício do INEM no Hospital Sousa Martins	12.915,00 €	10.159,80 €	78,67%
Aquisição de software para ecografo para realização de exames de cardiologia na Unidade de Cuidados Intensivos	9.741,60 €		0,00%
Aquisição de sistema de transmissão de conteúdos próprios para divulgação pelo Hospital Sousa Martins	207.834,33 €		0,00%
Reabilitação do telhado do edifício sede do Hospital Sousa Martins	200.000,00 €		0,00%
TOTAL	3.441.559,19 €	442.779,38 €	12,87 %

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "M. S. P. S. G." followed by a date "21.01.2018".

2.1.2.4 Gastos e Mapa de Pessoal

Quadro 15 – Execução Custos com Pessoal Previstos no PAO 2017

CUSTOS COM PESSOAL	PAO 2017	Realizado 2017	% cumprimento
641-Remunerações dos órgãos directivos	249.751,00 €	353.958,19 €	141,72%
642-Remunerações de pessoal com Acréscimo custos Subs. Férias e Natal (Acordão TC 187/2013)	46.101.889,00 €	46.612.731,68 €	101,19%
6421-Remunerações base do pessoal	32.021.111,00 €	30.175.588,89 €	94,24%
64211-RCTFP por tempo indeterminado	19.552.009,00 €	19.038.900,93 €	97,38%
64212-Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	1870.197,00 €	1639.598,40 €	87,67%
64213-Pessoal em regime Contrato Individual	9.683.385,00 €	8.769.744,25 €	90,56%
64214-Pessoal em qualquer outra situação	915.520,00 €	727.375,30 €	79,45%
6422-Suplementos de remunerações	8.672.276,00 €	11.050.195,19 €	127,42%
64221-Horas extraordinárias	4.656.075,00 €	6.094.397,48 €	130,89%
64222-Prevenções	723.031,00 €	942.641,52 €	130,37%
642221-Noites e suplementos	1.135.444,00 €	1.342.790,66 €	18,26%
642222-Subsídio de turno	0,00 €	0,00 €	0,00%
64223-Abono para faltas	15.061,00 €	15.245,35 €	101,22%
64224-Subsídio de refeição	1710.368,00 €	1760.743,39 €	102,95%
64225-Ajudas de custo	162.902,00 €	195.183,40 €	119,82%
64226-7-Vestuário e Art. Pess/Alim. e Alojam.	57100 €	2.693,86 €	471,78%
642281-PECLEC/SIGIC	0,00 €	403.991,60 €	0,00%
642282-9-Outros Suplementos	268.824,00 €	292.507,93 €	108,81%
6423-Prestações sociais directas	75.105,00 €	60.841,99 €	81,01%
6424-Subsídios de férias e de Natal (Total) (com acréscimo custos Subs. Férias e Natal (Acordão TC	5.333.397,00 €	5.326.105,61 €	99,86%
6424-Subsídios de férias e de Natal	5.333.397,00 €	5.326.105,61 €	99,86%
6424-Acréscimo custos com Subsídios de férias e de Natal (Acordão TC 187/2013)			0,00%
6425 - Prémios de desempenho	0,00 €	0,00 €	0,00%
643-Pensões	92.126,00 €	42.428,07 €	46,05%
645-Encargos sobre remunerações (Total) (com acréscimo custos com Encargos sobre remunerações	10.459.545,00 €	10.172.864,70 €	97,26%
645-Encargos sobre remunerações	10.459.545,00 €	10.172.864,70 €	97,26%
645-Acréscimo custos com Encargos sobre remunerações (Acordão TC 187/2013)			0,00%
646-Seguros de acid. trab. e doenças profissionais	330.000,00 €	322.718,71 €	97,79%
647-Encargos sociais voluntários	176.153,00 €	116.885,24 €	66,35%
648-Outros custos com pessoal	222.741,00 €	152.425,90 €	68,43%
649-Estágios Profissionais	100.964,00 €	96.709,96 €	95,79%
64-Custos com o pessoal	57.733.169,00 €	57.870.722,45 €	100,24%

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "R. Maria Ribeiro" followed by initials "M.R." and a date "17/01/2018".

Quadro 16 – Mapa de Pessoal 2017

Grupo Profissional	PAO 2017	Realizado 2017	% cumprimento
Pessoal Dirigente	8	8	100,00%
Médicos	256	256	100,00%
Técnicos Superiores de Saúde	28	28	100,00%
Enfermeiros	667	667	100,00%
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	115	115	100,00%
Técnicos Superiores	35	35	100,00%
Pessoal Docente	1	1	100,00%
Pessoal Informática	11	11	100,00%
Assistentes Técnicos	182	182	100,00%
Assistentes Operacionais	415	415	100,00%
Outros Profissionais	2	2	100,00%
TOTAL	1.720	1.720	100,00%

2.1.3 Grau de Execução do orçamento carregado no SIGO/OE

Quadro 17 – Execução orçamento de despesa 2017 carregado no SIGO

No âmbito do orçamento de Despesa			
Agrupamento Económico	Orçamento 2017 Carregado no SIGO	Realizado 2017	% Execução
01 Despesas com Pessoal	57.622.788,00 €	57.982.993,00 €	100,63%
02 Aquisição de bens e serviços	28.166.653,00 €	37.855.581,00 €	134,40%
03 Juros e outros encargos	10.985,00 €	14.489,00 €	131,90%
04 Transferências Correntes	100.964,00 €	93.210,00 €	92,32%
06 Outras despesas correntes	70.000,00 €	81.456,00 €	116,37%
07 Aquisição de Bens de Capital	4.911.578,00 €	1.250.636,00 €	25,46%
TOTAL	90.882.968,00 €	97.278.365,00 €	107,04%

Quadro 18 – Execução orçamento de receita 2017 carregado no SIGO

No âmbito do orçamento da Receita			
Agrupamento Económico	Orçamento 2017 Carregado no SIGO	Realizado 2017	% Execução
04 Taxas, multas e outras penalidades	1967.659,00 €	2.010.397,00 €	102,17%
06 Transferências Correntes	139.000,00 €	0,00 €	0,00%
07 Vendas, Bens e Serviços Correntes	87.905.216,00 €	97.063.856,00 €	110,42%
08 Outras Receitas Correntes	64.529,00 €	39.290,00 €	60,69%
10 Transferências de Capital	806.564,00 €	585.223,00 €	72,56%
16 Saldo de Conta de Gerência do ano anterior	1877.396,00 €	1877.396,00 €	100,00%
TOTAL	92.760.364,00 €	101.576.162,00 €	109,50%

2.2 Gestão de Risco Financeiro

Quadro 19 – Gestão do risco financeiro

Anos	2017	2016	2015	2014	2013
Encargos Financeiros (€)	562,23 €	566,60 €	213,60 €	0,00 €	123,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	150%	150%	156%	0,00%	4,01%

2.3 Limite de crescimento do endividamento

Quadro 20 – Passivo remunerado

Passivo Remunerado:	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16
	Valores (€)					Valor %
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0,00 €	29.898,35 €	31.090,00 €			-29.898,35 € -100,00%
- do qual concedido pela DGTF						0,00 €
Aumentos de Capital por dotação						0,00 €
Aumentos de Capital por conversão de créditos						0,00 €
Novos investimentos						0,00 €

2.4 Prazo Médio de Pagamento

Quadro 21 – Prazo médio de pagamento

PMP	2017	2016	Variação 17/16	
			Valor	%
	304,42 €	240,10 €	64,32 €	26,79%

Quadro 22 – Dívidas Vencidas

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	7.238.920,08 €	2.002.466,11 €	7.298.134,37 €	4.587.082,05 €	9.046.506,96 €	
Aq. de Capital	123.720,35 €	42.625,52 €	63.571,87 €	43.688,47 €	185.410,58 €	
Total	7.362.640,43 €	2.045.091,63 €	7.361.706,24 €	4.630.770,52 €	9.231.917,54 €	

R. Maric
B. L. S.
J. P.

2.5 Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

À data de fecho de contas 2017 não tínhamos recebido a aprovação de Contas dos anos 2014, 2015 e 2016.

2.6 Remunerações

2.6.1 Órgãos Sociais

Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações dos Órgãos Sociais, vigentes em 2017, nomeadamente as orientações em matéria de redução remuneratória, reversão da redução remuneratória e valorização remuneratória.

2.6.1.1 Conselho de Administração

No dia 30 de abril de 2017 encerrou funções o Conselho de Administração nomeado a 02/02/2015 pela Resolução n.º 7-B/2015 de 2 de fevereiro. O atual Conselho de Administração foi nomeado pela Resolução nº 61/2017 de 20 de abril, entrando em funções em 01 maio de 2017.

Não houve atribuição de prémios de gestão ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 41 da Lei 83-C/2013 e posteriores alterações.

Nos quadros seguintes serão apresentadas informações relativas ao ano 2017.

Quadro 23 – Mandato CA (1)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO (2)		N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora	
01/02/2015 a 30/04/2017	Presidente CA	Carlos Manuel da Silva	RCM n.º 7-B/2015	2 de fevereiro	N	Aposentado	D	1
01/02/2015 a 30/04/2017	Vogal Executivo	Flora Maria Moura Teixeira Silva	RCM n.º 7-B/2015	2 de fevereiro	N	IPO Porto	D	2
01/02/2015 a 30/04/2017	Vogal Executivo	Luis António Vicente Gil Barreiros	RCM n.º 7-B/2015	2 de fevereiro	S	ULS Guarda E.P.E.	O	2
01/02/2015 a 30/04/2017	Vogal Executivo	João Bernardo Rebelo	RCM n.º 7-B/2015	2 de fevereiro	N	ULS Guarda E.P.E.	D	2

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D).

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28º do EGP, indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Quadro 24 – Mandato CA (2)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO (2)		N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora	
01/05/2017 a 31/12/2017	Presidente CA	Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz	RCM n.º 61/2017	20 de abril	S	ULS Guarda E.P.E.	O	1
01/05/2017 a 31/12/2017	Vogal Executiva	Maria de Fátima Clemente Lima	RCM n.º 61/2017	20 de abril	S	ULS Guarda E.P.E.	O	1
01/05/2017 a 31/12/2017	Vogal Executiva	Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	RCM n.º 61/2017	20 de abril	S	ULS Guarda E.P.E.	O	1
01/05/2017 a 31/12/2017	Vogal Executiva	Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	RCM n.º 61/2017	20 de abril	N	ULS Guarda E.P.E.	O	1
01/05/2017 a 31/12/2017	Vogal Executiva	Nélia Paula dos Santos Faria	RCM n.º 61/2017	20 de abril	N	ULS Guarda E.P.E.	O	1
08/09/2017 a 31/12/2017	Vogal Executivo	José Francisco Gomes Monteiro	RCM n.º 52/2017	7 de setembro	N	Município de Celorico da Beira	D	1

(S) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Quadro 25 – Acumulações Funções CA (1)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	-	-	-
Flora Maria Moura Teixeira Silva	-	Docente	-
Luis António Vicente Gil Barreiros	-	-	-
João Bernardo Rebelo Marques	-	-	-

Quadro 26 – Acumulações Funções CA (2)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz	-	Docente	-
Maria de Fátima Clemente Lima	-	-	-
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	-	Docente	-
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	-	-	-
Nélia Paula dos Santos Faria	-	Docente	-
José Francisco Gomes Monteiro	-	-	-

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "M. R. S.", is positioned vertically along the right margin of the page.

Os Quadros nº 23 a 26 respondem ao estipulado através da Instrução nº 1/2004 — 2.º Secção do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República — II SÉRIE nº 38 de 14 de fevereiro.

Quadro 27 – Estatuto do Gestor Público CA (1)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) Vencimento mensal	Despesas Representação
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	S	B	3.233,98 €	1.3189 €
Flora Maria Moura Teixeira Silva	S	B	2.812,16 €	843,65 €
Luís António Vicente Gil Barreiros	S	B	5.239,99 €	843,65 €
João Bernardo Rebelo Marques	S	B	2.812,16 €	843,65 €

Quadro 28 – Estatuto do Gestor Público CA (2)

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€) Vencimento mensal	Despesas Representação
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes	S	B	5.239,99 €	1.3189 €
Maria de Fátima Clemente Lima	S	B	4.531,89 €	843,65 €
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	S	B	4.815,13 €	843,65 €
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	S	B	2.812,16 €	843,65 €
Nélia Paula dos Santos Faria	S	B	2.812,16 €	843,65 €
José Francisco Gomes Monteiro	S	B	2.812,16 €	843,65 €



Nos termos do nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros 36/2012, 26.03 mantiveram-se as remunerações atribuídas à data da entrada em vigor das RCM nº 16/2012, 14.02 e RCM 18/2012, 21.02.

Os valores constantes dos quadros 27 e 28 são os que constam do Mapa do sistema de informação dos Recursos Humanos e Vencimentos -RHV- "Remunerações recebidas de acordo com a designação".

Quadro 29 – Remuneração Anual CA (1)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)	
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	26.214,81€	412,81€	26.627,62€	873,16€	25.754,46€	
Flora Maria Moura Teixeira Silva	17.740,03€	375,16€	18.115,19€	731,16€	17.384,03€	
Luis António Vicente Gil Barreiros	25.184,44€	375,16€	25.559,60€	731,16€	24.828,44€	
João Bernardo Rebelo Marques	15.068,48€	375,16€	15.443,64€	731,16€	14.712,48€	
	84.207,76 €	1.538,29 €	85.746,05 €	3.066,64 €	82.679,41 €	

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento +despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 30 – Remuneração Anual CA (2)

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)	
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes	60.285,33€	1203,51€	61.488,84€	1746,32€	59.742,52€	
Maria de Fátima Clemente Lima	51.055,00€	3.712,14€	54.767,14€	1462,32€	53.304,82€	
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	53.840,16€	5.428,30€	59.268,46€	1489,04€	57.779,42€	
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	34.144,23€	917,40€	35.061,63€	1462,32€	33.599,31€	
Nélia Paula dos Santos Faria	34.144,23€	759,82€	34.904,05€	1462,32€	33.441,73€	
José Francisco Gomes Monteiro	14.608,76€	790,91€	15.399,67€	688,51€	14.711,16€	
	248.077,71€	12.812,08 €	260.889,79 €	8.310,83 €	252.578,96 €	

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento +despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Quadro 31 – Benefícios Sociais CA (1)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição Valor / Dia	Montante pago Ano	Regime de Proteção Identificar	Encargo Anual Seguro de	Encargo Anual Seguro de	Outros Identificar	Outros Valor
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	4,52€	375,16€	SS	1939,63€	0,00€	0,00€	- 0,00€
Flora Maria Moura Teixeira Silva	4,52€	375,16€ CGA+ADSE	2.354,05€	0,00€	0,00€	-	0,00€
Luis António Vicente Gil Barreiros	4,52€	375,16€ CGA+ADSE	3.433,52€	0,00€	0,00€	-	0,00€
João Bernardo Rebelo Marques	4,52€	375,16€ CGA+ADSE	1966,68€	0,00€	0,00€	-	0,00€
	1.500,64 €			9.593,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Quadro 32 – Benefícios Sociais CA (2)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de Refeição Valor / Dia	Refeição Montante pago Ano	Regime de Proteção Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual Seguro de	Outros Identificar	Valor
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes	4,52 €	759,82 € CGA+ADSE	8.164,58 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
Maria de Fátima Clemente Lima	4,52 €	759,82 € CGA+ADSE	7.122,69 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	4,52 €	759,82 € CGA+ADSE	7.750,02 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	4,52 €	759,82 € SS	3.597,20 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
Nélia Paula dos Santos Faria	4,52 €	759,82 € CGA+ADSE	4.517,27 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
José Francisco Gomes Monteiro	4,52 €	348,60 € SS	163,38 €	0,00 €	0,00 €	-	0,00 €
		4.147,70 €	32.795,14 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €

Quadro 33 – Encargos com Viaturas CA (1)

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas							
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência [€]	Modalidad e (1) [Identificar 1]	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda [€]	Gasto Anual com [€]
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiora Maria Moura Teixeira Silva	-	-	-	-	-	-	-	-
Luis António Vicente Gil Barreiros	-	-	-	-	-	-	-	-
João Bernardo Rebelo Marques	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição ALD Leasing ou outra

Quadro 34 – Encargos com Viaturas CA (2)

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas							
	Viatura atribuída [S/N]	Celebração de contrato [S/N]	Valor de referência [€]	Modalidad e (1) [Identificar 1]	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda [€]	Gasto Anual com [€]
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria de Fátima Clemente Lima	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	-	-	-	-	-	-	-	-
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	-	-	-	-	-	-	-	-
Nélia Paula dos Santos Faria	-	-	-	-	-	-	-	-
José Francisco Gomes Monteiro	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição ALD Leasing ou outra

Quadro 35 – Deslocações em Serviço CA (1)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)				
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras	Gasto total com viagens (Σ)
			Identificar	Valor	
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	7100 €		37,65 € Alimentação		98,00 €
Flora Maria Moura Teixeira Silva	7100 €		0,00 € Alimentação		88,01 €
Luis António Vicente Gil Barreiros	7100 €		0,00 € Alimentação		7177 €
João Bernardo Rebelo Marques	7100 €		0,00 € Alimentação		77,27 €
	0,00 €	284,00 €	37,65 €		335,04 €

Quadro 36 – Deslocações em Serviço CA (2)

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)				
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras	Gasto total com viagens (Σ)
			Identificar	Valor	
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes			443,89 € Alimentação		20,00 €
Maria de Fátima Clemente Lima			1557,92 € Alimentação		20,00 €
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral			126,70 € Alimentação		20,00 €
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil			157,58 € Alimentação		20,00 €
Nélia Paula dos Santos Faria			0,00 € Alimentação		20,00 €
José Francisco Gomes Monteiro			442,31 € Alimentação		20,00 €
	0,00 €	0,00 €	3.817,20 €		120,00 €
					0,00 €

2.6.1.2 ROC/Fiscal Único

A Sociedade de Revisores de Contas, Álvaro, Falcão & Associados-SROC apresentou, em 29 de setembro de 2017, renúncia ao cargo que desempenhou ao longo de 9 anos na ULSG, por ter atingido o limite máximo de exercício de funções previsto no artigo 54 do referido Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas.

Quadro 37 – Mandato ROC/Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade	Observações
		Nome	Nº de inscrição na SROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data			
Dezembro 2016 - 2017 Início 20 de Dezembro de 2016	Fiscal Único Estados	Alvaro Faílão & Associados SROC Lda	SROC n.º 62	ROC n.º 148	D	31/12/2017	6 anos (2 mandatos) + 3 anos.	A Sociedade de Revisores de Contas, Alvaro Faílão & Associados-SROC apresentou em 29 de setembro de 2017 renúncia ao cargo de fiscal abrigado à sede matrícia de exercício de funções prevista no artigo 54 do referido Estatuto das Revisões Oficiais de Contas.	
Dezembro 2016 - 2018 Início 20 de Dezembro de 2016	Fiscal Único Sociedade	Sergio Paulo Esteves de Poças Faílão	SROC n.º 148	ROC n.º 148	D	31/12/2018			
Dezembro 2016 - 2018 Início 20 de Dezembro de 2016	Fiscal Único Sociedade	Márcia Alexandra Almeida de Sousa Ribeiro	SROC n.º 145	ROC n.º 145	D	31/12/2018			

Nota: Deve ser identificada a efetiva (SROC e ROC) e supletiva (SROC e ROC).

(1) Indica AG DUE Despacho (D)

Quadro 38 – Remunerações ROC/Fiscal Único

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2017 (€)			Observações	
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final	
Alvaro, Faílão & Associados SROC, Lda	9.239,49 €	1590,12 €	7.649,37 €					Este valor corresponde a 8 meses 0,00 € contabilizados em 2017, cuja renúncia foi efectuada após a emissão da CLG de 2016
Sergio Paulo Esteves de Poças Faílão			0,00 €				0,00 €	
Márcia Alexandra Almeida de Sousa Ribeiro			0,00 €				0,00 €	

2.6.2 Restantes Trabalhadores

Assim como ao Conselho de Administração e ao Órgão de Fiscalização, também aos restantes trabalhadores foram aplicadas as orientações relativas às remunerações, vigentes em 2017, nomeadamente as orientações em matéria de redução remuneratória, reversão da redução remuneratória, e valorização remuneratória.

2.7 Aplicação do disposto nos artigos 32º e 33º do EGP

- a) Os membros do Conselho de Administração não utilizaram cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento, que tivessem por objeto a realização de despesas ao serviço da ULSG;
- b) Não foram reembolsadas aos membros do Conselho de Administração quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- c) Valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Quadro 39 – Gastos com Comunicações CA (1)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensual Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Manuel da Silva Rodrigues	68,37 €	281,59 €	
Flora Maria Moura Teixeira Silva	68,37 €	331,56 €	
Luis António Vicente Gil Barreiros	68,37 €	276,44 €	
João Bernardo Rebelo Marques	68,37 €	277,34 €	
	273,48 €	1.166,93 €	

Quadro 40 – Gastos com Comunicações CA (2)

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensual Definido	Valor Anual	Observações
Isabel Natividade Carvalho Coelho Cruz Antunes	7162 €	584,85 €	
Maria de Fátima Clemente Lima	74,01 €	593,51 €	
Maria de Fátima Domingues Azeredo Cabral	70,07 €	568,60 €	
Sandra Isabel da Costa Rodrigues Gil	70,07 €	569,25 €	
Nélia Paula dos Santos Faria	70,07 €	562,69 €	
José Francisco Gomes Monteiro	70,07 €	560,60 €	
	425,93 €	3.439,49 €	

d) Valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Quadro 41 – Gastos com Viaturas CA (1)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Conselho de Administração	0,00 €	2 542,87 €	1 463,30 €	4 006,17 €	As viaturas 53-FI-17, 95-RL-13 e 07-QD-41 estavam destinadas à utilização por elementos do CA, embora não tivesse havido deliberação no sentido da sua atribuição individual

Quadro 42 – Gastos com Viaturas CA (2)

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensual Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Conselho de Administração	0,00 €	1 221,86 €	609,25 €	1 831,11 €	O CA deliberou não haver atribuição de viatura a nenhum membro do CA, ficando a viatura 53-FI-17 reservada para deslocações oficiais do CA ou de algum dos seus elementos.

2.8 Despesas não documentadas

Cumprindo o princípio da transparência financeira, estipulado no nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, a ULS Guarda não realiza quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

2.9 Promoção da igualdade Salarial entre Mulheres e Homens

A ULSG adota o regime de igualdade salarial entre mulheres e homens, obedecendo as regras específicas para as diversas carreiras e grupos profissionais.

Relativamente à Promoção da igualdade Salarial entre Mulheres e Homens na ULS da Guarda existe uma cultura organizacional de promoção de igualdade de direitos e oportunidades, com reflexos práticos ao nível da composição do Conselho de Administração (83% feminino), assim como ao nível das chefias intermédias.

Em termos gerais, a população feminina é prevalente relativamente à masculina, não havendo qualquer discriminação salarial em função do género.

2.10 Prevenção da Corrupção

Dando sequência ao cumprimento da Recomendação nº 1/2009, de 1 de Julho, procedente do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), na Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., existe um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), acessível através da ligação

<http://portaisuls.azurewebsites.net/ulsg/wp-content/uploads/sites/6/2016/11/planoPrevencaoN.pdf>

proposto pelo Serviço de Auditoria Interna e que inclui as Matrizes de Gestão de Risco (MGR) dos seguintes Serviços:

- Serviço de Recursos Humanos;
- Serviço de Aprovisionamento e Logística;
- Direção Clínica;
- Serviço de Instalações, Equipamentos e Transportes;
- Serviço de Tecnologias e Sistemas de Informação;
- Serviços Financeiros;
- Gabinete de Formação.

O PPRCIC dá igualmente cumprimento à Recomendação nº 5/2012, de 7 de Novembro de 2012, do CPC, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 219, de 13 de Novembro de 2012, prevendo que *"as entidades de natureza pública, ainda que constituídas ou regidas pelo direito privado, devem dispor de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflito de interesses, devidamente publicitados, que incluam também o período que sucede ao exercício de funções públicas, com indicação das consequências legais"*.

A nível da divulgação na Instituição, efetuaram-se as seguintes iniciativas:

- Divulgação do PPRCIC junto do CPC, órgãos de superintendência, tutela e controlo, em cumprimento da Recomendação nº 1/2009 do CPC, de acordo com o acima referido;
- Divulgação *on-line*, disponibilizando-se nos portais interno e externo da entidade;
- Divulgação do Plano aos colaboradores.

Considerando que o combate à corrupção e infrações conexas, bem como, a gestão de conflitos de interesses, transcende o processo de identificação de riscos e a definição e implementação de medidas preventivas, sempre que se identifiquem ou verifiquem novos riscos, o documento será atualizado. Prevê-se que até ao final do 1º semestre de 2018, o PPRCIC será alvo de uma revisão.

No ano em apreço, foi também elaborado um Relatório de Avaliação ao PPRCIC, acessível através da ligação

<http://www.ulsguarda.min-saude.pt/wp-content/uploads/sites/6/2016/11/Relatorio-PPRCIC-2017.pdf>

aparentemente não se tendo verificado situações materialmente relevantes, que prefigurem qualquer crime de corrupção.

2.11 Contratação Pública

2.11.1 Modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2017

Para efeitos de aquisição/locação de bens e serviços e empreitadas a ULS da Guarda aplica o Código dos Contratos Públicos CCP, com exceção de algumas situações de contratação excluída.

2.11.2 Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços estão estabelecidos no Manual de Procedimentos do Serviço de Aprovisionamento e Logística desde 2015, sendo que o mesmo se encontra em revisão de forma a incluir a alteração ao CCP e o manual de procedimentos relativo aos bens de imobilizado.

2.11.3 Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€

A ULS da Guarda não celebrou contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas de valor superior a 5 M€.

2.12 Sistema Nacional de Compras Públicas

A ULSG aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas - SNCP como entidade voluntária.

2.13 Medidas de Redução de Gastos Operacionais

Quadro 43 - PRC

PRC	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				\ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-762.459,19 €	1995.560,02 €	-5.674.671,96 €	-2.758.019,21 €	-38,21%
(1) CMVM C	12.945.316,94 €	12.465.744,50 €	12.122.748,00 €	479.572,44 €	3,85%
(2) FSE	31.179.745,18 €	33.426.277,79 €	31.165.253,88 €	-2.246.532,61 €	-6,72%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	57.870.722,45 €	53.245.933,58 €	51.182.633,53 €	4.624.788,87 €	8,69%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	222.456,56 €	0,00 €	3.000,00 €	222.456,56 €	
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias	0,00 €	1624.916,00 €	92.205,00 €	-1624.916,00 €	-100,00%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21º da LOE 2017	1846.197,52 €			1846.197,52 €	
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	10.1995.784,57 €	99.137.955,87 €	94.470.635,41 €	2.857.828,70 €	2,88%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	98.390.941,21 €	97.143.759,87 €	85.307.564,56 €	1247.181,34 €	1,28%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	1,03663796	1,020528297	1,107412173	1,61%	1,58%
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	272.662,11 €	268.784,92 €	264.827,15 €	3.897,19 €	1,45%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	71.106,87 €	70.072,50 €	73.260,60 €	1034,37 €	1,48%
(iii) Gastos com Ayudas de custo (G c/ Pessoal)	195.183,40 €	188.417,91 €	162.902,56 €	6.765,49 €	3,59%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	159.035,08 €	145.714,77 €	156.094,03 €	13.320,31 €	9,14%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	697.987,46 €	672.970,10 €	657.084,34 €	25.017,36 €	3,72%
N.º Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1924	1720	1689	204	11,86%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	4	4	2	50,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	4	4	-1	-25,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1915	1712	1681	203	11,86%
N.º Trabalhadores/N.º CD	638	428	420	210	49,14%
N.º de viaturas	67	65	61	2	3,08%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVM C + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

2.14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado - UTE

Em 31 de dezembro de 2017 as disponibilidades da ULSG depositadas no IGCP representavam 98,38% das disponibilidades depositadas, respeitando assim o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

Não houve juros auferidos em incumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado e entregues em receita do Estado.

Quadro 44 – UTE

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
IGCP	789.869,14 €	1663.831,86 €	1406.911,52 €	2.374.252,38 €
Caixa Geral Depósitos	41749,05 €	41744,44 €	34.092,04 €	32.705,52 €
Banco Popular Portugal	303,96 €	130,32 €	130,32 €	0,00 €
Banco Santander Totta	7.178,44 €	7.669,19 €	6.854,15 €	6.318,73 €
Total	839.100,59 €	1.713.345,81 €	1.447.988,03 €	2.413.276,63 €
Juros auferidos**				

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

2.15 Auditorias Tribunal de Contas

Em 2017, o Tribunal de Contas veio inquirir a ULS Guarda quanto ao grau de cumprimento das suas recomendações no âmbito da auditoria consubstanciada no processo 23/2015-Audit, da qual foi emitido o Relatório 18/2016.

Seguidamente são apresentadas as recomendações do Tribunal de Contas, bem como as respectivas medidas adotadas.

Recomendação 1 - Instituir mecanismos de controlo interno, envolvendo, em articulação, as unidades orgânicas que gerem o aprovisionamento/logística, os serviços financeiros e administrativos, bem como os serviços de auditoria interna, tendo em vista a deteção de atos, contratos ou outros instrumentos geradores de despesa que, pela sua natureza ou montante, devam ser remetidos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Medidas Adotadas - O novo manual de procedimentos do SAL acautelará a existência da necessidade de uma clara fundamentação de todos os ajustes diretos, em perfeita articulação com os serviços requisitantes e/ou com os serviços de apoio técnicos. Refira-se que atualmente, com exceção dos ajustes diretos simplificados, já existe fundamentação objetiva para o recurso ao procedimento de ajuste direto. Por outro lado, ou no Plano Anual de Auditoria (PAA) para 2018 e seguintes, ou à

margem deste, no caso de tal verificação não ser considerada em sede de PAA, será efetuada a verificação periódica dos ajustes diretos, emitindo posteriormente um relatório em conformidade.

Recomendação 2 - Em caso de dúvida sobre a sujeição de contratos à Fiscalização Prévia remeter os respetivos processos ao Tribunal de Contas para decisão.

Medidas Adotadas - Em sede do Manual de Procedimentos considerou-se uma regra procedural que objetivamente determine que, em caso de subsistirem dúvidas sobre a sujeição dos contratos à Fiscalização Prévia, os mesmos devam ser remetidos ao Tribunal de Contas para sua pronúncia e decisão. Em todo o caso e não obstante a inexistência de uma regra formal neste sentido, existe o entendimento de que todos os contratos passíveis de suscitar dúvidas quanto ao seu envio a esta entidade, devê-lo-ão ser por princípio.

Recomendação 3 - Assegurar que os ajustes diretos são objeto de clara fundamentação e que sejam verificados periodicamente pelos serviços de auditoria interna em relatório autónomo.

Medidas Adotadas - O novo manual de procedimentos do SAL acautelará a existência da necessidade de uma clara fundamentação de todos os ajustes diretos, em perfeita articulação com os serviços requisitantes e/ou com os serviços de apoio técnicos. Refira-se que atualmente, com exceção dos ajustes diretos simplificados, já existe fundamentação objetiva para o recurso ao procedimento de ajuste direto. Por outro lado, ou no Plano Anual de Auditoria (PAA) para 2018 e seguintes, ou à margem deste, no caso de tal verificação não ser considerada em sede de PAA, será efetuada a verificação periódica dos ajustes diretos, emitindo posteriormente um relatório em conformidade.

Recomendação 4 - Planeamento das necessidades no que concerne à aquisição de bens e serviços, devidamente suportado nos planos de atividade e orçamentos anuais, de forma a garantir o recurso aos adequados tipos de procedimentos.

Medidas Adotadas - O atual Conselho de Administração está empenhado em instituir um mecanismo de contratualização interna de forma a estabelecer previamente as necessidades de cada serviço, de forma a atempadamente promover os procedimentos concursais que se adequem às necessidades da instituição.

Recomendação 5 - Proceder à elaboração, revisão e/ou atualização tempestiva de regulamentos e manuais de procedimento da área de compras/aoprovisionamento.

Medidas Adotadas - O SAL tem elaborado um Manual de Procedimentos, estando em fase de finalização, de modo a incluir as profundas alterações ao CCP, que entraram em vigor a 1/1/2018.

Recomendação 6 - Garantir que as aquisições de bens e serviços efetuadas ao Serviço de Utilização Comum dos Hospitais são efetuadas de forma transparente e em regime de concorrência.

Medidas Adotadas - As aquisições de bens e serviços adjudicadas ao SUCH resultaram de procedimentos pré-contratuais ao abrigo do Código dos Contratos Públicos e em regime de concorrência. Apenas algumas adjudicações de serviços de manutenção e assistência técnica resultaram de ajustes diretos com convite à entidade suprarreferida. Em sede de planeamento para o ano 2018 ficou estabelecido que todos os procedimentos em que o SUCH possa participar, serão efetuados em regime de concorrência.

Recomendação 7 - Garantir que os processos de aquisição de bens e serviços se encontram devidamente documentados, que exista uniformização de procedimentos na organização dos mesmos, de forma a permitir uma pesquisa rápida dos documentos, assegurar uma gestão integrada e eficaz dos processos, bem como a sua auditabilidade a *posteriori*.

Medidas Adotadas - Não obstante todos os processos de aquisição de bens e serviços estarem documentados, serão estabelecidos em sede de Manual de Procedimentos as orientações para a uniformização e organização dos já citados processos. Para o efeito, está a ser desenhada uma *checklist* que defina quais os documentos que devem constar dos processos, bem como, a sua organização. O Serviço de Auditoria Interna, periodicamente, procederá a uma análise numa base de amostragem, por forma a garantir um maior e mais rigoroso controlo.

Recomendação 8 - Assegurar o controlo da execução dos contratos, planeando, orçamentando e programando, adequadamente, as aquisições de bens e serviços que constituem necessidades correntes e continuadas, por forma a não existirem falhas ou interrupções no seu fornecimento e o recurso a ajustes diretos.

Medidas Adotadas - Será estabelecido em sede de Manual de Procedimentos a responsabilização dos serviços técnicos e/ou comissões de acompanhamento pelo controlo da execução dos contratos, de forma a ser possível planear, com a devida antecedência, as necessidades com o objetivo de lançar os procedimentos de aquisição de base anual.

Recomendação 9 - Proceder à elaboração anual de relatórios sobre a execução do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Medidas Adotadas - O presente Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da ULS Guarda, foi aprovado pelo anterior Conselho de Administração em 07-01-2016, tendo sido emitido um relatório sobre a execução do mesmo em Março de 2016. O referido documento sofrerá uma revisão no início de 2018, sendo emitido um relatório sobre a execução do mesmo referente ao ano de 2017, prática que se manterá para todos os exercícios posteriores.

2.16 Informação a constar no site S.E.E.

Quadro 45 – Site SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação S/N/N.A.	Data Atualização	Comentários
Estatutos	S	2017	
Caracterização da Empresa	S	2009	
Função de Tutela e Acionista	S	2015	
Modelo Governo /Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2015	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2015	
- Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2015	Em revisão
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2015	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2015	
Esforço Financeiro Público	S	2016	
Ficha Síntese	S	2013	Aguarda-se aprovação das contas 2014, 2015 e 2016
Informação Financeira Histórica e Atual	S	2013	
Princípios de Bom Governo	S	2015	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2015	
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	2015	
Outras transacções	S	2015	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2015	
-Económico	S	2015	
-Social	S	2015	
-Ambiental	S	2015	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	2015	
Código de Ética	S	2015	

Legenda
 S - Sim
 N - Não
 N.A - Não Aplicável

2.17 Cumprimento das Obrigações Legais

Quadro 46 - Cumprimento das Obrigações Legais

Cumprimento das Orientações legais - 2017	Cumprimento BIN/N.A.	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Objetivos Cuidados Saúde Primários	S	verdadeiro	Conforme 2.11.1 do RG
Objetivos Cuidados Hospitalares	S	verdadeiro	Conforme 2.11.2 do RG
Objetivos cumprimento económico-financeiros	S	verdadeiro	Conforme 2.11.3 do RG
Metas a Atingir constantes no PAO 2017			
Princípios Financeiros de Referência	S		Conforme 2.12.1 do RG
Investimento	S	12.82%	Conforme 2.12.3 do RG
Gastos com pessoal	N	57.870.722,45€	Conforme 2.12.4 do RG
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N		Conforme 2.13 do RG
Gestão do Risco Financeiro	N/A		Conforme 2.2 da RG
Límites de Crescimento do Endividamento	S	0,00€	Conforme 2.3 do RG
Evolução do PMP a fornecedores	N		Conforme 2.4 do RG
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arreios")	S		Conforme 2.4 do RG
Recomendações de acionista na última aprovação de contas		A data de fecho de contas 2017 não tínhamos recebido a aprovação de Cartas das Unidades de Saúde Pública e de Serviços Sociais.	
Remunerações			
Não utilização de premios de gestão	S		Conforme 2.6.11 do RG
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2017	S	71.377,47€	Conforme 2.6.11 do RG
Fiscalização (CFIR/OCF) - reduções remuneratórias vigentes em 2017 (se aplicável)	S	1550,02€	Conforme 2.6.12 do RG
Restantes instituições - projeção de variações remuneratórias - 30% dentro do art.º 3º da Lei 82-B/2014, promulgada para 2017 pelo artigo 9º da Lei n.º 14/2017, de 29 de dezembro	S		Conforme 2.6.2 do RG
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		Conforme 2.7 do RG
Não reembolso de despesas de representação pestiferal	S		Conforme 2.7 do RG
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	N		Conforme 2.7 do RG. Não foram estabelecidas limites.
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	N		Conforme 2.7 do RG. Não foram estabelecidas limites.
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16º do RJSPF e artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Conforme 2.8 do RG
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N	Não foi startar não ter sido elaborado o referido relatório, a ULS Guarda adota o regime de igualdade salarial entre mulheres e homens, obedecendo a regras específicas para as diversas carreiras e grupos profissionais, conforme 2.9 do RG.	
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Atribuição de competências para a elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	http://www.guarda.mn/saude/corruption-prevention-report-2017.pdf	Conforme 2.10 do RG
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S		Conforme 2.11 do RG
Aplicação das normas de contratação pública pelas participantes	N/A		Conforme 2.11 do RG
Contratos subordinados a vista prevista do TC	S		
Auditórios do Tribunal de Contas (b)			
Recomendação 1 - Instituir mecanismos de controlo interno, analisando em articulação as unidades orgânicas que gerem o aprovado orçamento/budgetaria, os serviços financeiros e administrativos, bem como os serviços de auditoria interna tendo em vista a deteção de erros, contrábilis ou outros instrumentos geradores de despesa que, pela sua natureza ou magnitude, devam ser remetidos à fiscalização-prefeira do Tribunal de Contas.		Em fase de implementação, suspendida em sede de auditoria. Admite-se também que, pela entrada em vigor a 1/2/2018 do novo CCP, que traz alterações profundas à documentação produzida assim, não se proceda a incluir a nova realidade. Geralmente bem referido e sustentado na integra por esta ULS, a articulação entre aqueles três serviços constitui um negócio-máx-vel, pois possibilita um maior e mais rigoroso controlo sobre os factores geradores de despesa, antecipando a deteção da necessidade do envio dos elementos processuais para o Tribunal de Contas. O atual Conselho de Administração está muito engajado em que esta recomendação seja materializada, pelo que se prevê a aprovação do documento referido durante o segundo trimestre de 2018.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação Itens Conselhos de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 2 - Em caso de dúvida sobre a assunção de contratos a fiscalizar a Previa remeterá os respetivos procedimentos ao Tribunal de Contas para a decisão	S	Em sede do Manual de Procedimentos considerou-se que é uma regra procedimental que obviamente determina que, em caso de dúvida sobre a sujeição dos contratos à fiscalização, os mesmos devem ser remetidos ao Tribunal de Contas para sua pronúncia e decisão. Embora a ULS não absteve a implementação de uma regra formal neste sentido, existe um entendimento de que todos os contratos passíveis de suscitar dúvidas quanto ao seu envio a esta entidade devão ser sempre submetidos aos ajustes diretos, admitindo posteriormente um relatório com conformidade.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação Itens Conselhos de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 3 - Assegurar que os ajustes diretos são feitos de forma fundamentada e que sejam verificados periodicamente pelos serviços de auditoria interna em telas de auditoria autónoma	S	O novo manual de procedimentos da SAL apudelata a existência da necessidade de uma clara fundamentação de todos os ajustes diretos, em perfeta articulação com os serviços responsáveis relativos aos serviços de apoio financeiro. Refira-se que, atualmente, com exceção dos ajustes diretos simplificados, já existe fundamentação objectiva para o recurso ao procedimento de ajuste direto, no seu Plano Anual de Auditoria (PAA) para 2018 e seguintes. No a margem destes, no caso de tal verificação não ser considerada em sede de PAA, será efectuada a verificação periódica dos ajustes diretos, emitindo posteriormente um relatório com conformidade.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação Itens Conselhos de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 4 - Planejamento das necessidades no que concerne à aquisição de bens e serviços, devidamente suportado nos planos de atividade e orçamentos anuais, de forma a garantir a reusabilidade, adequados tipos de procedimentos	S	O atual Conselho de Administração está implementado em instaurar um mecanismo de centralização interna de forma a estabelecer previamente as necessidades de cada serviço, de forma a atempadamente promover os procedimentos concorrentes que se adequem às necessidades da instituição.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação Itens Conselhos de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 5 - Proceder à elaboração, revisão e actualização tempestiva de regulamentos e manuais de procedimento da área de compras e proveitamento		Em fase de implementação, a ULS tem elaborado um Manual de Procedimentos, instaurado em fase de finalização, de modo a incluir as profundas alterações ao CCP, que entram em vigor a 1/2/2018.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação Itens Conselhos de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.

Cumprimento das Orientações legais - 2017:	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Recomendação 6 - Garantir que as aquisições de bens e serviços efetuadas no Serviço de Unidade Clínica dos Hospitais são efetuadas de forma transparente e em regime de concorrência.	S	As aquisições de bens e serviços adjudicadas ao SUC/H resultaram de procedimentos pré-contratuais ao abrigo do Código dos Contratos Públicos e em regime de concorrência. Apenas algumas adjudicações de serviços de manutenção e assistência técnica resultaram de ajustes diretos com convite à entidade supradita. Em sede de planeamento para o ano 2018 ficou estabelecido que todos os procedimentos, em que o SUC/H possa participar, serão efetuados em regime de concorrência.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação VI a) Conselho de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 7 - Garantir que os processos de aquisição de bens e serviços se encontram devidamente documentados, que exista informação de procedimentos na organização das mesmas, de forma a permitir uma pesquisa rápida dos documentos, assegurar uma gestão integrada e eficaz dos processos, sem como a sua auditabilidade a pôr em risco.	S	Não obstante todos os processos de aquisição de bens e serviços estarem documentados, serão estabelecidos em sede de Manual de Procedimentos as orientações para a uniformização e organização dos juntas processuais. Para efeito, está a ser desenvolvida uma checklist que defina quais os documentos que devem constar dos processos, bem como, a sua organização. O Serviço de Auditoria Interna periodicamente procederá a uma análise numérica anual a estes registos, por forma a garantir um maior e mais rigoroso controlo.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação VII a) Conselho de Administração das unidades de saúde do setor empresarial do Estado auditadas.
Recomendação 8 - Assegurar o controlo da execução dos contratos, planeando, orçamentando e programando, adequadamente, as aquisições de bens e serviços que constituem necessidades contínuas, por forma a não existirem faltas ou interrupções no seu fornecimento e o recurso a ajustes diretos.	S	Seta estabelecida em sede de Manual de Procedimentos a responsabilização dos serviços técnicos e/ou comissões de acompanhamento pelo controlo da execução dos contratos, de forma a ser possível planejar com a devida antecedência as necessidades com o objetivo de lançar os procedimentos de aquisição de base anual posteriores.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação I a) Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda EPE.
Recomendação 9 - Proceder à elaboração anual de relatórios sobre a execução do Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.	S	O presente Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da ULS Guarda foi aprovado pelo anterior Conselho de Administração em 07-01-2016 tendo sido emitido um relatório sobre a execução do mesmo em Março de 2016. O referido documento sofreu uma revisão no inicio de 2017, sendo emitido um relatório sobre a execução do mesmo referente ao ano de 2017, praticamente sem alterações para todos os exercícios posteriores.	Ponto 2 Recomendações - Recomendação II a) Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda EPE.
Parque Automóvel			
Nº de Veículos		67	Conforme 2.10 do RG.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IOCIP		99,38%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial		101995.784,57 €	Conforme 2.14 do RG.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado		39.024,29 €	Conforme 2.14 do RG.
(ii) Indicar cada objetivo de gestão da empresa			
(iii) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.			

2.18 Informação a reportar em conformidade com o Apêndice 2 do Ofício Circular 1365, de 06/03/2018, da DGTF.

- Informação relativa à execução financeira do Contrato Programa de 2017, de Contratos Programa de anos anteriores, cuja faturação permaneça por validar/encerrar à data de 31-12-2017, ou de contratos Programa que estejam encerrados mas para os quais subsistam valores por regularizar.

Quadro 47 – Faturação CP

Contrato Programa (Ano)	Total Contrato	Valor Faturado (de acordo com a estimativa de proveitos)	Acréscimo Registado	Adiantamentos Recebidos	Saldo
2017	97.032.013,56 €	77.557.791,25 €	16.369.197,86 €	93.250.167,55 €	-15.692.376,30 €
2016	92.984.668,57 €	90.009.159,18 €	0,00 €	90.515.168,90 €	-506.009,72 €
2015	82.578.089,68 €	79.935.590,81 €	0,00 €	80.448.071,94 €	-512.481,13 €
2014	84.701.592,23 €	81.281.115,38 €	0,00 €	81.827.602,00 €	-546.486,62 €
2013	80.925.556,22 €	77.946.534,16 €	0,00 €	78.136.424,72 €	-189.890,56 €
2012	81.544.021,16 €	66.643.526,77 €	0,00 €	80.320.875,60 €	-13.677.348,83 €
2011	86.279.817,86 €	82.202.777,12 €	0,00 €	86.092.726,65 €	-3.889.949,53 €
2010	90.596.705,02 €	83.244.089,77 €	0,00 €	90.596.705,02 €	-7.352.616,25 €
2009	82.048.152,10 €	77.198.167,89 €	0,00 €	81.919.312,92 €	-4.721.155,03 €

O único Contrato Programa que está encerrado e que não subsistem valores por regularizar é o correspondente ao ano 2008. De referir que os Contratos programas de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 já se encontram encerrados mas ainda subsistem valores por regularizar, sendo que dos anos seguintes os valores apresentados podem sofrer acertos após emissão do ofício da parte da ACSS relativamente ao apuramento final de encerramento do respetivo Contrato Programa.

- Informação relativamente à faturação líquida emitida no ano, saldos devedores e saldos credores, reportados a 31-12-2017, para cada uma das entidades pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde, para saldos superiores a 100.000€.

Quadro 48 – Faturação Líquida SNS

Entidade Terceira	NIF	Faturação Emitida em 2017	Saldo Devedor em 31-12-2017	Saldo Credor em 31-12-2017
INSTITUTO PORTUGUÊS SANGUE E TRANSPLANTAÇÃO	502423943	316.201,10 €		570.078,80 €
CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA	510103448	223.651,67 €		57.363,42 €
CENTRO HOSPITALAR LISBOA OCIDENTAL, EPE	507618319	126.738,00 €		113.541,50 €

Os valores mencionados foram sujeitos a verificação no âmbito de consolidação de contas do Serviço Nacional de Saúde, sendo a segunda e terceira entidade prestadores de serviço no âmbito de realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

- Informação relativa aos investimentos realizados no ano de 2017, de valores superiores a 100.000€, ao abrigo do Despacho nº10220/2014, de 1 de agosto ou autorizados pelo Conselho de Administração.

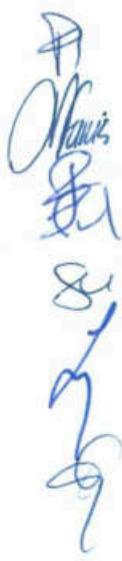
Quadro 49 – Investimentos 2017

Designação do Investimento/Projeto	Valor Total do Projeto	Plurianual? Indicar período	Autorizado por (Tutela/Finanças/C.A., data)	Investimento Co-financiado (Sim/Não)	Valor da Execução Financeira 2017
Remodelação da Extensão de São Romão (Centro-05-4542-FEDER-000030)	164.209,70 €	SIM , 2015-2017	CA , 14/05/2015	Sim	17.412,73 €
Sistema de Gestão do circuito de medicamentos e materiais- Prescrição Eletrónica (POCI-02-0550-FEDER-012642_SAMA 2020)	295.200,00 €	SIM , 2016-2017	CA , 19/08/2016	SIM	147.600,00 €
Sistema de Gestão do processo anestésico (POCI-02-0550-FEDER-012642_SAMA 2020)	120.995,00 €	SIM , 2017-2018	CA , 31/08/2016	SIM	0,00 €
Aquisição de Equipamento Informático Fase 1	145.416,75 €	NÃO	CA , 26/06/2017	NÃO	0,00 €

Dos projetos apresentados, o primeiro é o único que foi concluído em 2017, cujo investimento foi na área de obras de edifício e de aquisição de equipamentos médicos e administrativos.

O segundo e terceiro estão incluídos no financiamento do Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública.

O quarto, Aquisição de Equipamento Informático Fase 1, foi adjudicado ao abrigo do Acordo Quadro “Aquisição e Aluguer Operacional de Equipamento Informático” celebrado e conduzido pela SPMS – Serviços Partilhados Ministério da Saúde, E.P.E.



Parte III

Atividade Global por Nível de Cuidados

Na Parte III do Relatório de Gestão é dada a conhecer a produção dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados Hospitalares e Cuidados Continuados da ULS Guarda no ano 2017, comparação com o ano 2016 e respetivas variações.



Atividade Global por Nível de Cuidados

3.1 Cuidados de Saúde Primários

De acordo com os artigos 2º e 3º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro e posteriores alterações, os Cuidados de Saúde Primários (CSP) são prestados pelos agrupamentos de centros de saúde (ACES). Os ACES são constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde.

O centro de saúde componente dos ACES é um conjunto de unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários e individualizados, por localização e denominação determinadas.

O artigo 42ºA do Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, que republica o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, estabelece que os centros de saúde integrados em unidades locais de saúde seguem, com as necessárias adaptações, o regime de organização e funcionamento previsto no referido decreto-lei, devendo refleti-lo nos respetivos regulamentos internos.

O ACES Guarda representa o conjunto dos treze centros de saúde integrados na ULSG.

Quadro 50 – Centros de Saúde do ACES Guarda

ACES GUARDA	CENTRO DE SAÚDE	UNIDADE FUNCIONAL
	Centro de Saúde de Almeida	UCSP Almeida
	Centro de Saúde de Celorico da Beira	UCSP Celorico da Beira
	Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo	UCSP Figueira de Castelo Rodrigo
	Centro de Saúde de Fornos de Algodres	UCSP Fornos de Algodres
	Centro de Saúde de Gouveia	UCSP Gouveia
	Centro de Saúde da Guarda	UCSP Guarda
		USF A Ribeirinha
	Centro de Saúde da Manteigas	UCSP Manteigas
	Centro de Saúde da Meda	UCSP Meda
	Centro de Saúde de Pinhel	UCSP Pinhel
	Centro de Saúde de Sabugal	UCSP Sabugal
	Centro de Saúde de Seia	UCSP Seia
		UCC Seia
	Centro de Saúde de Trancoso	UCSP Trancoso
	Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa	UCSP Vila Nova de Foz Côa
		Unidade de Saúde Pública - USP Guarda

O ACES Guarda compreende as seguintes unidades funcionais:

- a) 1 Unidade de saúde familiar (USF);
- b) 13 Unidades de cuidados de saúde personalizados (UCSP);

c) 1 Unidade de cuidados na comunidade (UCC);

d) 1 Unidade de saúde pública (USP);

Quadro 51 – Unidades Funcionais do ACES Guarda

ACES GUARDA	1Unidade de Saúde Familiar	USF A Ribeirinha
		UCSP Almeida
		UCSP Celorico da Beira
		UCSP Figueira de Castelo Rodrigo
		UCSP Fornos de Algodres
		UCSP Gouveia
		UCSP Guarda
		UCSP Manteigas
		UCSP Meda
		UCSP Pinhel
		UCSP Sabugal
		UCSP Seia
		UCSP Trancoso
		UCSP Vila Nova de Foz Côa
	2 Unidades de Cuidados na Comunidade	UCC Gouveia
		UCC Seia
	1Unidade de Saude Pública	USP Guarda

A taxa de cobertura de médico de família na ULSG, em 31/12/2017, era de 97,5%, existindo 149.152 utentes inscritos frequentadores, o que corresponde a 209.787 unidades ponderadas.

As unidades ponderadas obtêm-se pela aplicação dos seguintes fatores:

- a) O número de utentes dos 0 aos 6 anos de idade é multiplicado pelo fator 1,5;
- b) O número de utentes entre os 7 e os 64 anos de idade é multiplicado pelo fator 1;
- c) O número de utentes entre os 65 e os 74 anos de idade é multiplicado pelo fator 2;
- d) O número de utentes com idade igual ou superior a 75 anos é multiplicado pelo fator 2,5.

No quadro seguinte podemos avaliar a distribuição dos utentes inscritos e respetivas taxas de cobertura, por unidade funcional do ACES, à data de 31/12/2017.

Em 31/12/2017, estavam inscritos no ACES Guarda 149.152, sendo que 97,5% tinham médico de família. Os 2.182 utentes sem médico de família estavam inscritos nas UCSP's da Guarda, Sabugal e Seia. Assim como os 1.539 utentes que optaram por não ter médico de família, os restantes 28 utentes não são relevantes para esta análise, visto que representam algumas inconformidades administrativas que são imediatamente sanadas, logo que detetadas.

Quadro 52 – Taxa de cobertura de médico de família

Unidade Funcional ACES	Taxa de cobertura médico de família	Nº utentes	Unidades Ponderadas	N.º Utentes Com Médico de Família	N.º Utentes Sem Médico de Família	N.º Utentes Sem Médico de Família Por Opção
UCSP Almeida	98,19%	6 950	10.636	6.824	3	123
UCSP Celorico da Beira	100,00%	7 444	10.557	7.444	0	0
UCSP Figueira C. Rodrigo	100,00%	5.888	8.475	5.888	0	0
UCSP Fornos de Algodres	99,37%	5.844	8.432	5.807	6	31
UCSP Gouveia	95,73%	14.406	20.803	13.791	2	613
UCSP Guarda	97,26%	27.676	36.807	26.918	655	103
USF Ribeirinha	99,96%	14.170	18.102	14.164	0	6
UCSP Manteigas	98,82%	3.305	4.719	3.266	0	39
UCSP Meda	98,24%	4.705	6.834	4.622	3	80
UCSP Pinhel	99,91%	9.314	13.580	9.306	7	1
UCSP Sabugal	90,15%	10.320	15.763	9.305	999	16
UCSP Seia	96,02%	23.706	33.156	22.763	528	415
UCSP Trancoso	98,70%	8.768	12.507	8.654	2	112
UCSP Vila Nova Foz Côa	99,92%	6.656	9.416	6.651	5	0
TOTAL	97,49%	149.152	209.787	145.403	2.210	1.539

Fonte: RNU

3.1.1 Unidade de Saúde Familiar - USF

O artigo 3º do Decreto-Lei n.º 73/2017, de 21 de junho, que republica o Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto estabelece que as USF são as unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, por enfermeiros e por pessoal administrativo, podendo ser organizadas em três modelos de desenvolvimento: A, B e C.

De acordo com a Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS), “...a diferenciação entre os vários modelos de USF (A, B e C) é resultante do grau de autonomia organizacional, da diferenciação do modelo retributivo e de incentivos dos profissionais e do modelo de financiamento e respetivo estatuto jurídico. ... o modelo A corresponde na prática, a uma fase de aprendizagem e de aperfeiçoamento do trabalho em equipa de saúde familiar, ao mesmo tempo que constitui um primeiro contributo para o desenvolvimento da prática da contratualização interna...”.

A USF A Ribeirinha, integrada no Centro de Saúde da Guarda e única USF do ACES Guarda, está organizada em modelo A e é regida pelo Decreto-Lei n.º 73/2017, de 21 de junho, que republica o Decreto -Lei n.º 298/2007, de 22 de agosto.

Os resultados da USF A Ribeirinha serão apresentados nos quadros seguintes, juntamente com os resultados das UCSP's, visto que têm estrutura semelhante e prestam o mesmo tipo de cuidados.

3.1.2 Unidade Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP

As Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados – UCSP têm estrutura idêntica à prevista para as USF e prestam cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos. Assim como as USF's, as equipas da UCSP's são compostas por médicos, enfermeiros e administrativos, não obstante o facto dos centros de saúde integrarem também os assistentes operacionais.

Nos quadros seguintes serão apresentadas informações relativas à USF e às 13 UCSP's do ACES Guarda.

Quadro 53 – Consultas Ambulatório e Domicílios - ACES Guarda

Consultas de Ambulatório e Domicílios Médicos			Var. 2017 / 2016	
	2017	2016	Valor	%
Consultas Saúde de Adultos	348.230	355.262	-7.032	-1,98%
Consultas Saúde Infantil	27.661	30.591	-2.930	-9,58%
Consultas Saúde Materna	5.888	5.555	333	5,99%
Planeamento Familiar	11.674	13.529	-1.855	-13,71%
Domicílios Médicos	1.629	1.982	-353	-17,81%
TOTAL	395.082	406.919	-11.837	-2,91%

Fonte: SINUS

Se no quadro acima estão incluídas todas as consultas de ambulatório e domicílios, realizadas no ano 2017 e período homólogo, seguidamente iremos apresentar a divisão das consultas entre primeiras e subsequentes.

As primeiras consultas no âmbito dos CSP representam somente as primeiras consultas do ano, na unidade funcional onde o utente está inscrito, independentemente do programa de saúde em que estão integradas (saúde de adultos, ou planeamento familiar, ou saúde materno-infantil, etc.).

Quadro 54 – Consultas (Primeiras e Subsequentes) - ACES Guarda

Consultas de Ambulatório e Domicílios (médicos)	Var.		2017 / 2016	
	2017 / 2016		Valor	%
	2017	2016		
Total de primeiras consultas médicas	112.633	166.088	-53.455	-32,18%
Total de consultas médicas subsequentes	282.449	240.831	41.618	17,28%
TOTAL	395.082	406.919	-11.837	-2,91%

Fonte: SINUS

Observa-se que no ano 2017 as primeiras consultas representaram cerca de 29% do total das consultas, enquanto no ano anterior o peso era de 41%.

Quadro 55 – Indicadores Gerais - ACES Guarda

Indicadores	Var.		2017 / 2016	
	2017 / 2016		Valor	%
	2017	2016		
Saúde de Adultos				
Consultas por inscritos frequentadores (média consultas no período)	2,33	2,39	-0,06	-2,51%
Saúde Materna				
Consultas por Grávida	6,57	5,01	1,56	31,14%
Precocidade na 1.ª consulta no 1.º trimestre de gravidez	89,63%	82,30%	0,07	8,91%
1.ª Consulta no 3.º trimestre de gravidez	2,59%	7,33%	-0,05	-64,67%
Planeamento Familiar				
Consultas por mulher em Programa	1,49	1,34	0,15	11,19%

Fonte: SINUS

Os indicadores associados à Saúde Materna e ao Planeamento Familiar registaram evoluções plenamente favoráveis, o que demonstra um maior acompanhamento das grávidas e mulheres inscritas em Planeamento Familiar.

A média de consultas de Saúde de Adultos por inscritos diminuiu 2,5%, em linha com as dificuldades originadas pelas consultas urgentes, que serão abordadas a seguir, e que representam cerca de 20% do total das consultas do ACES Guarda.

Apenas nos concelhos de Almeida, Fornos, Gouveia, Manteigas e Pinhel o peso das consultas urgentes é inferior a 30%, sendo que em Trancoso e no Sabugal, ultrapassam os 40%.

Quadro 56 – Consultas Ambulatório, Domicílios e Urgentes - ACES Guarda

	Ambula-tório e Domicílios	Urgentes	% urgentes no total consultas	Ambula-tório e Domicílios	Urgentes	% urgentes no total consultas	Ambula-tório e Domicílios	Urgentes	% urgentes no total consultas
	2017			2016			% 2017 / 2016		
UCSP Almeida	19.332	6.448	25,01%	19.404	7.797	28,66%	-0,37%	-17,30%	-12,74%
UCSP Celorico da Beira	16.649	10.967	39,71%	16.928	11.835	41,15%	-165%	-7,33%	-3,49%
UCSP Figueira C. Rodrigo	12.904	6.762	34,38%	13.269	8.233	38,29%	-2,75%	-17,87%	-10,20%
UCSP Fornos de Algodres	16.709	6.383	27,64%	17.752	6.861	27,88%	-5,88%	-6,97%	-0,84%
UCSP Gouveia	44.277	18.303	29,25%	49.007	19.111	28,05%	-9,65%	-4,23%	4,25%
UCSP Guarda	69.222		0,00%	71.512		0,00%	-3,20%		
USF Ribeirinha	33.850		0,00%	35.918		0,00%	-5,76%		
UCSP Manteigas	8.493	3.085	26,65%	8.115	3.160	28,03%	4,66%	-2,37%	-4,93%
UCSP Meda	13.851	7.466	35,02%	13.941	6.817	32,84%	-0,65%	9,52%	6,65%
UCSP Pinhel	26.517	9.538	26,45%	26.917	10.274	27,62%	-149%	-7,15%	-4,24%
UCSP Sabugal	21.486	16.388	43,27%	22.378	17.644	44,09%	-3,99%	-7,12%	-185%
UCSP Seia	70.847		0,00%	71.293		0,00%	-0,63%		
UCSP Trancoso	18.096	15.153	45,57%	16.819	17.874	51,52%	7,59%	-15,22%	-11,54%
UCSP Vila Nova Foz Côa	22.849		0,00%	23.666		0,00%	-3,45%		
TOTAL	395.082	100.493	20,28%	406.919	109.606	21,22%	-2,91%	-8,31%	-4,44%

Fonte: SINUS

A redução no nº total de consultas de ambulatório e domicílios está diretamente relacionada com a disponibilização de consultas urgentes, em horário prolongado ou em serviço de atendimento permanente (SAP), durante 24 horas, em alguns centros de saúde, o que origina o direito ao gozo de descansos compensatórios e folgas dos médicos.

Tendo em conta que as consultas urgentes são realizadas dentro dos horários dos médicos, as unidades funcionais do ACES Guarda confrontam-se com uma grande dificuldade de programar e realizar todas as consultas necessárias ao correto desenvolvimento dos programas de saúde, visto que os tempos médicos que devem ser utilizados em consultas de ambulatório são consumidos em consultas urgentes que, muitas vezes, geram descansos compensatórios e folgas legalmente previstos, com prejuízo para o serviço.

A seguir podemos analisar a distribuição dos 1.629 domicílios médicos, que estão incluídos no quadro anterior, visto tratar-se de consultas médicas.

Quadro 57 – Domicílios médicos - ACES Guarda

Domicílios Médicos			Var. 2017 / 2016	
	2017	2016	Valor	%
UCSP Almeida	47	58	-11	-18,97%
UCSP Celorico da Beira	77	90	-13	-14,44%
UCSP Figueira C. Rodrigo	197	207	-10	-4,83%
UCSP Fornos de Algodres	182	188	-6	-3,19%
UCSP Gouveia	63	102	-39	-38,24%
UCSP Guarda	200	284	-84	-29,58%
USF Ribeirinha	353	458	-105	-22,93%
UCSP Manteigas	84	88	-4	-4,55%
UCSP Meda	57	77	-20	-25,97%
UCSP Pinhel	57	53	4	7,55%
UCSP Sabugal	79	151	-72	-47,68%
UCSP Seia	132	85	47	55,29%
UCSP Trancoso	69	98	-29	-29,59%
UCSP Vila Nova Foz Côa	32	43	-11	-25,58%
TOTAL	1.629	1.982	-353	-17,81%

Fonte: SINUS

A redução do número de domicílios médicos foi ainda mais acentuada do que as consultas médicas realizadas nos espaços físicos da USF e das UCSP's. Tal facto pode ser explicado por uma menor procura por esse tipo de consulta devido à existência de múltiplos lares de idosos, que com os seus recursos médicos e de enfermagem, satisfazem uma parte das necessidades de cuidados de saúde dos seus utentes. Acresce salientar que essa faixa etária é a que mais origina o recurso a este tipo de consultas. Também as distâncias entre as diversas freguesias e os locais de realização de consultas nas unidades funcionais do ACES, por vezes levam à uma ponderação entre o número de consultas que podem ser realizadas na unidade funcional durante o tempo de deslocação e duração de uma consulta no domicílio.

3.1.3 Unidade de Cuidados na Comunidade - UCC

O artigo 11º do Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, que republica o Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, estabelece que a unidade de cuidados na comunidade (UCC) “*presta cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e atua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção.*”.

As UCC's são formadas por enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outros profissionais, de acordo com as necessidades e a disponibilidade de recursos.

O Aces Guarda integra a UCC Gouveia e a UCC Seia.

O ano 2017 foi marcado por um processo de desenvolvimento das metodologias de trabalho e consequentes registo nos sistemas de informação.

No quadro seguinte são apresentados os contatos e consultas realizados no âmbito das UCC's no ano 2017 e comparação com o período homólogo.

Quadro 58 – Produção UCC

	Produção UCC		Var. 2017 / 2016	
	2017	2016	Valor	%
UCC Gouveia				
Contactos de Enfermagem	2.294	975	1.319	135,28%
Consultas Nutricionista	21	0	21	
Consultas Assistente Social	2	0	2	
Consultas Psicólogo	0	5	-5	-100,00%
UCC Seia				
Contactos de Enfermagem	3.212	2.087	1.125	53,91%
Consultas Nutricionista	38	11	27	245,45%
Consultas Fisioterapeuta	0	12	-12	-100,00%
Consultas Psicólogo	122	22	100	454,55%

Fonte: SIARS

3.1.4 Unidade de Saúde Pública - USP

A Unidade de Saúde Pública da ULSG, assim como determina o artigo 12º do Decreto-Lei nº 253/2012, de 27 de novembro, que republica o Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, funciona como observatório de saúde da área da influência da ULSG, “competindo-lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respetiva, no exercício das funções de autoridade de saúde”.

3.1.4.1 Programa Nacional de Vacinação - PNV

Em janeiro de 2017 começou a aplicar-se, a nível nacional, o novo esquema do Programa Nacional de Vacinação (PNV), atualizado de acordo com a realidade portuguesa e fundamentado em comprovação científica.

Quadro 59 – PNV Recomendado

Doença	Idade											
	0 mês 5	2 mês 5	4 mês 5	6 mês 5	12 mês 5	18 mês 5	5 anos	10 anos	25 anos	45 anos	65 anos	10/10 anos
Hepatite B	VHB 1	VHB 2		VHB 3								
<i>Haemophilus influenzae</i> b	Hib 1	Hib 2	Hib 3		Hib 4							
Difteria, tétano, tosse convulsa	DTPa 1	DTPa 2	DTPa 3		DTPa 4	DTPa 5						
Poliomielite	VIP 1	VIP 2	VIP 3		VIP 4	VIP 5						
<i>Streptococcus pneumoniae</i>	Pn 1	Pn 3.2	Pn 3									
<i>Neisseria meningitidis</i> C			MenC									
Sarampo, parotidite epidémica, rubéola			VASP R 1		VASP R 2							
Vírus Papiloma humano					HPV 12							
Tétano, difteria e tosse convulsa					Tdpa - Grávidas							
Tétano e difteria *					Td	Td	Td	Td	Td			

* Pn 3 - Aplicável apenas aos nascidos ≥205

- HPV - Aplicável apenas a raparigas, com esquema 0-6 meses

† Tdpa - Aplicável apenas a grávidas, em qualquer idade. Uma dose em cada gravidez

‡ Td - De acordo com a idade da pessoa, devem ser aplicados os intervalos recomendados entre doses, tendo como referência a data de administração da dose anterior. A partir dos 65 anos, recomenda-se a vacinação de todas as pessoas que tenham feito a última dose de Td há ≥10 anos; as doses seguintes são administradas de 10 em 10 anos.

Fonte: DGS 2017

A avaliação anual do PNV, no âmbito da ULSG, conclui por uma elevada taxa de cobertura vacinal. No quadro abaixo, estão patentes as taxas de cumprimento por tipo de vacina/dose e respetiva coorte de ano de nascimento.

Quadro 60 – PNV Cumprido

Coorte	Vacina / Dose	Total fichas vacinação	ULS GUARDA			%	
			Total de pessoas				
			F	M	Total		
2017	Hepatite B 1	871	396	463	859	98,6	
	Hepatite B 3		429	493	922	99,4	
	Difteria 3		429	493	922	99,4	
	Tétano 3		429	493	922	99,4	
2016	Tosse convulsa/pertussis 3	928	429	493	922	99,4	
	Doença invasiva por <i>Haemophilus influenzae</i> do serotipo b 3		429	493	922	99,4	
	Poliomielite 3		429	493	922	99,4	
	Infeções por <i>Streptococcus pneumoniae</i> de 13 serótipos 2		430	493	923	99,5	
2015	Difteria 4	922	461	434	895	97,1	
	Tétano 4		461	434	895	97,1	
	Tosse convulsa/pertussis 4		461	434	895	97,1	
	Doença invasiva por <i>Haemophilus influenzae</i> do serotipo b 4		461	434	895	97,1	
2011	Sarampo 1	1099	467	449	916	99,3	
	Parotidite 1		467	449	916	99,3	
	Rubéola 1		467	449	916	99,3	
	Doença invasiva por <i>Neisseria meningitidis</i> C 1		466	449	916	99,2	
2010	Infeções por <i>Streptococcus pneumoniae</i> de 13 serótipos 3	996	464	445	909	98,6	
	Difteria 5		524	536	1060	96,5	
	Tétano 5		524	536	1060	96,5	
	Tosse convulsa/pertussis 5		524	536	1060	96,5	
2006	Sarampo 2	1104	525	536	1061	96,5	
	Parotidite 2		525	536	1061	96,5	
	Rubéola 2		525	536	1061	96,5	
	Poliomielite 4		526	541	1067	97,1	
rapangas	Difteria 5	587	470	499	969	97,3	
	Tétano 5		470	499	969	97,3	
	Tosse convulsa/pertussis 5		470	499	969	97,3	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 1		558	0	558	95,1	
rapangas	Infeções por vírus do Papiloma humano 2		502	0	502	85,5	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 1	619	590	0	590	95,3	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 2		569	0	569	91,9	
rapangas	Infeções por vírus do Papiloma humano 1		616	0	616	95,1	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 2		599	0	599	92,4	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 1	647	620	0	620	95,8	
	Infeções por vírus do Papiloma humano 2		612	0	612	94,6	

Fonte: USP

3.1.4.2 Saúde Oral

Segundo o Ministério da Saúde, as doenças orais, como a cárie dentária e as doenças periodontais, são um sério problema de saúde pública, uma vez que afetam grande parte da



população, influenciam os seus níveis de saúde, de bem-estar, de qualidade de vida e são vulneráveis a estratégias de intervenção conhecidas e comprovadamente eficientes.

De acordo com a Direção-Geral da Saúde (DGS), o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO) tem como objetivos a redução da incidência e da prevalência das doenças orais nas crianças e jovens, a melhoria dos conhecimentos e comportamentos sobre saúde oral e a promoção da equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças e jovens com necessidades de saúde especiais.

No ano 2017 e no âmbito do PNPSO foram distribuídos 2.451 cheques dentistas, dos quais 71,15% foram utilizados. No quadro seguinte observam-se as variações entre os anos 2017 e 2016.

Quadro 61 – Cheques Dentista - anos 2016 e 2017

Cheques Dentista 2017								
	<6 anos	8-15 Anos	16 Anos	Grávidas	Idosos c/ Complemento Solidário	Pessoas com infecção por HIV/SIDA	Intervenção Precoce no Cancro Oral	Total
Nº de Cheques emitidos	534	191	495	1004	156	12	49	2.451
Nº de Cheques utilizados	334	152	370	703	149	11	25	1.744
% de Cheques utilizados / emitidos	62,55%	79,58%	74,75%	70,02%	89,76%	91,67%	51,02%	71,15%
Cheques Dentista 2016								
	<6 anos	8-15 Anos	16 Anos	Grávidas	Idosos c/ Complemento Solidário	Pessoas com infecção por HIV/SIDA	Intervenção Precoce no Cancro Oral	Total
Nº de Cheques emitidos	556	202	220	938	117	4	35	2.072
Nº de Cheques utilizados	365	180	178	664	100	3	9	1.499
% de Cheques utilizados / emitidos	65,65%	89,11%	80,91%	70,79%	85,47%	75,00%	25,71%	72,35%
Cheques Dentista 2017/2016								
	<6 anos	8-15 Anos	16 Anos	Grávidas	Idosos c/ Complemento Solidário	Pessoas com infecção por HIV/SIDA	Intervenção Precoce no Cancro Oral	Total
Nº de Cheques emitidos	-3,96%	-5,45%	125,00%	7,04%	4188%	200,00%	40,00%	18,29%
Nº de Cheques utilizados	-8,49%	-15,56%	107,87%	5,87%	49,00%	256,67%	177,78%	16,34%
Nº de Cheques emitidos / utilizados	-4,72%	-10,69%	-7,62%	-109%	5,02%	22,22%	98,41%	-165%

Fonte: USP

3.1.4.3 Saúde Escolar

De acordo com a Direção-Geral da Saúde (DGS), o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE) tem como finalidades, promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa, apoiar a inclusão escolar de crianças com Necessidades de Saúde e Educativas Especiais, promover um ambiente escolar seguro e saudável, reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis e ainda contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras da saúde.

Ainda segundo a DGS, o Programa Nacional de Saúde Escolar ao intervir no Jardim-de-infância e nas Escolas do Ensino Básico e Secundário assume um papel ativo na gestão dos determinantes da saúde da comunidade educativa, constituindo as equipas de saúde escolar a interface com o sistema educativo para a sua implementação.

O trabalho de saúde escolar desenvolve-se prioritariamente na escola e com a escola. Na avaliação do trabalho em saúde escolar, considera-se o acesso ao programa segundo o nível de educação e ensino através de indicadores de cobertura de comunidade educativa por qualquer atividade de saúde escolar.

Quadro 62 – Crianças/alunos em PNSE

Percentagem de crianças/alunos, dos diversos níveis de ensino abrangidos por pelo menos uma atividade do PNSE			
crianças/alunos	2017	2016	% 2017/2016
Pré-escolar	85,00%	58,58%	45,11%
1º Ciclo	90,80%	66,59%	36,37%
2º Ciclo	69,11%	51,89%	33,19%
3º Ciclo	56,14%	42,45%	32,24%
Secundário	51,75%	28,70%	80,34%
Total	69,00%	48,53%	42,19%

Fonte: USP

Quadro 63 – Educadores/Professores em PNSE

Percentagem de educadores de infância e professores dos diferentes níveis de ensino abrangidos pelo PNSE			
Profissionais	2017	2016	% 2017/2016
Educadores de infância	100,00%	73,16%	36,69%
Professores (1ºCiclo)	79,00%	67,94%	16,28%
Professores (2ºCiclo)	46,00%	24,67%	86,49%
Professores (3ºCiclo)	33,00%	18,91%	74,49%
Secundário	16,00%	11,28%	41,80%
Total	47,92%	32,39%	47,95%

Fonte: USP

Quadro 64 – Alunos x Projetos de promoção e educação para a saúde

Alunos abrangidos pelo PNSE, através de projectos de promoção e educação para a saúde			
Alunos	2017	2016	% 2017/2016
Alunos alvo de projetos de promoção de ambientes seguros e saudáveis	494	429	15,15%
Alunos alvo de projetos de prevenção do consumo de tabaco	871	514	69,46%
Alunos alvo de projetos de promoção de alimentação saudável	4.422	3.747	18,01%
Alunos alvo de projetos de educação sexual	1614	1085	48,76%
Alunos alvo de projetos de prevenção do consumo de álcool	740	931	-20,52%
Alunos alvo de projetos de prevenção do consumo de substâncias ilícitas	277	895	-69,05%
Alunos alvo de projetos de promoção de saúde mental	384	789	-51,33%

Fonte: USP

3.1.4.4 Laboratório de Saúde Pública

No ano de 2017, o Laboratório de Saúde Pública teve 27 parâmetros acreditados, dos quais 11 parâmetros Físico-Químicos e 16 Microbiológicos. As principais alterações foram mais 2 parâmetros Microbiológicos acreditados e 1 parâmetro Físico-químico relativamente ao ano 2016.

O Laboratório participou em 18 distribuições de ensaios interlaboratoriais dos seguintes âmbitos:

- 3 distribuições de águas de consumo;
- 2 distribuições de águas de piscina;
- 2 distribuições de água mineral, natural e nascente;
- 3 distribuições de água natural doce (superficial);
- 1 distribuição de água natural doce (balnear);
- 2 distribuições de hemodiálise;
- 2 distribuições de Hospitalar;
- 3 distribuições para Legionella.

No Laboratório de Saúde Pública da ULS da Guarda encontram-se em desenvolvimento os programas da responsabilidade da Unidade de Saúde Pública e dá apoio às atividades dos Delegados de Saúde na área geográfica respetiva.

Neste âmbito, o laboratório realiza análises na área de Saúde Ambiental, nomeadamente análises de Água de Consumo Humano, Águas Minerais Naturais e Termais, Águas para fins recreativos (Piscinas e Balneares) e Análises de Alimentos.

Realiza também as análises referentes aos seguintes programas, que se encontram em funcionamento na Unidade de Saúde Pública de âmbito regional:

- Programa de Monitorização das Cianobactérias nas águas de consumo humano e águas balneares;
- Programa de monitorização das Condições de Funcionamento das Cantinas Escolares e Refeitórios Públicos;
- Programa Pão.Come;
- Programa Sopa.Come.



Quadro 65 – Laboratório Saúde Pública

Tipo Amostra	Número total de análises realizadas pelo LSP por tipo de amostra e tipo de cliente								
	Vigilância USP	Clientes Externos	Total	Vigilância USP	Clientes Externos	Total	Vigilância USP	Clientes Externos	Total
Água de Consumo	743	1299	2.042	847	937	1.784	-12,28%	38,63%	14,46%
Água de Consumo (Água de Captação)	15	73	88	14	69	83	7,14%	5,80%	6,02%
Água de Consumo (Águas à Saída da ETA)	15	77	93	14	67	81	14,29%	14,93%	14,81%
Água de Piscina	439	996	1.435	426	938	1.364	3,05%	6,18%	5,21%
Água de Processo (Hemodialise)	0	54	54	0	53	53		189%	189%
Água de Processo para uso industrial (Água Consumo)	0	15	15	0	9	9		77,78%	77,78%
Água Mineral Natural e de Nascente	109	405	514	107	342	449	187%	18,42%	14,48%
Água Natural Doce - Subterrânea (Água Consumo)	0	73	73	0	9	9		711,11%	711,11%
Água Natural Doce (Água Balnear)	31	85	116	39	95	134	-20,51%	10,53%	-13,43%
Água Natural Doce (Superficial)	0	11	11	0	6	6		83,33%	83,33%
Água Natural Doce (Água Termal)	155	697	852	143	785	928	8,39%	-11,21%	-8,19%
Alimentos (pão)	148	305	453	163	65	228	-9,20%	369,23%	98,68%
Alimentos (sopa)	384	203	587	538	198	736	-28,62%	2,53%	-20,24%
CQE	15	0	15	26	0	26	-38,46%		-38,46%
CQI	2.520	0	2.520	2.551	0	2.551	+122%		-122%
Esfregaço superfície área aleatória	0	0	0	0	0	0			
Manipuladores	704	0	704	847	0	847	-15,88%		-15,88%
Utensílios	3.543	0	3.543	3.772	0	3.772	-6,07%		-6,07%
TOTAL	8.823	4.294	13.117	9.487	3.573	13.060	-7,00%	20,18%	0,44%

Fonte: USP

3.1.4.5 Autoridade de Saúde

De acordo com o Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, “entende-se por autoridade de saúde a entidade à qual compete a decisão de intervenção do Estado na defesa da saúde pública, na prevenção da doença e na promoção e proteção da saúde, bem como no controlo dos fatores de risco e das situações suscetíveis de causarem ou acentuarem prejuízos graves à saúde dos cidadãos ou dos aglomerados populacionais. ...As autoridades de saúde de âmbito local são denominadas delegados de saúde coordenadores e delegados de saúde. ... O delegado de saúde coordenador exerce, por inherência à comissão de serviço para que foi designado, as funções de coordenador da unidade de saúde pública do respetivo agrupamento de centros de saúde, nos termos de legislação própria.”

O quadro seguinte inclui o resumo quantitativo das atividades de execução corrente da autoridade de saúde, bem como o número total de pareceres emitidos e de vistorias realizadas nos treze concelhos da ULSG, no ano 2017.

Quadro 66 – Atividades Autoridade de Saúde

		Atividades da Autoridade de Saúde Pública		
		Quantidade		
		2017	2016	% 2017/2016
Atestados Médicos	Atestado Médico	282	310	-9,03%
	Atestado Médico de isenção de obrigatoriedade do uso do cinto de segurança, por graves razões de saúde	17	30	-43,33%
	Confirmação de atestado médico	1	1	0,00%
	Outros atestados médicos a)	241	182	32,42%
Juntas Médicas	Exame prévio para envio a junta médica de incapacidade	108	94	21,23%
	Atestado multiuso de incapacidade em junta médica	611	517	18,18%
	Renovação de atestado médico de incapacidade multiuso em processo de revisão ou reavaliação do grau de incapacidade em junta médica e junta médica de recurso	415	264	57,20%
	Renovação de atestado médico de incapacidade multiuso nas situações de incapacidade permanente	39	34	14,71%
Óbitos	Verificação de Óbitos	131	138	-5,07%
	Emissão de atestados para cremação/transladação/remoção de cadáveres	0	0	0,00%
	Transporte internacional/trasladação internacional	5	3	66,67%
Pareceres	Estabelecimentos de rest. e ou beb. com área <= 100m2	0	0	0,00%
	Estabelecimentos de rest. e ou beb.s com área > 100m2	1	0	0,00%
	Estabelecimentos de apoio social com área <= 100m2	0	0	0,00%
	Estabelecimentos de apoio social com area > 100m2	15	20	-25,00%
	Recintos com diversões aquáticas com área >100m2	0	0	0,00%
	Outros pareceres sobre projectos de construção, reconstrução, alteração, ampliação com área <= 100m2	0	0	0,00%
	Outros pareceres sobre projectos de construção, reconstrução, alteração, ampliação com área > 100m2	3	5	-40,00%
	Outros pareceres não especificados	0	0	0,00%
	Pareceres ao abrigo do REAI, REAP e RJP EMM (Pedreir	101	28	260,71%
Vistorias	Vistorias a locais com área <= 100m2	2	0	0,00%
	Vistorias a locais com área > 100m2 e <= 500m2	1	4	-75,00%
	Vistorias a locais com área > 500m2 e <= 1000m2	1	0	0,00%
	Vistorias a locais com área >1000m2	2	3	-33,33%
	Outras vistorias n/especificadas previstas na legislação	0	4	-100,00%
	Vistorias no âmbito da vigilância sanitária e de programas saúde ambiental	988	1028	-3,89%
	Vistorias para verificação de situações que podem por em risco a saúde pública/queixas e reclamações	43	36	19,44%
	Vistoria ao abrigo do previsto no REAI, REAP e RJP EMM	10	8	25,00%
	Vistoria ao abrigo do previsto no REDP	1	0	0,00%
Cópias	Vistorias prog. em articulação com outras entidades	114	72	58,33%
	Fotocópia simples por página	0	0	0,00%
	Fotocópia autenticada por página	39	69	-43,48%
Outras	Cópia em suporte digital	0	0	0,00%
Outras	Boletins de Vacinas	78	66	18,18%
TOTAL		4.132	3.601	14,75%

(a) inclui atestados médicos solicitados por entidades oficiais, mandatos de condução em saúde mental, atestados de saúde ocupacional e atestados de medicina desportiva

(b) Vistorias solicitadas pelas Entidades Coordenadoras (EC). Taxa incluída na Taxa de EC

Fonte: USP

3.2 Cuidados de Saúde Hospitalares

Os cuidados de saúde secundários da ULSG são prestados na cidade da Guarda, no Hospital Sousa Martins (HSM) e na cidade de Seia no Hospital Nossa Senhora da Assunção (HNSA).

Apresenta-se no quadro abaixo um resumo da atividade assistencial dos dois hospitais da ULSG, nos anos 2017 e 2016, com as respetivas variações percentuais.

Quadro 67 – Atividade Assistencial dos Cuidados de Saúde Secundários 2017-2016

Atividade Assistencial	2017	2016	Δ% 2017/2016
Internamento			
Doentes Saídos	9.667	10.090	-4,19%
Demora Média	9,97	9,95	2,80%
Taxa de Ocupação	75,39%	79,17%	-4,78%
Lotação	351	347	1,15%
Consulta Externa			
Total de Consultas Externas	130.308	133.776	-2,59%
Primeiras Consultas	42.013	44.540	-5,67%
Consultas Subsequentes	88.295	89.236	-1,05%
Cirurgias			
Total de Cirurgias	7.504	8.212	-8,62%
Hospital de Dia			
N.º de Sessões	2.984	2.927	1,95%
Urgência			
N.º de Atendimentos	100.260	106.123	-5,52%

Fonte: SONHO

A seguir serão apresentadas informações pormenorizadas relativamente às diversas vertentes da produção hospitalar.

3.2.1 Internamento

3.2.1.1 Lotação e Taxa de Ocupação do Internamento

Quadro 68 – Lotação e taxa de ocupação 2017-2016

Internamento ULSG	Lotação			Taxa de Ocupação		
	2017	2016	Δ% 2017/2016	2017	2016	Δ% 2017/2016
Cardiologia	19	19	0,00%	65,32%	70,59%	-7,47%
Cirurgia Geral	40	40	0,00%	81,6%	83,52%	-2,83%
Dermatologia	2	2	0,00%	110%	23,09%	-95,25%
Ginecologia	12	12	0,00%	43,95%	34,81%	26,24%
Medicina Interna	85	85	0,00%	112,64%	118,59%	-5,02%
Neonatologia	6	6	0,00%	34,11%	29,92%	14,01%
Neurologia	4	4	0,00%	92,74%	90,44%	2,55%
Obstetricia	16	16	0,00%	45,10%	45,94%	-1,81%
Oftalmologia	4	4	0,00%	20,27%	27,87%	-27,25%
Oncologia Médica	6	6	0,00%	12,47%	16,89%	-26,21%
Ortopedia	33	33	0,00%	75,33%	75,92%	-0,78%
Otorrinolaringologia	4	4	0,00%	55,48%	61,13%	-9,25%
Pediatria	15	15	0,00%	29,88%	36,25%	-17,56%
Pneumologia	24	24	0,00%	72,32%	74,16%	-2,48%
Psiquiatria	24	24	0,00%	76,28%	84,57%	-9,81%
U.C.I. Coronários	4	4	0,00%	42,05%	40,44%	4,00%
U.C.I Polivalente	10	6	66,67%	64,82%	97,77%	-33,70%
Cuidados Paliativos (Hospital)	11	0				
TOTAL (s/ Berçário e RNCCI)	319	304	4,93%	76,64%	80,81%	-5,17%
Berçário	16	16	0,00%	3185%	33,93%	-6,14%
Cuidados Paliativos (RNCCI)	0	16	-100,00%	78,48%	84,15%	-6,74%
Convalescença (RNCCI)	16	11	45,45%	94,21%	89,70%	5,03%
TOTAL	351	347	1,15%	75,39%	79,17%	-4,77%

Fonte: SONHO

A ULSG dispõe de 351 camas de internamento hospitalar, que incluem 16 camas de convalescença, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e ainda 16 camas de berçário, que acompanham as camas de obstetrícia.

No ano 2017 as 16 camas de cuidados paliativos existentes no HNSA, que até então estavam incluídas na RNCCI, passaram a integrar o contrato programa da ULSG.

A taxa de ocupação da ULSG no ano 2017 foi de 75,39%, o que significou uma redução de 4,77% face ao ano anterior.

O Serviço de Medicina apresenta uma taxa de ocupação superior a 100% devido ao facto de ocupar camas de outras especialidades, em épocas e situações de maior procura, como por exemplo o Plano de Contingência de Gripe.

Está a ser avaliada a continuidade do internamento de Dermatologia, tendo em consideração o elevado número de procedimentos ambulatorizáveis.

3.2.1.2 Doentes saídos

Verificou-se no ano 2017 uma redução de 4,2% no total de doentes saídos, relativamente ao ano 2016, o que representou menos 423 doentes.

Quadro 69 – Doentes Saídos 2017-2016

	Nº de Doentes Saídos (S/ Transf. Interna)		Var.2017-2017	Var.2017/2016 (%)
	2017	2016		
Cardiologia	714	689	25	3,6%
Cirurgia Geral	1279	1361	-82	-6,0%
Dermato-Venereologia	1	6	-5	-83,3%
Ginecologia	358	293	65	22,2%
Medicina Interna	2.532	2.666	-134	-5,0%
Neonatologia	101	88	13	14,8%
Neurologia	78	73	5	6,8%
Obstetricia	761	774	-13	-1,7%
Oftalmologia	105	132	-27	-20,5%
Oncologia Médica	133	181	-48	-26,5%
Ortopedia	1101	1147	-46	-4,0%
Otorrinolaringologia	122	119	3	2,5%
Pediatria	432	466	-34	-7,3%
Pneumologia	632	675	-43	-6,4%
Psiquiatria Agudos	403	473	-70	-14,8%
U.C.I. Coronários	75	83	-8	-9,6%
U.C.I. Polivalente	82	73	9	12,3%
Cuidados Paliativos (Hospital)	121		121	
TOTAL (s/ Berçário e RNCCI)	9.030	9.299	-269	-2,9%
Berçário	484	521	-37	-7,1%
Cuidados Paliativos (RNCCI)		123	-123	-100,0%
Convalescença (RNCCI)	153	147	6	4,1%
TOTAL	9.667	10.090	-423	-4,2%

Fonte: SONHO

A variação negativa ocorreu essencialmente nas especialidades médicas e está relacionada com a criação do Hospital de Dia de Medicina, o que possibilitou a redução de internamentos associados à realização de meios complementares de diagnósticos e à agudização de patologias crónicas.

Refere-se ainda que a criação da Consulta de Paliativos e do Serviço Domiciliário em Cuidados Paliativos, no âmbito do trabalho desenvolvido pela Equipa Intra Hospitalar de Cuidados Paliativos, em articulação com os CSP e a Unidade de Cuidados Paliativos, permitiu a prestação de cuidados aos doentes que deles necessitam, sem recurso ao Serviço de Urgência e ao internamento em camas de agudos, contribuindo assim para a redução do número de doentes saídos do internamento.

3.2.1.3 Demora Média

A demora média dos doentes internados, expressa em dias, traduz o rácio entre o número de dias de internamento e o número de doentes saídos.

Quadro 70 – Demora Média ULSG 2017-2016

Especialidades	DEMORA MÉDIA		Var. 2017/2016	
	2017	2016	dias	%
Cardiologia	6,11	6,86	-0,74	-10,84%
Cirurgia Geral	6,64	6,51	0,14	2,08%
Dermato-Venereologia	2,00	13,46	-11,46	-85,14%
Ginecologia	4,96	5,16	-0,20	-3,79%
Medicina Interna	12,78	13,01	-0,23	-1,76%
Neonatologia	6,59	6,64	-0,05	-0,72%
Neurologia	3,50	16,00	-2,50	-15,63%
Obstetricia	3,41	3,48	-0,07	-2,13%
Oftalmologia	2,45	2,51	-0,07	-2,62%
Oncologia Médica	1,98	2,02	-0,04	-1,89%
Ortopedia	7,46	7,01	0,45	6,42%
Otorrinolaringologia	3,43	3,82	-0,39	-10,23%
Pediatria	3,82	4,26	-0,43	-10,20%
Pneumologia	9,86	9,13	0,73	8,03%
Psiquiatria	15,80	15,89	-0,10	-0,60%
U. Cuidados Intermédios	2,87	2,69	0,17	6,40%
U.C.I. Coronários	5,41	6,32	-0,91	-14,42%
Cuidados Paliativos (Hospital)	26,82			
TOTAL (s/ Berçário e RNCCI)	9,88	9,64	0,24	2,49%
Berçário	3,33	3,41	-0,08	-2,4%
Cuidados Paliativos (RNCCI)		28,03		
Convalescença (RNCCI)	34,16	35,90	-1,74	-4,8%
TOTAL	9,97	9,95	0,02	0,2%

Na ULSG, a demora média de internamento, no ano 2017, foi de 9,97 dias o que se traduziu num ligeiro aumento face ao ano 2016.

Através do quadro anterior podemos observar que o aumento da demora média da ULS Guarda está associado às especialidades de Cirurgia Geral, Ortopedia e Pneumologia.

O aumento do tempo de internamento nas especialidades cirúrgicas pode ser explicado pelo facto das folgas e descansos compensatórios, gozados pelos médicos, originarem alguns adiamentos nas datas de alta.

3.2.2 Consultas Externas

Verificou-se uma redução de 2,6% no número total de consultas hospitalares. Para esse efeito, muito contribuiu o decréscimo de 2,4% nas consultas médicas, que representam cerca de 79% do total das consultas hospitalares.

Quadro 71 – Consultas Externas 2017-2016

Consultas Externas ULSG	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Total Consultas Externas	130.308	133.776	-3.468	-2,69%
Primeiras Consultas	42.013	44.540	-2.527	-5,67%
Consultas Subsequentes	88.295	89.236	-941	-1,05%
Total de Consultas Externas Médicas	103.422	105.967	-254.500	-2,40%
Primeiras Consultas Médicas	33.544	34.843	-129.900	-3,73%
Consultas Subsequentes Médicas	69.878	71.124	-124.600	-1,75%
N.º de Doentes em Lista de Espera médica	11007	9.911	109.600	11,06%
Consultas por dia útil	521	529	-753	-142%
Consultas Médicas por dia útil	414	419	-515	-123%

Fonte: SONHO

Tal decréscimo encontra-se relacionado não apenas com a saída de médicos da instituição, mas também com greves, atestados médicos e gozo de licenças de maternidade. Acresce ainda o gozo de folgas e descansos compensatórios nas especialidades que asseguram serviço de urgência, com impacto direto na redução da atividade programada.

Verificou-se, globalmente, um aumento de 11,06% na lista de espera para consulta hospitalar, o equivalente a mais 1.653 pedidos de primeira consulta relativamente ao ano anterior.

No quadro seguinte são apresentadas as listas de espera, por especialidade médica.

Quadro 72 – Lista de Espera Consulta Externa 2017-2016

Lista de Espera - Consultas Médicas	Nº de Doentes			
	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Anestesiologia	10	29	-19	-65,52%
Cardiologia	1063	853	210	24,62%
Cirurgia Geral	309	367	-58	-15,80%
Cirurgia Pediátrica	39	40	-1	-2,50%
Dermato-Venerologia	1051	684	367	53,65%
Diabetologia	31	25	6	24,00%
Dor	9	15	-6	-40,00%
Gastroenterologia	101	154	-53	-34,42%
Ginecologia	296	207	89	43,00%
Medicina Física e Reabilitação	154	141	13	9,22%
Medicina Interna	262	233	29	12,45%
Nefrologia	52	9	43	477,78%
Neonatologia	52	0	52	0,00%
Neurologia	182	149	33	22,15%
Obstetricia	101	68	33	48,53%
Oftalmologia	4 650	4 135	515	12,45%
Ortopedia	3 550	2 823	727	25,75%
Otorrinolaringologia	579	793	-214	-26,99%
Pediatria	169	199	-30	-15,08%
Pneumologia	314	375	-61	-16,27%
Psiquiatria	179	160	19	11,88%
Reumatologia	250	317	-67	-21,14%
Urologia	107	133	-26	-19,55%
TOTAL	11.007	9.911	1.096	11,06%

Fonte: SONHO

Seguidamente, são apresentadas as consultas hospitalares, onde se pode observar que as reduções mais significativas ocorreram nas especialidades de Oftalmologia, Gastroenterologia e Dermatologia.

A redução verificada na oftalmologia está relacionada com a saída de um médico e a redução da carga horária de outro médico para apenas 5 horas semanais.

No que diz respeito à Gastroenterologia, a redução de 1.232 consultas é justificada pela saída de dois médicos a tempo completo, ficando o Serviço de Gastroenterologia com apenas um especialista a tempo parcial.

As consultas de Dermatologia reduziram devido à saída da Diretora de Serviço para o Conselho de Administração, em maio de 2017, para o Conselho e Administração da ULSG, não obstante o facto de continuar a exercer atividade clínica.

Quadro 73 – Consultas Externas por Especialidade 2017-2016

Especialidade	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ % 2017/2016
Anestesiologia	2.765	3.089	-324	-10,5%
Cardiologia	2.507	2.694	-187	-6,9%
Cirurgia Geral	5.883	6.257	-374	-6,0%
Cirurgia Pediátrica	159	143	16	11,2%
Dermato-Venereologia	5.935	6.513	-578	-8,9%
Diabetologia	4.514	4.454	60	13%
Doenças Autoimunes	975	919	56	6,1%
Dor	1.534	1.448	86	5,9%
Endocrinologia e Nutrição	35	62	-27	-43,5%
Gastroenterologia	886	2.118	-1.232	-58,2%
Ginecologia	3.401	3.800	-399	-10,5%
Medicina Física e Reabilitação	2.324	2.215	109	4,9%
Medicina Interna	14.994	13.948	1.046	7,5%
Nefrologia	492	431	61	14,2%
Neonatologia	416	401	15	3,7%
Neurologia	3.128	3.015	113	3,7%
Obstetricia	3.003	3.110	-107	-3,4%
Oftalmologia	5.673	8.021	-2.348	-29,3%
Oncologia Médica	1.490	1.515	-25	-1,7%
Ortopedia	6.487	6.579	-92	-1,4%
Otorrinolaringologia	5.223	4.984	239	4,8%
Pediatría	4.808	4.744	64	13%
Pneumologia	6.850	6.684	166	2,5%
Psiquiatria (Inst)	10.889	10.221	668	6,5%
Reumatologia	1.694	1.747	-53	-3,0%
Urologia	5.711	5.526	185	3,3%
Consultas a pessoal (Medicina do Trabalho)	1.259	1.311	-52	-4,0%
Outras	387	18	369	2050,0%
Psicologia	3.392	3.625	-233	-6,4%
Apoio Nutricional e Dietética	1.936	1.917	19	10%
Outras consultas por pessoal não médico	21.558	22.267	-709	-3,2%
Total Consultas Médicas	103.422	105.967	-2.545	-2,4%
Total Consultas por Pessoal não Médico	26.886	27.809	-923	-3,3%
TOTAL	130.308	133.776	-3.468	-2,6%

3.2.3 Urgências

A ULSG dispõe de Serviços de Urgência Médico-Cirúrgica no Hospital Sousa Martins, com Urgência Geral, Obstétrica e Pediátrica, e ainda dois Serviços de Urgência Básica, que funcionam em Seia, no Hospital Nossa Senhora da Assunção e outro em Vila Nova de Foz Côa.

Quadro 74 – Urgências 2017-2016

Urgências	2017	2016	Δ% 2017/2016	
			Δ 2017 -2016	Δ% 2017/2016
Geral	42.584	44.330	-1746	-3,94%
Obstétrica	3.813	3.963	-150	-3,79%
Pediátrica	13.510	15.196	-1686	-11,10%
SUB Seia	27.246	28.303	-1057	-3,73%
SUB Vila Nova de Foz Côa	13.111	14.331	-1220	-8,51%
Total Episódios de Urgência	100.264	106.123	-5.859	-5,52%
Urgências Por dia	274,70	289,95	-15,26	-5,26%
Urgências por habitante	0,69	0,73	-0,04	-5,52%

Fonte: SONHO

Verificou-se uma redução de 5,52% no total de urgências no ano 2017, o que representou menos 5.859 episódios relativamente ao ano 2016.

A redução incidiu tanto sobre os Serviços de Urgência Médico-Cirúrgica, como sobre os Serviços de Urgência Básica, indo ao encontro das orientações da tutela, no sentido da diminuição do número de episódios de urgência.

Quadro 75 – Urgências sem internamento 2017-2016

Urgências sem internamento	2017	2016	Δ% 2017/2016	
			Δ 2017 -2016	Δ% 2017/2016
Geral	38.147	39.803	-1656	-4,15%
Obstétrica	3.126	3.236	-110	-3,40%
Pediátrica	13.122	14.794	-1672	-11,30%
SUB Seia	26.119	27.150	-1031	-3,80%
SUB Vila Nova de Foz Côa	12.960	14.077	-1.117	-7,93%
Total Episódios de Urgência	93.474	99.060	-5.586	-5,64%
Urgências Por dia	256,09	270,66	-14,56	-5,38%
Urgências por habitante	0,64	0,68	-0,04	-5,64%

Cerca de 93% das urgências não deram origem a internamento e a evolução relativamente ao ano anterior foi análoga à verificada no total das urgências.

O tempo de espera previsto na triagem foi cumprido em 91% dos episódios de urgência.

Cerca de 45% dos episódios de urgência foram triados com a cor verde, ou azul ou branca, o que representou uma diminuição de 2,6 pontos percentuais face ao ano anterior.

Quadro 76 – Triagem 2017-2016

Urgências Totais	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/ 2016
% episódios dentro do tempo de espera previsto na triagem	91,0%	91,6%	-0,52	-0,6%
% de verdes, azuis e brancos	45,3%	47,9%	-2,64	-5,5%

3.2.4 Hospital de Dia

No ano 2017 foi reforçada a atividade do Hospital de Dia de Medicina, Cirurgia e Pneumologia, o que se traduziu em aumentos no número de sessões e no número de sessões por doente.

Quadro 77 – Hospital de Dia 2017-2016

Hospital de Dia	N.º de Sessões	N.º de Doentes	Sessões por Doente	N.º de Sessões	N.º de Doentes	Sessões por Doente	Δ% sessões 2017/2016	Δ% doentes 2017/2016
	2017			2016				
Oncologia	2.670	411	6,50	1312	310	4,23	103,51%	32,58%
Medicina Interna	47	49	3,00	91	19	4,79	61,54%	157,89%
Diabetologia	1	1	1,00	1	1	1,00	0,00%	0,00%
Dor	1	1	1,00	3	3	1,00	-66,67%	-66,67%
Cirurgia	32	9	3,56	2	2	1,00	1500,00%	350,00%
Gástrorenterologia	4	3	1,33	0	0			
Pneumologia	38	14	2,71	1	1	1,00	3700,00%	1300,00%
Neurologia	10	6	1,67	2	1	2,00	400,00%	500,00%
Fisiatria	0	0	0,00	1	1	0,00	-100,00%	-100,00%
Urologia	67	12	5,58	78	10	7,80	-14,10%	20,00%
Reumatologia	14	9	1,56	3	3	1,00	366,67%	200,00%
Quimioterapia	0	0	0,00	1433	175	0,00	-100,00%	-100,00%
Total Hospital Dia	2.984	515	5,79	2.927	526	5,56	1,95%	-2,09%

Fonte: SONHO.

3.2.5 Atividade Cirúrgica

As intervenções cirúrgicas realizadas na ULSG apresentaram uma redução de 8,6% no ano 2017, o que equivale a menos 708 intervenções. O número de doentes intervencionados também reduziu face ao ano 2017, com menos 305 doentes operados.

Verificou-se um acréscimo de 82 doentes na Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC), o que representou um aumento de 4,1% face ao ano de 2016.

Quadro 78 – Atividade Cirúrgica 2017-2016

Actividade Cirúrgica	2017	2016	Δ 2017 - 2016	Δ% 2017 / 2016
Total de Intervenções	7.504	8.212	-708	-8,62%
Total de Doentes	5.837	6.142	-305	-4,97%
Total de Doentes em Lista de Espera	2.078	1.996	82	4,11%

Fonte: SONHO

As cirurgias eletivas, ou programadas, reduziram 9,69% no ano 2017. A oftalmologia contribuiu decisivamente para esse efeito, tendo em conta que a redução de horas de médicos disponíveis limitou a cirurgia programada base a apenas 5 horas semanais, pela obrigatoriedade de presença simultânea de dois cirurgiões.

Quadro 79 – Cirurgias Eletivas 2017-2016

Cirurgias Eletivas	2017	2016	Δ% 2017/2016	Δ% 2017/2016
Cirurgia Geral	1.302	1.348	-46	-3,41%
Dermato-Venereologia	277	285	-8	-2,81%
Ginecologia	602	637	-35	-5,49%
Obstetricia	51	51	0	0,00%
Oftalmologia	2.482	3.077	-595	-19,34%
ORL	206	199	7	3,52%
Ortopedia	899	915	-16	-1,75%
Outras	232	246	-14	-5,69%
Urologia	512	509	3	0,59%
TOTAL	6.563	7.267	-704	-9,69%

Fonte: SONHO

No quadro seguinte são apresentados os números de cirurgias de ambulatório, realizadas no ano 2017 e período homólogo. A redução de 12,64% nas cirurgias de ambulatório foi causada essencialmente pela oftalmologia, que contribuiu com 90% da redução total.

Quadro 80 – Cirurgias de Ambulatório 2017-2016

Cirurgias de Ambulatório	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Cirurgia Geral	792	784	8	102%
Dermato-Venereologia	277	285	-8	-2,81%
Ginecologia	201	254	-53	-20,87%
Obstetrícia	0	0	0	0,00%
Oftalmologia	2.280	2.837	-557	-19,63%
ORL	28	24	4	16,67%
Ortopedia	239	252	-13	-5,16%
Outras	46	35	11	31,43%
Urologia	388	395	-7	-1,77%
TOTAL	4.251	4.866	-615	-12,64%

Fonte: SONHO

No quadro seguinte podemos observar que mais de 90% das cirurgias de oftalmologia são realizadas em regime de ambulatório, pelo que a diminuição de 557 cirurgias de oftalmologia foram decisivas para a redução de 3,27% na taxa de ambulatorização.

Quadro 81 – Taxa de Ambulatorização 2017-2016

Especialidades	% cirurgias ambulatório		
	2017	2016	2017/2016 (%)
Cirurgia Geral	60,83%	58,16%	4,59%
Dermato-Venereologia	100,00%	100,00%	0,00%
Ginecologia	33,39%	39,87%	-16,27%
Obstetrícia	0,00%	0,00%	
Oftalmologia	91,86%	92,20%	-0,37%
Ortopedia	26,59%	27,54%	-3,47%
Otorrinolaringologia	13,59%	12,06%	12,70%
Urologia	75,78%	77,60%	-2,35%
Outras	19,83%	14,23%	39,36%
TOTAL	64,77%	66,96%	-3,27%

Fonte: SONHO

As cirurgias convencionais apresentaram um decréscimo de 3,71%, o equivalente a menos 89 cirurgias, sendo que as reduções mais significativas tiveram lugar na cirurgia geral e na oftalmologia.

Quadro 82 – Cirurgias Convencionais Programadas 2017-2016

Cirurgias Convencionais Programadas	2017	2016	Δ 2017 - 2016	Δ% 2017 / 2016
Cirurgia Geral	510	564	-54	-9,57%
Ginecologia	401	383	18	4,70%
Obstetrícia	51	51	0	0,00%
Oftalmologia	202	240	-38	-15,83%
ORL	178	175	3	1,71%
Ortopedia	660	663	-3	-0,45%
Outras	186	211	-25	-11,85%
Urologia	124	114	10	8,77%
TOTAL	2.312	2.401	-89	-3,71%

Fonte: SONHO

Verificou-se uma redução de 0,42% nas cirurgias urgentes, sendo que a especialidade de obstetrícia, responsável por 25% de todas as cirurgias urgentes, reduziu cerca de 11%.

Quadro 83 – Cirurgias Convencionais Urgentes 2017-2016

Cirurgias Urgentes	2017	2016	Δ 2017 - 2016	Δ% 2017 / 2016
Cirurgia Geral	366	355	11	3,10%
Ginecologia	23	10	13	130,00%
Obstetrícia	231	259	-28	-10,81%
Oftalmologia	0	0	0	0,00%
ORL	3	2	1	50,00%
Ortopedia	263	262	1	0,38%
Outras	49	54	-5	-9,26%
Urologia	6	3	3	100,00%
TOTAL	941	945	-4	-0,42%

Fonte: SONHO



A lista de inscritos para cirurgia (LIC) apresentou um acréscimo de 4,11%, o que correspondeu a 82 utentes. A oftalmologia é a especialidade que explica tal acréscimo, visto que entre o ambulatório e a cirurgia convencional houve mais 198 utentes inscritos.

Quadro 84 – Lista de Inscritos para Cirurgia 2017-2016

Especialidades	LIC		Var LIC		
	2017	2016	2017 - 2016	2017 / 2016 (%)	
Amb Oftalmologia	724	565	159	28,14%	
Amb Cirurgia Geral 1	254	211	43	20,38%	
Ortopedia	249	272	-23	-8,46%	
Amb Ortopedia 1	167	325	-158	-48,62%	
Amb Oftalmologia IIV 1	136	71	65	91,55%	
Urologia	19	31	88	283,87%	
ORL	79	38	41	107,89%	
Amb Cirurgia Geral 2	55	64	-9	-14,06%	
Amb Urologia 1	44	90	-46	-51,11%	
Amb Ginecologia 1	43	33	10	30,30%	
Cirurgia Geral	41	63	-22	-34,92%	
Ginecologia	40	36	4	11,11%	
Oftalmologia	36	50	-14	-28,00%	
Dermatologia 1	27		27		
Amb Urologia 2	20	45	-25	-55,56%	
Amb ORL 1	19	1	18	1800,00%	
UF - UFC Cirurgia Laparoscópica	13	28	-15	-53,57%	
Dermatologia 2	11	9	2	22,22%	
Obstetricia	1		1		
Amb Ortopedia 2		52	-52	-100,00%	
Amb Oftalmologia IIV 2		12	-12	-100,00%	
TOTAL	2.078	1.996	82	4,11%	

Fonte: SONHO

3.2.6 Partos

Verificou-se uma redução de 3,3%, ou seja, menos 19 partos.

Segundo definição do Instituto Nacional de Estatística - INE, parto eutóxico é o parto normal efetuado sem intervenção instrumental, com ou sem episiotomia. No ano 2017, os partos eutóxicos representaram cerca de 44% dos partos realizados na ULSG.

Quadro 85 – Número de Partos 2017-2016

	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Partos Eutóxicos	243	262	-19	-7,25%
Partos Distóxicos	310	310	0	0,00%
Cesarianas	219	229	-10	-4,37%
Outros	89	81	8	9,88%
TOTAL	553	572	-19	-3,32%
Partos por Dia	152	156	-0,05	-3,06%

Fonte: SONHO

No quadro abaixo, apresentam-se os nascimentos, que incluem gemelares, por tipo de parto.

Quadro 86 – Número de Nascimentos 2017-2016

N.º de Nascimentos	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Partos Eutócos	243	263	-20	-7,60%
Partos Distocicos	314	315	-1	-0,32%
Cesarianas	223	232	-9	-3,88%
Outros	91	83	8	9,64%
TOTAL	557	578	-21	-3,63%
Nascimentos por Dia	153	158	-0,05	-3,37%

Fonte: SONHO

3.2.7 Serviço Domiciliário

O Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental promove visitas domiciliárias de enfermagem aos seus doentes, tendo no ano 2017 registado menos 35 visitas domiciliárias, o que representou uma redução de 2,81%.

No ano 2017 iniciou-se o Serviço Domiciliário em Cuidados Paliativos, tendo sido registados 28 domicílios médicos e 27 de enfermagem.

Quadro 87 – Serviço Domiciliário 2017-2016

	Dez-17		Dez-16	
	Domicílios Paliativos	Outros Domicílios	Domicílios Paliativos	Outros Domicílios
Médicos	28	0	0	0
Enfermeiros	27	4.289	0	4.324
TOTAL	55	4.289	0	4.324

Fonte: SONHO

3.2.8 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

A ULSG realiza, nas suas duas unidades hospitalares, diversos meios complementares de diagnóstico e terapêutica - MCDT - que atendem, essencialmente, aos pedidos do internamento, urgência e consulta externa.

As análises clínicas dos cuidados de saúde primários são realizadas nos Laboratórios de Patologia Clínica dos dois hospitais da ULSG.

Quadro 88 – MCDT's Realizados na ULSG 2017-2016

Grupo de Exames - Realizados na ULSG	2017	2016	Δ 2017-2016	Δ% 2017/2016
Análises Clínicas	1644.585	1661.361	-16.776	-10,1%
Cardiologia	36.177	37.951	-1.774	-4,67%
Dermatologia	1.061	1.045	16	1,53%
Gastrenterologia	2.559	4.810	-2.251	-46,80%
Ginecologia	455	820	-365	-44,51%
Imuno-hemoterapia	737	3.176	-2.439	-76,79%
Medicina Física e Reabilitação	113.410	105.888	7.522	7,10%
Neurologia	41	478	-437	-91,42%
Obstetricia	3.113	3.251	-138	-4,24%
Oftalmologia	5.043	2.953	2.090	70,78%
Otorrinolaringologia	5.666	3.637	2.029	55,79%
Pneumologia	9.639	9.832	-193	-1,96%
Radiologia	105.951	113.827	-7.876	-6,92%
Reumatologia	34	429	-415	-26,81%
Urologia	1.749	1.597	152	9,52%
Outros (Total)	148.277	158.517	-10.240	-6,46%
TOTAL	2.078.777	2.109.572	-30.795	-1,46%

Registou-se uma redução de 1,46% relativamente ao ano anterior, para o qual contribuiu maioritariamente o grupo de Análises Clínicas.

3.3 Cuidados Continuados e Paliativos

O ano 2017 fica marcado pelo esforço de implementação da Rede de Cuidados Paliativos na ULSG e de integração dos cuidados prestados ao nível da Unidade de Cuidados Paliativos (UCP), da Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP), no sentido de promover a necessária articulação com as Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC), com as Equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) dos Centros de Saúde e ainda com as unidades de apoio social, bem como a utilização racional e otimizada dos recursos da rede, em função das necessidades específicas de cada doente.



Quadro 89 – Cuidados Convalescença 2017-2016

Cuidados Convalescença e Paliativos	2017	2016	Δ% 2017/2016
Convalescença			
Doentes tratados	154	147	4,76%
Demora média	34,16	35,67	-4,23%
Nº de camas	16	16	0,00%
Taxa de ocupação	94,21%	89,46%	5,31%
Paliativos			
Doentes tratados	123	123	0,00%
Demora média	26,82	28,03	-4,32%
Nº de camas	11	11	0,00%
Taxa de ocupação	78,48%	83,98%	-6,55%

Parte IV

DESEMPENHO ECONÓMICO- FINANCEIRO

Na Parte IV do Relatório de Gestão e Contas são apresentadas as informações económico-financeiras da ULS Guarda no ano 2017, comparativamente com o ano 2016 e respetivas variações.



Desempenho Económico-Financeiro

4.1 Análise Global

Quadro 90 – Demonstração de Resultados Analítica

Balanço Analítico	2017	2016	Δ% 2017 / 2016
Activos	112.140.462 €	157.476.892 €	-28,79%
Imobilizações	64.127.823 €	66.105.555 €	-2,99%
Existências	2.179.172 €	185.1542 €	17,69%
Dívidas de Terceiros	24.738.585 €	29.043.106 €	-14,82%
Disponibilidades	2.420.402 €	3.147.811 €	-23,11%
Acréscimos e Diferimentos	18.674.481 €	57.328.878 €	-67,43%
Capitais Próprios	-28.991.249 €	-18.372.026 €	-57,80%
Fundos Próprios	40.220.000 €	26.577.236 €	51,33%
Reservas	6.086.953 €	6.086.953 €	0,00%
Resultados Transitados	-69.672.043 €	-49.511.591 €	-40,72%
Resultados Líquidos	-5.626.159 €	-1524.625 €	-269,02%
Passivos	141.131.711 €	175.848.918 €	-19,74%
Provisões	1556.991 €	668.750 €	132,82%
Dívidas a Terceiros	92.166.312 €	115.039.068 €	-19,88%
Acréscimos e Diferimentos	47.408.408 €	60.141.100 €	-21,17%
Total Capitais Próprios + Passivo	112.140.462 €	157.476.892 €	-28,79%

Apesar de se verificar um ligeiro aumento de Proveitos Totais em 2017 face a 2016, o mesmo não acompanhou o aumento com os Custos Totais sendo estes superiores em mais de 4%, justificado essencialmente pela diminuição dos Resultados Operacionais que em 2016 já eram negativos, e que originou assim um EBITDA negativo.

Verificou-se também uma diminuição dos Resultados Financeiros motivada pelo aumento de juros de mora debitados pelos fornecedores externos.

Os Resultados Extraordinários sofreram uma diminuição face ao período homólogo, pois não ocorreu em 2017 a realização de investimentos afetos a subsídios.

Quadro 91 – Análise dos Proveitos

Análise dos Proveitos	2017	2016	Δ% 2017 / 2016
Proveitos Operacionais	99.865.060 €	99.254.825 €	0,61%
Proveitos Financeiros	3.184 €	23.687 €	-44,34%
Proveitos Extraordinários	1998.978 €	2.342.300 €	-14,66%

No global dos Proveitos verificou-se uma diminuição substancial face ao registado no ano de 2016, justificado essencialmente pela diminuição de descontos de pronto pagamento em cerca de 44,34% e também pela diminuição de proveitos extraordinários conforme justificação efetuada para o quadro anterior.

Quadro 92 – Análise dos Custos

Análise dos Custos	2017	2016	Δ% 2017/2016
Custos Operacionais	106 877.182 €	102 677.863 €	4,09%
Custos Financeiros	63.048 €	20.502 €	207,52%
Custos Extraordinários	502.865 €	388.789 €	29,34%

Relativamente aos custos operacionais apresentaram um aumento de 4,09%.

O aumento de 207,52% observado nos custos financeiros diz respeito, essencialmente, ao aumento de juros suportados.

O incremento verificado nos custos extraordinários está relacionado essencialmente com perdas em existências.

4.2 Análise Económica

Quadro 93 – Proveitos Operacionais

Proveitos Operacionais	2017	2016	Δ% 2017/2016
Vendas e Prestações de Serviços	98.390.941 €	97.143.760 €	1,28%
Impostos e Taxas	27.286 €	39.288 €	-30,55%
Proveitos Suplementares	213.233 €	184.336 €	15,68%
Transferências e Subsídios	70.987 €	91.146 €	-22,12%
Outros Proveitos Operacionais	1.162.612 €	1.796.295 €	-35,28%

Manteve-se praticamente o mesmo valor de proveitos do Serviço Nacional de Saúde, verificando-se um ligeiro aumento de 1,28% nas prestações de serviços face a 2016.



Quadro 94 – Custos Operacionais

Custos Operacionais	2017	2016	Δ% 2017/2016
CMVMC	12.945.317 €	12.465.745 €	3,85%
FSE	31.179.745 €	33.426.278 €	-6,72%
Custos com Pessoal	57.870.722 €	53.245.934 €	8,69%
Amortizações	3.241.242 €	3.427.463 €	-5,43%
Provisões	1562.172 €	34.440 €	4435,92%
Outros (transf. correntes concedidas)	0 €	0 €	
Outros custos e perdas operacionais	77.983 €	78.005 €	-0,03%

Os custos operacionais no ano de 2017 foram substancialmente aumentados, nomeadamente no que diz respeito às Provisões.

Quadro 95 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CMVMC	2017	2016	Δ% 2017/2016
Produtos Farmacêuticos	9.285.099 €	8.842.322 €	5,01%
Material de Consumo Clínico	3.161.802 €	3.052.767 €	3,57%
Produtos Alimentares	11.840 €	19.665 €	-39,79%
Material de Consumo Hoteleiro	226.670 €	262.718 €	-13,72%
Material de Consumo Administrativo	123.130 €	139.905 €	-11,99%
Material de Manutenção e Conservação	136.778 €	148.359 €	-7,81%
Outro Material de Consumo	0 €	8 €	-100,00%

Apesar de se observar uma considerável diminuição em quase todas as rubricas, o mesmo não se verificou no consumo de Produtos Farmacêuticos e de Material de Consumo Clínico, que aumentaram em cerca de 5% e de 3,5%, respetivamente, face a 2016.

Quadro 96 – Produtos Farmacêuticos

Produtos Farmacêuticos	2017	2016	Δ% 2017/2016
Medicamentos	6.604.699 €	6.193.932 €	6,63%
Reagentes e Produtos de Diagnóstico e Outros	2.675.990 €	2.645.323 €	1,12%
Outros Produtos Farmacêuticos	4.411 €	2.068 €	113,29%

O valor de Produtos Farmacêuticos diz respeito aos medicamentos consumidos nos centros de saúde e hospitais, para além daqueles que são de cedência obrigatória em farmácia hospitalar.

Quadro 97 – Fornecimento e Serviços Externos

Fornecimento e Serviços Externos	2017	2016	Δ% 2017/2016
Subcontratos	19 468.922 €	19 528.612 €	-0,31%
Fornecimentos e Serviços	11 710.823 €	13 897.666 €	-15,74%

Em 2017, verificou-se uma diminuição considerável principalmente nos custos com Fornecimentos e Serviços, que é justificável através do seguinte quadro.

Quadro 98 – Fornecimento e Serviços

Fornecimentos e Serviços	2017	2016	Δ% 2017/2016
FS I	2 563.157 €	2 840.395 €	-9,76%
FS II	809.184 €	691.227 €	17,06%
FS III	8.319.719 €	10.345.021 €	-19,58%
Outros FS	18 764 €	21 024 €	-10,75%

O significativo aumento verificado nos custos do segundo grupo dos fornecimentos e serviços foi causado essencialmente pelo acréscimo dos custos com honorários.

Quadro 99 – Subcontratos

Subcontratos	2017	2016	Δ% 2017/2016
Meios Complementares de Diagnóstico	5.221.600 €	7.717.887 €	-32,34%
Meios Complementares de Terapêutica	3.718.238 €	5.412.372 €	-31,30%
Transporte de Doentes	2.053.954 €	3.093.609 €	-33,61%
Internamento de Psiquiatria	1.698.372 €	1.810.644 €	-6,20%
Outros Subcontratos	6.776.758 €	1.494.099 €	353,57%

Ao nível da subcontratação externa de serviços, quer a entidades públicas quer privadas, motivada pela falta de recursos internos, regista-se uma diminuição no seu cômputo geral, resultado da otimização dos investimentos em novos equipamentos médico-cirúrgicos e da reorganização interna dos serviços. Contudo, nos Outros Subcontratos registou-se despesa respeitante a anos anteriores, nomeadamente Vales de Cirurgia emitidos no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia.



Quadro 100 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal	2017	2016	Δ% 2017/2016
Remuneração Órgãos Sociais	353.958 €	241.009 €	46,87%
Remuneração Base do Pessoal	30.175.589 €	28.073.065 €	7,49%
Horas Extraordinárias	6.094.397 €	4.987.191 €	22,20%
Prevenções	942.642 €	802.706 €	17,43%
Noites e Suplementos	1.342.791 €	1.242.389 €	8,08%
Outros Suplementos Remuneratórios	2.670.366 €	2.339.798 €	14,13%
Prestações Sociais Diretas	60.842 €	71.032 €	-14,35%
Subsídio de Férias e Natal	5.326.106 €	4.945.316 €	7,70%
Pensões	42.428 €	33.354 €	27,21%
Encargos sobre Remunerações	10.172.865 €	9.824.613 €	3,54%
Seguros de acidentes Trab e Doenças Profis.	322.719 €	265.249 €	21,67%
Encargos Sociais Voluntários	16.885 €	135.279 €	-13,60%
Outros Custos com Pessoal	152.426 €	179.456 €	-15,06%
Estágios Profissionais	96.710 €	105.475 €	-8,31%

Registou-se um aumento, em termos globais, dos Custos com Pessoal de 8,69%, comparativamente com o ano de 2016, justificado essencialmente pela passagem para contrato individual de trabalho de muitos colaboradores em prestação de serviço; pelo pagamento, em cumprimento da Circular da ACSS, das horas extraordinárias acumuladas em bolsa, na sequência da passagem do período normal de trabalho dos funcionários públicos das 40h para as 35h até final do ano; pelo acréscimo do valor relativo a Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, que passou a abranger todos os trabalhadores dependentes; bem como pelo alargamento da composição do Conselho de Administração passou para 6 membros, na sequência da publicação dos novos estatutos.

4.3 Análise Financeira

No Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Capítulo VIII, estão evidenciadas as justificações das variações mais relevantes, refletidos no seguinte mapa.

Quadro 101 – Balanço Analítico

Balanço Analítico	2017	2016	Δ% 2017/2016
Activos	112.140.462 €	157.476.892 €	-28,79%
Imobilizações	64.278.23 €	66.105.555 €	-2,99%
Existências	2.179.172 €	185.154.2 €	17,69%
Dividas de Terceiros	24.738.585 €	29.043.106 €	-14,82%
Disponibilidades	2.420.402 €	3.147.811 €	-23,11%
Acréscimos e Diferimentos	18.674.481 €	57.328.878 €	-67,43%
Capitais Próprios	-28.991.249 €	-18.372.027 €	-57,80%
Fundos Próprios	40.220.000 €	26.577.236 €	51,33%
Reservas	6.086.953 €	6.086.953 €	0,00%
Resultados Transitados	-69.672.043 €	-49.511.591 €	-40,72%
Resultados Líquidos	-5.626.159 €	-1524.625 €	-269,02%
Passivos	141.131.711 €	175.180.168 €	-19,44%
Provisões	1556.991 €	668.750 €	132,82%
Dividas a Terceiros	92.166.312 €	115.039.068 €	-19,88%
Acréscimos e Diferimentos	47.408.408 €	60.141.100 €	-21,17%
Total Capitais Próprios + Passivo	112.140.462 €	156.808.141 €	-28,49%

4.4 Execução Orçamental

No Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados do Capítulo VIII, estão evidenciadas as justificações dos movimentos mais relevantes refletidos no seguinte mapa, sendo que em Outros Custos houve necessidade de emitir Provisões de Processos em Contencioso bem como Perdas em Existências.

Quadro 102 – Execução Orçamental

Execução Orçamental	Executado 2017	Orçamento 2017	Δ% Executado /
Custos	100.383.175 €	91.872.413 €	9,26%
CMVM C	12.945.317 €	12.126.274 €	6,75%
Subcontratos	19.468.922 €	16.471.882 €	18,19%
Fornecimento e Serviços	31.179.745 €	27.987.983 €	114,0%
Custos com Pessoal	57.870.722 €	56.703.067 €	2,06%
Outros Custos	5.447.311 €	100.534 €	5318,38%
Proveitos	90.408.327 €	90.133.526 €	-0,30%
Vendas/Prestação de Serviços	98.390.941 €	87.633.469 €	12,28%
Outros Proveitos	3.486.280 €	3.352.423 €	3,99%



4.5 Investimentos

O Investimento diminuiu em 2017 face a 2016 em 7,60%, contudo verificou-se um aumento bastante considerável na rubrica com equipamento informático, representando cerca de 50% face ao Orçamentado, decorrente da necessidade de renovação do parque informático, sobretudo o alocado ao pessoal médico, que tem necessidade de trabalhar com uma multiplicidade de aplicações informáticas.

Quadro 103 – Investimentos dos Exercício

Investimento do Exercício	2017	2016	Δ% 2017 / 2016
Imobilizações Corpóreas	1.181.258 €	1.536.087 €	-23,10%
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	
Edifícios e outras construções	126.626 €	634.172 €	-80,03%
Equipamento Básico	307.460 €	741.958 €	-58,56%
Médico-Cirúrgico	89.092 €	409.858 €	-78,26%
Imagiologia	75.325 €	219.302 €	-65,65%
Laboratório	74.604 €	-28.852 €	-358,58%
Mobiliário Hospitalar	37.988 €	103.401 €	-63,26%
Desinfecção e Esterilização	614 €	28.035 €	-97,81%
Hotelaria	19.220 €	10.312 €	86,38%
Outro equipamento básico	10.616 €	-98 €	-10932,89%
Equipamento Transporte	30.000 €	28.700 €	4,53%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	499 €	6.795 €	-92,65%
Equipamento administrativo	34.686 €	40.652 €	-14,68%
Equipamento informático	676.803 €	76.887 €	780,26%
Outras imobilizações corpóreas	5.185 €	6.923 €	-25,11%
Imobilizações Incorpóreas	0 €	0 €	
Imobilizações em Curso	82.251 €	-168.628 €	-148,78%
Total do Investimento	1.263.510 €	1.367.459 €	-7,60%



Quadro 104 – Investimentos - Execução

Investimento do Exercício	Executado 2017	Orçamento 2017	Δ% Executado /
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	
Edifícios e outras construções	126.626,07 €	300.000,00 €	-57,79%
Equipamento Básico			
Médico-cirúrgico	89.092,43 €	450.000,00 €	-80,20%
De imageria	75.325,04 €	150.000,00 €	-49,78%
De laboratório	74.604,19 €	85.000,00 €	-2,23%
Mobiliário hospitalar	37.987,69 €	140.000,00 €	-72,87%
De desinfecção e esterilização	614,45 €	18.000,00 €	-96,59%
De hotelaria	19.219,98 €	20.000,00 €	-3,90%
Outro equipamento básico	10.616,23 €	12.000,00 €	-11,53%
Equipamento transporte	30.000,00 €	40.000,00 €	-25,00%
Ferramentas e utensílios	499,37 €	10.000,00 €	-95,01%
Equipamento administrativo	34.685,59 €	60.000,00 €	-42,19%
Equipamento informático	676.802,69 €	1.320.000,00 €	-48,73%
Outras imobilizações corpóreas	5.184,68 €	15.000,00 €	-65,44%
Imobilizações incopóreas			
Imobilizações em curso	82.251,33 €	1.700.000,00 €	-95,16%
Total investimento	1.263.509,74 €	4.320.000,00 €	-70,75%

Parte V

RECURSOS HUMANOS

Neste capítulo irá analisar-se os recursos humanos que integram a Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. à data de 31/12/2017 e comparação com 31/12/2016.



Recursos Humanos

5.1 Grupos Profissionais

Em 31 de dezembro de 2017, a ULS Guarda, E.P.E contava com um total de 1.924 trabalhadores o que representou um aumento de 204 efetivos, ou seja mais 11,86% face a 31 de Dezembro de 2016.

Os grupos profissionais mais significativos na ULS Guarda, são os enfermeiros, os assistentes operacionais e os médicos, que representam, respetivamente, 37%, 26% e 14% do total de trabalhadores.

Os aumentos mais significativos ocorreram nos anos 2014 e 2017, com a integração de 272 e 290 profissionais, respetivamente, sobretudo pessoal de enfermagem, assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Quadro 105 – RH Grupos Profissionais 2017-2016

GRUPO PROFISSIONAL	Nº trabalhadores		
	2017	2016	Δ% 2017 / 2016
Conselhos de Administração	6	4	50,00%
Pessoal Dirigente	3	4	-25,00%
Pessoal Médico	268	256	4,69%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	26	28	-7,14%
Técnico Superior	48	35	37,14%
Pessoal Docente	1	1	0,00%
Pessoal de Informática	11	11	0,00%
Pessoal de Enfermagem	708	667	6,15%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	126	115	9,57%
Assistente Técnico	217	182	19,23%
Assistente Operacional	509	415	22,65%
Outro Pessoal	1	2	-50,00%
TOTAL	1.924	1.720	11,86%

5.2 Evolução dos Recursos Humanos

No quadro seguinte pode-se observar a evolução dos efetivos da ULS Guarda, E.P.E entre os anos 2013 e 2017, por unidade funcional.

Quadro 106 – Evolução dos RH 2017-2013

Unidade Funcional *	Situação a 31/12/2017	Situação a 31/12/2016	Situação a 31/12/2015	Situação a 31/12/2014	Situação a 31/12/2013	Δ% 2017/2016
Sede e HSM	168	1005	983	964	880	16,22%
HNSA - Seia	201	186	184	180	157	8,06%
CS Almeida	25	25	25	26	28	0,00%
CS Celorico Beira	25	24	24	25	26	4,17%
CS Fig. Cast. Rod.	24	22	21	21	20	9,09%
CS Fornos Algodres	22	23	21	19	24	-4,35%
CS Gouveia	65	65	64	65	72	0,00%
CS Guarda	108	105	104	101	101	2,86%
CS Manteigas	23	21	23	23	23	9,52%
CS Meda	24	24	24	25	26	0,00%
CS Pinhel	38	38	36	33	36	0,00%
CS Sabugal	42	42	41	42	46	0,00%
CS Seia	64	58	60	65	67	10,34%
CS Trancoso	36	35	35	34	33	2,86%
CS Vila Nova Foz Côa	59	47	44	40	0	25,53%
Total	1.924	1.720	1.689	1.663	1.539	11,86%

* Os centros de saúde (CS) englobam as seguintes unidades funcionais: UCSP, USF, UCC e USP

Os cuidados de saúde hospitalares, que incluem a Sede, o Hospital de Sousa Martins e Hospital Nossa Senhora da Assunção, totalizaram em 31/12/2017, 1.369 colaboradores, o que representou um aumento de 15% face ao ano 2016.

Os colaboradores afetos à Sede e aos Hospitais constituem 71% do total dos recursos humanos da ULS Guarda, enquanto o peso relativo dos efetivos dos CSP foi de 29%.

No que diz respeito aos CSP, o crescimento no número de colaboradores foi de 5% no ano 2017, sendo que os maiores aumentos se registaram em Vila Nova de Foz Côa e Seia, com 26% e 10%, respectivamente.



5.3 Relação Jurídica de Emprego

A relação jurídica de trabalho dos efetivos da ULS Guarda, E.P.E. é regulada pela Lei nº35/2014 de 20 de Junho de 2014 - Lei Geral em Funções Públicas e ainda pela Lei nº7/2009, de 12 de Fevereiro – Código de Trabalho e respetivas alterações.

Os 1.924 funcionários da ULS Guarda, E.P.E, em 31/12/2017 estavam distribuídos por diversos tipos de contrato de trabalho, nomeadamente por contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, que representam as ex-nomeações e por contratos individuais de trabalho sem termo, com 61% e 29%, respetivamente.

Quadro 107 – Efetivos por tipo de contrato 2017-2016

Tipo de Contrato	Efetivos 2017		Efetivos 2016		2017/2016
	Nº	%	Nº	%	
Prestação de Serviços/Pagos à hora	0	0,00%	24	140%	-100,00%
Acumulação	1	0,05%	1	0,06%	0,00%
Cedência de Interesse Público	38	1,98%	41	2,38%	-7,32%
Cedência Ocasional	3	0,16%	5	0,29%	-40,00%
Comissão de Serviço Privada	7	0,36%	4	0,23%	75,00%
Comissão de Serviço Pública	0	0,00%	1	0,06%	-100,00%
Contrato Individual de Trabalho a Termo	50	2,50%	30	17,4%	66,67%
Contrato Individual de Trabalho Sem Termo	715	37,16%	498	28,95%	43,57%
Contrato de Trabalho Funções Públicas por Tempo Indeterminado	1033	53,69%	1049	60,99%	-153%
Contrato de Trabalho Termo Resolutivo (Lei nº 59/2008)	71	3,69%	64	3,72%	10,94%
Mobilidade Interna	6	0,31%	3	0,17%	100,00%
Total	1.924	100,00%	1.720	100,00%	11,86%

Fonte: RHV

Se associarmos os grupos profissionais aos dois grandes tipos de contratos, podemos constatar uma redução de 1,5% nos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e um acréscimo de 39% nos contratos individuais de trabalho.

Quadro 108 – Grupos profissionais por tipo de contrato 2017-2016

GRUPO PROFISSIONAL	Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP)			Contrato Individual de Trabalho, ao abrigo do Código do Trabalho (CIT)		
	2017	2016	Δ% 2017/2016	2017	2016	Δ% 2017/2016
Conselhos de Administração	4	3	33,33%	2	1	100,00%
Pessoal Dirigente	2	2	0,00%	1	2	-50,00%
Pessoal Médico	189	189	0,00%	79	67	17,91%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	11	12	-8,33%	16	16	-6,25%
Técnico Superior	13	13	0,00%	35	22	59,09%
Pessoal Docente	1	1	0,00%	0	0	0,00%
Pessoal de Informática	9	9	0,00%	2	2	0,00%
Pessoal de Enfermagem	432	435	-0,69%	276	232	18,97%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	67	67	0,00%	59	48	22,92%
Assistente Técnico	146	149	-2,01%	71	33	115,15%
Assistente Operacional	263	273	-3,66%	246	142	73,24%
Outro Pessoal	1	2	-50,00%	0	0	0,00%
TOTAL	1.138	1.155	-1,47%	786	565	39,12%

Fonte: RHV

5.4 Enquadramento por Género

O género feminino representa 73,65% dos efetivos da ULS Guarda, com um total de 1.417 trabalhadoras e um crescimento de 11,31% relativamente ao ano 2016.

Verificou-se um crescimento de 13,42% no número de efetivos do género masculino, sendo que os 507 trabalhadores representavam apenas 26% do total dos colaboradores da ULS Guarda em 31/12/2017.

Quadro 109 – Efetivo por género 2017-2016

Género	2017	%	2016	%	Δ% 2017/2016
Feminino	1417	73,65%	1273	74,01%	11,31%
Masculino	507	26,35%	447	25,99%	13,42%
TOTAL	1.924	100,00%	1.720	100,00%	11,86%

Fonte: RHV



5.5 Qualificação Profissional

As carreiras da ULS Guarda, E.P.E. estão contempladas nos seguintes diplomas: Decreto-Lei nº176/2009, de 04 de agosto e o Decreto-Lei nº177/2009, de 04 de Agosto - carreira médica nos hospitais EPE's; Decreto-Lei nº320/99, de 11 de Agosto; o Decreto-Lei nº247/2009, de 22 setembro e Decreto-Lei nº122/2010, de 11 de Novembro – carreira de pessoal de enfermagem; e o Decreto-Lei nº213/2000, de 2 setembro – carreira de técnico superior de saúde; e respetivas alterações.

Quadro 110 – Grupo profissional por unidade funcional 2017-2016

GRUPO PROFISSIONAL	Sede e HSM Guarda			HN SA - Sela			UCSP			Total		
	2017	2016	Δ% 2017/20	2017	2016	Δ% 2017/20	2017	2016	Δ% 2017/20	2017	2016	Δ% 2017/20
Conselhos de Administração	6	4	50,00%	0			0			6	4	50,00%
Pessoal Dirigente	3	4	-25,00%	0			0			3	4	-25,00%
Pessoal Médico	151	145	4,14%	5	5	0,00%	12	106	5,66%	268	256	4,69%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	18	19	-5,26%	3	3	0,00%	5	6	-16,67%	26	28	-7,14%
Técnico Superior	42	30	40,00%	2	2	0,00%	4	3	33,33%	48	35	37,14%
Pessoal Docente	1	1	0,00%	0	0		0			1	1	0,00%
Pessoal de Informática	9	9	0,00%	2	2	0,00%	0			11	11	0,00%
Pessoal de Enfermagem	438	412	6,31%	90	83	8,43%	160	172	4,65%	708	667	6,15%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e	80	72	11,11%	18	16	12,50%	28	27	3,70%	126	115	9,57%
Assistente Técnico	16	90	28,89%	20	21	-4,76%	81	71	14,08%	217	182	19,23%
Assistente Operacional	303	219	38,36%	61	53	15,09%	145	143	1,40%	509	416	22,65%
Outro Pessoal	0			0	1	-100,00%	1	1	0,00%	1	2	-50,00%
TOTAL	1.167	1.005	16,12%	201	186	8,06%	556	629	5,10%	1.924	1.720	11,86%

Fonte: RHV.

A análise do quadro acima permite-nos inferir que os grupos profissionais que apresentaram os maiores crescimentos em 2017 foram os técnicos superiores, assistentes operacionais e assistentes técnicos, com respetivamente 37,14%, 22,65% e 19,23%.

Relativamente às unidades funcionais da ULS Guarda, a sede e o Hospital Sousa Martins apresentaram os maiores crescimentos percentuais.

5.6 Estrutura Etária

O grupo etário entre os 55-59 anos constitui o grupo predominante, com um total de 290 efetivos e corresponde a 16,40% do total dos efetivos.

As faixas etárias até 24 anos e de 70 anos ou mais não têm peso significativo nos efetivos globais.

É importante referir a tendência de envelhecimento, visto que 55% dos trabalhadores da ULS Guarda têm mais de 45 anos de idade, sendo que 28% têm idade superior aos 55 anos.

A média de idade dos colaboradores da ULS Guarda, E.P.E situa-se nos 48 anos.

Quadro 111 – Estrutura etária 2017-2016

Grupos Etários	2017	%	2016	%	Δ% 2017 / 2016
70 anos ou mais	3	0,16%	8	0,47%	-82,50%
Entre os 65 e 69 anos de idade	41	2,13%	43	2,50%	-4,65%
Entre os 60 e 64 anos de idade	200	10,40%	191	11,10%	4,71%
Entre os 55 e 59 anos de idade	290	15,07%	282	16,40%	2,84%
Entre os 50 e 54 anos de idade	262	13,62%	270	15,70%	-2,96%
Entre os 45 e 49 anos de idade	249	12,94%	235	13,66%	5,96%
Entre os 40 e 44 anos de idade	227	11,80%	190	11,05%	19,47%
Entre os 35 e 39 anos de idade	240	12,47%	211	12,27%	13,74%
Entre os 30 e 34 anos de idade	241	12,53%	202	11,74%	19,31%
Entre os 25 e 29 anos de idade	138	7,17%	78	4,53%	76,92%
Até 24 anos de idade	33	1,72%	10	0,58%	230,00%
Total	1.924	100,00%	1.720	100,00%	11,86%

Fonte: RHV

5.7 Estrutura habilitacional

No que diz respeito às habilitações literárias, a licenciatura apresenta predominância, com 43% no total de efetivos da ULS Guarda, E.P.E., seguida pelo 12º ano de escolaridade e o bacharelato com 18% e 10%, respetivamente.

É importante referir que o número de colaboradores com mestrado ou doutoramento apresentou um acréscimo de 54% no ano 2017, relativamente ao ano anterior.



Quadro 112 – RH por habilitações 2017-2016

Habilitações	2017	%	2016	%	$\Delta\%$ 2017 / 2016
Mestrado/Doutoramento	120	6%	78	4%	53,85%
Licenciatura	835	43%	776	40%	7,60%
Bacharelato	202	10%	201	10%	0,50%
12 anos de escolaridade	347	18%	276	14%	25,72%
9 anos de escolaridade	213	11%	180	9%	18,33%
6 anos de escolaridade	70	4%	65	3%	7,69%
4 anos de escolaridade	123	6%	132	7%	-6,82%
< 4 anos de escolaridade	14	1%	12	1%	16,67%
TOTAL	1.924	100%	1.720	89%	11,86%

Fonte: RHV

Da análise do quadro acima é importante referir:

- o número de colaboradores com mestrado ou doutoramento apresentou um acréscimo de 54% no ano 2017, relativamente ao ano anterior;
- 1.157 efetivos detinham formação superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento), representando 60% do total de trabalhadores;
- 207 efetivos têm habilitação inferior ao 9º ano de escolaridade, representando cerca de 11% do total de trabalhadores

5.8 Estrutura de Antiguidade

A estrutura de antiguidade dos efetivos da ULS Guarda, E.P.E. inclui, as ex-nomeações, contratos individuais de trabalho com e sem termo, cedências de interesse público entre outras, conforme a seguinte tabela.

Quadro 113 – RH por antiguidade 2017-2016

Antiguidade	Feminino			Masculino			Total			Feminino			Masculino			$\Delta\%$ 2017/2016		
	2017			2016			Total			2017			2016			$\Delta\%$ 2017/2016		
Até 5 anos	393	141	534	285	95	380	37,89%	48,42%										
5-9 Anos	121	47	168	165	51	216	-26,67%	-7,84%										
10-14 Anos	173	49	222	187	67	254	-7,49%	-26,87%										
15-19 Anos	203	72	275	229	51	280	-11,35%	41,8%										
20-24 Anos	169	45	214	154	51	205	9,74%	-11,76%										
25-29 Anos	154	40	194	104	43	147	48,08%	-6,98%										
30-34 Anos	106	72	178	118	73	191	-10,17%	-137%										
35-39 Anos	65	28	93	22	12	34	195,45%	133,33%										
40 ou Mais	33	13	46	9	4	13	266,67%	225,00%										
Total	1.417	507	1.924	1.273	447	1.720	11,31%	13,42%										

Fonte: RHV

O intervalo de antiguidade de 40 ou mais anos de trabalho, engloba o menor número de colaboradores, no universo dos efetivos da ULS Guarda, E.P.E.. Contudo, foi o intervalo que apresentou o maior crescimento percentual, tendo passado de 13 trabalhadores em 2016 para 46 no ano 2017.

As contratações/integrações de colaboradores que prestavam serviço na ULS Guarda explicam o facto da maior parte dos efetivos da ULS Guarda, E.P.E. ter uma antiguidade inferior a 5 anos de serviço.

No que diz respeito ao nível médio de antiguidade este situou-se na classe dos 10 aos 14 anos.

5.9 Trabalhadores com necessidades Especiais

A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, por remissão do Código do Trabalho, define que os trabalhadores com necessidades especiais têm os mesmos direitos e os mesmos deveres dos demais trabalhadores.

O número de trabalhadores considerados na tabela seguinte são os que possuem uma deficiência e consequentemente beneficiam de redução fiscal.

Não houve variação no ano 2017, continuando a existir 61 trabalhadores com deficiência declarada, que representam apenas 3% do total de colaboradores.

Quadro 114 – RH com deficiência por género 2017-2016

Género	2017	%	2016	%	Δ% 2017/2016
Feminino	46	75,41%	46	75,41%	0,00%
Masculino	15	24,59%	15	24,59%	0,00%
TOTAL	61	100,00%	61	100,00%	0,00%

Fonte: RHV

Parte VI

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O apuramento das contas do exercício de 2017 foi apresentado ao Conselho de Administração e aprovadas através da ata nº18 de 11/04/2018.



Proposta de Aplicação de Resultados

6.1 Proposta de Aplicação de Resultados

A Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., encerrou o exercício económico de 2017, com um resultado líquido negativo de 5.626.158,87€.

Neste enquadramento, o Conselho de Administração propõe que o resultado antes referido seja transferido para a conta de Resultados Transitados.



Parte VII

DEMONSTRAÇÕES ECONÓMICO- FINANCEIRAS

A informação económico-financeira que consta do presente relatório foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira em que se encontra a Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.

Nos mapas que se seguem expõe-se a sua posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, e a execução orçamental, em estreita observância pelos normativos legais que lhe são aplicáveis.



Demonstrações Económico Financeiras

7.1 Balanço - Ativo

Quadro 115 – Balanço - Ativo

Código	Designação	ATIVO						
		Ativo Bruto	EXERCÍCIOS		Ativo Líquido			
			2017	2016				
IMOBILIZADO								
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00			
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	22.526,09	22.526,09	0,00	0,00			
443	Imobilizem curso imob. incorpóreo	11.797,50	0,00	11.797,50	11.797,50			
	Total imobilizações incorpóreas	34.323,59	22.526,09	11.797,50	11.797,50			
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
421	Terrenos e recursos naturais	1475.616,05	0,00	1475.616,05	1475.616,05			
422	Edifícios e outras construções	612.111,64	7.813.428,47	53.396.683,17	54.909.359,59			
423	Equipamento básico	20.478.639,46	16.858.521,95	4.620.17,51	5.585.266,68			
424	Equipamento de transporte	268.174,37	217.930,14	50.244,23	40.835,98			
425	Ferramentas e utensílios	56.104,32	56.104,32	0,00	29,52			
426	Equipamento administrativo e informático	6.985.601,20	5.897.870,51	1087.730,69	670.895,21			
427	Taras e vasilhame	350,16	350,16	0,00	0,00			
429	Outras imobilizações corpóreas	676.384,13	562.042,56	14.341,57	122.713,88			
442	Imobilizações em curso	3.371.291,86	0,00	3.371.291,86	3.289.040,53			
448	Adiantam. p/ conta imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Total imobilizações corpóreas	94.522.273,19	30.406.248,11	64.116.025,08	66.093.757,44			
CIRCULANTE								
EXISTÊNCIAS								
36	Materias-primas, subsidiárias e consumo	2.179.172,00	0,00	2.179.172,00	185.154,20			
	Total existências	2.179.172,00	0,00	2.179.172,00	185.154,20			
DÍVIDAS DE CURTO PRAZO								
211	Clientes c/c	494.060,36	0,00	494.060,36	1587.312,73			
213	Utentes c/c	525.988,83	0,00	525.988,83	445.066,70			
216	Instituições do Ministério da Saúde	8.531.229,29	0,00	8.531.229,29	22.997.956,84			
218	Clientes/utentes cobrança duvidosa	714.102,43	714.102,43	0,00	0,00			
229	Adiantamentos a fornecedores	612.880,03	0,00	612.880,03	0,10			
2619	Adiantamentos a fornecedor imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00			
24	Estado e outros entes públicos	265.959,90	0,00	265.959,90	274.770,40			
267/8	Outros devedores	14.860.058,34	0,00	14.860.058,34	3.737.999,32			
	Total dívidas de terceiros	25.452.687,18	714.102,43	24.738.584,75	29.043.106,09			
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Total títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00			
CAIXA/DEPÓSITOS INST. FINANCEIRAS								
11	Caixa	7.125,30	0,00	7.125,30	19.375,30			
12	Depósitos em instituições financeiras	39.024,25	0,00	39.024,25	55.290,81			
13	Conta no Tesouro	2.374.252,38	0,00	2.374.252,38	3.073.144,65			
	Total depósitos e caixa	2.420.401,93	0,00	2.420.401,93	3.147.810,76			
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acréscimos de proveitos	18.674.481,00	0,00	18.674.481,00	57.328.877,82			
272	Custos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00			
	Total acréscimos e diferimentos	18.674.481,00	0,00	18.674.481,00	57.328.877,82			
	Total de amortizações		30.428.774,20					
	Total de provisões		714.102,43					
	TOTAL DO ACTIVO	143.283.338,89	31.142.876,63	112.140.462,26	157.476.891,61			

7.2 Balanço - Passivo

Quadro 116 – Balanço - Passivo

		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
		EXERCÍCIOS	
		2017	2016
FUNDO PATRIMONIAL:			
51	Património	40.220.000,00	26.577.236,00
RESERVAS			
571	Reservas legais	0,00	0,00
574	Reservas livres	-1521018,20	-1521018,20
575	Subsídios	2.133.205,13	2.133.205,13
576	Doações	862.460,51	862.460,51
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	4.812.305,53	4.812.305,53
	<i>Total de reservas</i>	6.086.952,97	6.086.952,97
59	Resultados transitados	-69.672.042,61	-49.511.590,51
88	Resultado líquido do exercício	-5.626.158,87	-1524.624,54
	TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	-28.991.248,51	-18.372.026,08
PASSIVO:			
Provisões			
292	Provisões p/riscos e encargos	1556.990,79	668.749,92
	<i>Total de provisões</i>	1.556.990,79	668.749,92
2312	DÍVIDAS A TERCEIROS – M/L Prazo	18.157,46	33.167,79
DÍVIDAS A TERCEIROS – Curto Prazo			
219	Adiantamentos de clientes, utentes e inst. MS	47.303.179,82	76.607.303,28
221	Fornecedores c/c	14.932.942,01	12.747.180,46
228	Fornecedores - Faturas recepção e conferencia	28.712,25	0,00
2311	Empréstimos obtidos	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	747.966,42	776.915,70
24	Estado e outros entes públicos	2.269.415,84	2.132.062,99
267/8	Outros credores	26.865.938,22	22.742.437,88
	<i>Total de dívidas a terceiros</i>	92.166.312,02	115.039.068,10
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
273	Acréscimos de custos	11214.689,38	20.189.404,55
274	Proveitos diferidos	36.193.718,58	39.951.695,12
	<i>Total acréscimos e diferimentos</i>	47.408.407,96	60.141.099,67
	TOTAL DO PASSIVO	141.131.710,77	175.848.917,69
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	112.140.462,26	157.476.891,61

Dr.
Maria
P.
S.
J.

7.3 Demonstração de resultados por natureza - Custos e Perdas

Quadro 117 – Custos e Perdas

CONTAS	CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS	
	2017		2016	
61 Custos Merc. Vend. M. Cons.:				
612 Mercadorias	0,00		0,00	
616 Matérias de Consumo	12 945 316,94	12 945 316,94	12 465 744,50	12 465 744,50
62 Fornecim e Serviços Externos		31 797 451,18		33 426 277,79
64 Custos com Pessoal				
641 Remuner. órgãos directivos	353 958,19		241 009,30	
642 Remuner. base de pessoal	46 612 731,68		42 461 497,53	
643 Pensões	42 428,07		33 354,07	
645 Encargos sobre remuner.	10 172 864,70		9 824 613,39	
646 Seg acid trab do enças profiss	322 718,71		265 249,43	
647 Encargos sociais voluntários	16 885,24		13 527 8,81	
648 Outros custos com o pessoal	152 425,90		179 456,07	
649 Estágios profissionais	96 709,96	57 870 722,45	105 474,98	53 245 933,58
63 Transf corr conc e prest soc		0,00		0,00
66 Amortizações do exercício	3 241 242,10		3 427 462,61	
67 Provisões do exercício	1562 172,37	4 803 414,47	34 440,00	3 461 902,61
65 Outros custos perdas operac.		77 982,75		78 004,78
(A)		106 877 181,79		102 677 863,26
68 Custos e perdas financeiras		63 048,20		20 502,11
(C)		106 940 229,99		102 698 365,37
69 Custos perdas extraordinárias		502 865,25		388 789,37
(E)		107 443 095,24		103 087 154,74
86 Imposto s/rend. do exercício		60 285,21		58 281,95
(G)		107 503 380,45		103 145 436,69
88 Resultado líquido do exercício		-5 626 158,87		-1524 624,54
		10 187 722,58		10 162 0812,15

7.4 Demonstração de resultados por natureza – Proveitos e Ganhos

Quadro 118 – Proveitos e Ganhos

CONTAS	PROVEITOS E GANHOS			
	EXERCÍCIOS			
	2017	2016		
71 Vendas e Prestação de Serviços				
711 Vendas	0,00		0,00	
712 Prestações de Serviços	98.390.941,21	98.390.941,21	97.143.759,87	97.143.759,87
72 Impostos, taxas e outros		27.286,20		39.287,53
75 Trabalhos p/ própria instituição		0,00		0,00
73 Proveitos suplementares		213.232,91		184.336,26
74 Transf. Subsid. Corrent. Obtidos				
741 Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
742 Transferências correntes obtidas	0,00		0,00	
743 Subsid. Cor. obt. out. entes púb.	70.987,41		91.146,44	
749 Dé outras entidades	0,00	70.987,41	0,00	91.146,44
76 Outros prov./ganhos operacion.		1.162.611,97		1796.294,92
(B)		99.865.059,70		99.254.825,02
78 Proveitos e ganhos financeiros		13.184,09		23.687,10
(D)		99.878.243,79		99.278.512,12
79 Proveitos e ganhos extraordinários		1998.977,79		2.342.300,03
(F)		101877.221,58		101620.812,15
RESUMO	2017		2016	
RESULTADOS OPERACIONAIS	-7.012.122,09		-3.423.038,24	
RESULTADOS FINANCEIROS	-49.864,11		3.184,99	
RESULTADOS CORRENTES	-7.061.986,20		-3.419.853,25	
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	1496.112,54		1953.510,66	
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-5.565.873,66		-1.466.342,59	
IMPOSTOS / RENDIMENTO EXERCÍCIO	60.285,21		58.281,95	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-5.626.158,87		-1.524.624,54	

R. Moura
B. Soeiro
J. T.

7.5 Demonstração de resultados por funções

Quadro 119 – Demonstração de Resultados por Funções

Designação	2017	2016
Vendas e Prestações de Serviços	98.390.941,21	97.143.759,87
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	93.754.525,18	91.127.609,04
Resultado Bruto	4.636.416,03	6.016.150,83
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	3.290.996,40	4.451.635,47
Custos de Distribuição	0,00	0,00
Custos Administrativos:	-8.241.259,39	-8.010.346,83
Outros Custos e Perdas Operacionais	-4.952.210,22	-3.612.432,85
Resultados Operacionais	-5.266.057,18	-1.154.993,38
Custo Líquido do Financiamento	-49.864,11	3.180,96
Ganhos em outros Investimentos	0,00	4,03
Resultados não usuais	-249.952,37	-314.534,20
Resultados Correntes	-5.565.873,66	-1.466.342,59
Proveitos e Ganhos Extraordinários	0,00	0,00
Custos e Perdas Extraordinários	0,00	0,00
Resultados Antes de Impostos	-5.565.873,66	-1.466.342,59
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	60.285,21	58.281,95
Resultados Líquidos	-5.626.158,87	-1.524.624,54

7.6 Demonstração de fluxos de caixa

Quadro 120 – Demonstração de Fluxos de Caixa

CONTAS	EXERCÍCIOS	
	2017	2016
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
- Recebimentos de clientes	99.421.073,24	96.020.932,58
- Pagamentos a fornecedores	40.975.999,86	45.669.754,70
- Pagamento ao pessoal	58.155.038,33	42.373.732,21
Fluxo gerado pelas operações:	290.035,05	7.977.445,67
- Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
- Outros recebimentos/pagamentos relativos a act. operacional	-374.767,52	-7.867.738,51
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias:	-84.732,47	109.707,16
- Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	4,03	1836,20
- Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	80,00	36.340,78
	-75,97	-34.504,58
FLUXO DE ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1):	-84.808,44	75.202,58
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	0,00	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Subsídios de investimento	585.223,37	3.783.729,79
Adiantamentos a fornecedores de Imobilizado	0,00	0,00
	585.223,37	3.783.729,79
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	1.925.46,18	1099.170,99
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
Imobilizações em Curso	0,00	557.389,02
Transferência de capital	0,00	0,00
	1.925.46,18	1.656.560,01
FLUXO DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2):	-607.322,81	2.127.169,78
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital	0,00	0,00
Subsídios e doações	0,00	0,00
	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Juros e custos similares	35.277,58	380.867,05
Subsídios e transferências correntes	0,00	0,00
	35.277,58	380.867,05
FLUXO DE ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3):	-35.277,58	-380.867,05
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-727.408,83	1821505,31
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	3.147.810,76	1326.305,45
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	2.420.401,93	3.147.810,76



7.7 Fluxos financeiros

Quadro 121 – Fluxos Financeiros – Receita

RECEITA		31-12-2017		
CONTAS A DÉBITO		VALORES		
Código	Designação	Cobrados	A cobrar	Total
	- Caixa	19.375,30 €		19.375,30 €
	- Depósitos	3.128.435,46 €		3.128.435,46 €
	I - SALDO INICIAL:	3.147.810,76 €		3.147.810,76 €
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €
219	Adiantamentos de clientes	15.707.679,19 €	0,00 €	15.707.679,19 €
229	Adiantamentos a fornecedores	494.709,25 €	61288,03 €	555.997,28 €
24	Estado e outros entes públicos	16.386.405,29 €	265.959,90 €	16.652.365,19 €
261	Adiantamentos a fornec. de imobilizado	10.1200,00 €	0,00 €	10.1200,00 €
262	Adiantamentos ao pessoal	382.578,88 €	0,00 €	382.578,88 €
263	Sindicatos	95.426,07 €	0,00 €	95.426,07 €
264	Regularização de dívida por ordem Tesouro	0,00 €	0,00 €	0,00 €
268	Devedores e credores diversos	961.343,49 €	12.172.94,34 €	2.178.637,83 €
	Total receitas fundos alheios	134.129.342,17 €	1.544.542,27 €	135.673.884,44 €
2745	Subsídios de investimento	-1943.58100 €	0,00 €	-1943.58100 €
51	Fundo patrimonial (capital social)	0,00 €	13.642.764,00 €	13.642.764,00 €
576	Doações	0,00 €	0,00 €	0,00 €
711	Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
712	Prestações de serviços	-16.114.609,00 €	114.505.550,21 €	98.390.941,21 €
72	Impostos e taxas	27.286,20 €	0,00 €	27.286,20 €
73	Proveitos suplementares	170.822,15 €	42.410,76 €	213.232,91 €
742	Transferências correntes obtidas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
743	Subs correntes obtidas-Outros entes públ.	70.987,41 €	0,00 €	70.987,41 €
749	Subs correntes obtidas-De outras entidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €
76	Outros prov. e ganhos operacionais	108.717.038,01 €	-107.554.426,04 €	11.162.611,97 €
78	Proveitos e ganhos financeiros	13.184,09 €	0,00 €	13.184,09 €
792/3/4/5/8	Proveitos e ganhos extraordinários	4,03 €	1998.973,76 €	1998.977,79 €
	Total dos proveitos do exercício	92.884.712,89 €	22.635.272,69 €	115.519.985,58 €
	II - RECEITAS DO EXERCÍCIO:	225.070.474,06 €	24.179.814,96 €	249.250.289,02 €
797	Correcções relat. exerc. anteriores	18.000.633,35 €	-18.000.633,35 €	0,00 €
	III - RECEITAS EXERC. ANTERIORES:	18.000.633,35 €	-18.000.633,35 €	0,00 €
	TOTAL GERAL	246.218.918,17 €	6.179.181,61 €	252.398.099,78 €

Quadro 122 – Fluxos Financeiros – Despesa

DESPESA		31-12-2017		
CONTAS A CRÉDITO		VALORES		
Código	Designação	Pagos	A pagar	Total
29	Adiantamento de clientes	28.246.211,46	47.303.79,82 €	75.549.300,98 €
229	Adiantamento a fornecedores	565.987,96 €	0,00 €	565.987,96 €
24	Estado e outros entes públicos	1.339.25,97 €	2.269.45,84 €	3.608.635,81 €
261	Adiantamentos a fornecedores imobilizado	10.200,00 €	799.276,65 €	900.476,65 €
262	Adiantamentos ao pessoal	7.139,83 €	5.172,77 €	12.312,60 €
263	Sindicatos	55.504,16 €	8.092,73 €	63.596,89 €
268	Devedores e credores diversos	972.653,26 €	26.711,94,16 €	27.683.847,36 €
Total despesa fundos alheios		146.382.123,83 €	77.142.882,92 €	223.525.006,75 €
23	Empréstimos obtidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
272	Custos diretos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3151	Produtos farmacêuticos	7.961.62,97 €	170.573,90 €	9.666.736,87 €
3152	Material de consumo clínico	3.045.485,04 €	367.073,03 €	3.412.558,07 €
3153	Produtos alimentares	5.887,24 €	-1.855,73 €	34.027,51 €
3154	Material de consumo hotelero	22.139,80 €	-5.712,00 €	25.682,80 €
3155	Material de consumo administrativo	10.951,52 €	9.160,43 €	122.119,95 €
3156	Material manutenção/conservação	82.957,17 €	9.615,34 €	92.570,51 €
3159	Outro material consumo	1180 €	0,00 €	1180 €
Total de compras		11.439.849,54 €	2.083.849,77 €	13.523.699,31 €
42	Imobilizações corpóreas	1.192.546,16 €	-1.1287,77 €	1.181.258,41 €
43	Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44	Imobilizações em curso	0,00 €	82.251,33 €	82.251,33 €
Total de imobilizações		1.192.546,16 €	70.963,56 €	1.263.509,74 €
6211	Assistência ambulatória	975,46 €	706,80 €	1681,96 €
6212	Meios Complementares Diagnóstico	45.48.052,54 €	673.546,97 €	5.221.599,51 €
6213	Meios Complementares Terapêutica	153.633,38 €	2.524.605,03 €	3.719.238,41 €
6215	Internamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
6216	Transporte de doentes	1678.59,21 €	15.440,38 €	2.053.953,59 €
6216	Trebalhos executados no exterior	6.869.74,16 €	1583.734,31 €	8.473.448,44 €
Total de subcontratos		14.510.888,40 €	4.958.033,51 €	19.468.921,91 €
6221	Fornecimentos e serviços externos	11953.644,36 €	-240.821,06 €	11.710.821,27 €
63	Transferências concursos e prestações sociais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
641	Remuneração dos órgãos directivos	264.371,04 €	55.586,69 €	319.957,73 €
6421	Remunerações base do pessoal	27.474.81,60 €	2.700.770,29 €	30.175.588,89 €
6422	Suplementos de remunerações	10.646.999,27 €	400.195,52 €	11.050.195,19 €
6423	Prestações sociais directas	60.841,99 €	0,00 €	60.841,99 €
6424	Subsídio de férias e natal	2.950.033,41 €	2.376.072,20 €	5.326.105,61 €
643	Pensões	42.428,07 €	0,00 €	42.428,07 €
645	Encargos sobre remunerações	5.357.791,20 €	8.6.073,50 €	10.172.864,70 €
646	Seguros de acidentes no trabalho	293.521,65 €	29.497,06 €	322.718,71 €
647	Encargos sociais voluntários	10.445,32 €	6.439,97 €	16.885,24 €
648	Outros custos com pessoal	323.800,65 €	-7.137,47 €	52.425,90 €
6491	Bolsa de Estágio/Subsídio de Refeição	93.209,06 €	0,00 €	93.209,06 €
6492	Seguros	0,00 €	3.500,00 €	3.500,00 €
Total de despesas com pessoal		51.651.261,62 €	6.219.460,83 €	57.870.722,45 €
65	Outros custos e perdas operacionais	80.28,99 €	-2.236,24 €	77.982,75 €
698	Custos e perdas financeiras	35.277,58 €	27.770,62 €	63.048,20 €
6991	Transferências de capital concedidas	0,00 €	0,00 €	0,00 €
6993	Perdas em existências	0,00 €	432.052,25 €	432.052,25 €
6995	Multas e penalidades	743,00 €	-10,00 €	733,00 €
6998	Outras custos e perdas extraordinárias	60,00 €	70.000,00 €	70.060,00 €
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO:		237.246.633,49 €	90.759.946,14 €	328.006.579,63 €
69764	C.R.E.A - Despesas com pessoal	6.432.438,58 €	-6.432.438,58 €	0,00 €
697	C.R.E.A - Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
V - DESPESAS EXERCÃ ANTERIORES:		6.432.438,58 €	-6.432.438,58 €	0,00 €
Cava		7.210,30 €		7.210,30 €
Depósitos		2.419.276,63 €		2.419.276,63 €
VI - SALDO FINAL		2.420.401,93 €		2.420.401,93 €
TOTAL GERAL		246.099.474,00 €	84.327.507,56 €	330.426.981,56 €

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Dr. Maria G. S. G.", is positioned vertically along the right margin of the page.

7.8 Execução orçamental - Custos

Quadro 123 – Execução Orçamental - Custos

Execução Orçamental - Custos	Executado 2017	Orcamentado 2017	Δ% Executado / Orcamentado
6161-Produtos Farmacêuticos	9.285.098,97	8.476.746,00	9,54%
6162-Material consumo clínico	3.161.801,82	3.174.437,00	-0,40%
6163-Produtos alimentares	11.839,60	12.437,00	-4,80%
6164-Material consumo hoteleiro	226.669,55	242.859,00	-6,67%
6165-Material consumo administrativo	123.129,50	128.24,00	-3,90%
6166-Material manutenção e conservação	136.777,50	916.510,00	49,24%
6169-Outro material de consumo	0,00	20,00	-100,00%
61-C M V M C	12.945.316,94	12.126.274,00	6,75%
6211-Assistência ambulatória	168.196	2.173,00	-22,60%
6212-Materiais complementares diagnóstico	5.221.599,51	4.977.499,00	4,90%
6213-Materiais complementares terapêutica	3.718.238,41	3.152.640,00	17,94%
6216-Transporte de doentes	2.053.953,59	2.019.636,00	1,70%
6218-Trabalhos executados no exterior	8.473.448,44	6.319.934,00	34,07%
621-Subcontratos	19.468.921,91	16.471.882,00	18,19%
6221-Fornecimentos e serviços I	2.563.156,50	2.599.014,43	-138%
6222-Fornecimentos e serviços II	809.133,80	775.317,38	4,37%
6223-Fornecimentos e serviços III	8.319.716,50	8.122.349,36	2,43%
6229-Outros fornecimentos e serviços	18.764,47	19.420,00	-3,38%
622-Fornecimentos e serviços	11.710.823,27	11.516.101,17	1,69%
641-Remunerações dos órgãos sociais	353.958,19	249.751,00	41,72%
6421-Remunerações base do pessoal	30.175.588,89	30.665.267,00	-160%
6422-Suplementos de remunerações	11.050.195,19	8.753.819,00	26,23%
6423-Prestações sociais directas	60.841,99	75.105,00	-18,99%
6424-Subsídios ferias e Natal (com acréscimo custos Subs. Férias e Natal (Acordão TC 187/2013))	5.326.105,61	5.269.160,00	1,08%
643-Pensões	42.428,07	92.126,00	-53,95%
645-Encargos sobre remunerações (com acréscimo custos com Encargos sobre remunerações (Acordão TC 187/2013))	10.172.864,70	10.602.991,00	-4,06%
646-Seguros de acid. trab. e doenças profissionais	322.718,71	495.000,00	-34,80%
647-Encargos sociais voluntários	116.885,24	176.153,00	-33,65%
648-Outros custos com pessoal	152.425,90	222.741,00	-31,57%
649-Estágios Profissionais	96.709,96	100.964,00	-4,21%
64-Custos com o pessoal	57.870.722,45	56.703.067,00	2,06%
65-Outros custos e perdas operacionais	77.982,75	63.141,00	23,51%
66-Amortizações do exercício	3.241.242,10	0,00	
67-Provisões do exercício	1.562.172,37	0,00	
68-Custos e perdas financeiras	63.048,20	15.896,00	296,63%
69-Custos e perdas extraordinários	502.865,25	21.497,00	
TOTAL Geral	107.443.095,24	96.917.858,17	10,86%

7.9 Execução orçamental - Proveitos

Quadro 124 – Execução Orçamental - Proveitos

Execução Orçamental - Proveitos	Executado 2017	Orçamento 2017	Δ% Executado / Orçamento
711-Vendas	0,00	0,00	
71218 - SNS Contrato Programa	93.224.544,86	82.707.156,00	12,72%
712184-Plano de Convergência	0,00	0,00	
712185-Valor Capitacional	0,00	0,00	
71221-Internamento - Outras Ent Resp	790.106,92	587.743,00	34,43%
71222-Consulta - Outras Ent Resp	135.772,24	161.114,00	-15,73%
71223-Urgência/SAP - Outras Ent Resp	638.941,30	577.516,00	10,62%
71226-MCDT - Outras Ent Resp	276.358,66	193.504,00	42,82%
71227-Taxas moderadoras - Outras Ent Resp	2.380.515,20	1930.411,00	23,32%
71228-Outras Prest.Serviços de Saúde - Outras Ent Resp	662.578,14	1356.497,00	-51,16%
71229-Outras prestações de serviços - Outras Ent Resp	282.123,89	19.428,00	136,23%
71-Vendas e prestações de serviços	98.390.941,21	87.633.469,00	12,28%
72-Impostos e taxas	27.286,20	39.659,00	-31,20%
73-Proveitos suplementares	213.232,91	193.811,00	10,02%
742-Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	
7423-Do FSE	0,00	0,00	
743-Sub.correntes obtidos-Outros entes públicos	70.987,41	37.005,00	9183%
74-Transf. e subsídios correntes obtidos	70.987,41	37.005,00	91,83%
761-outros proveitos operacionais-outras prestações	223.406,33	877.576,00	-74,54%
762 - Reembolsos	939.090,82	232.587,00	303,76%
763 a 769 - Outros	114,82	232,00	-50,51%
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	1.162.611,97	1.110.395,00	4,70%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	13.184,09	26.287,00	-49,85%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	1.998.977,79	1.945.266,00	
TOTAL GERAL	101.877.221,58	90.985.892,00	11,97%

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Zé Nuno", is placed here.

Parte VIII

**ANEXO AO BALANÇO E À
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

Exercício a que se reporta: 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017

A
Maria
B
S
L
69

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota introdutória:

À data do fecho de contas de 2017, e conforme referido nos anteriores Relatórios de Gestão de 2008 (3 meses) até 2016, inclusive, ainda não tinham sido considerados na Consolidação de Contas da ULSG, os saldos iniciais dos ativos e passivos existentes nos Centros de Saúde à data da criação desta ULS, através do Decreto-lei nº183/2008 de 4 de Setembro, retificado pelo Decreto-lei 12/2009 de 12 de Janeiro, tendo integrado o Hospital Sousa Martins (Guarda), Hospital Nossa Senhora de Assunção (Seia) e de 12 Centros de Saúde do distrito da Guarda (Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Sabugal, Guarda, Gouveia, Manteigas, Meda, Pinhel, Trancoso e Seia), que pertenciam à Sub-Região da Guarda da Administração Regional Saúde do Centro, I.P.

Pelo Decreto-Lei nº59/2014 de 16/04, passou a ULSG a assumir as atribuições e competências no que se refere à prestação de cuidados de saúde à população do concelho de Vila Nova de Foz Côa, prestados pelo Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa.

A ULSG, rege-se pelos estatutos constantes do Anexo do decreto-lei supra referido e pelo seu regulamento interno, homologado pelo Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do centro, I.P. a 24/09/2015 e ainda, por demais legislação e normas em vigor que não contrariem o decreto-lei referido.

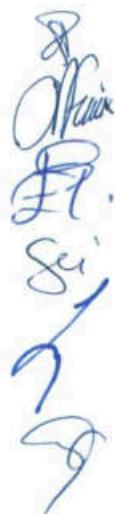
Assim, e desde 01 de Outubro de 2008, a ULS da Guarda, EPE é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com o número de contribuinte de pessoa coletiva 508752000 e com sede na Av. Rainha D. Amélia, S/N, 6301-857 Guarda.

O seu objeto social consiste na prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ela hajam contratualizado a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral, bem como assegurar as atividades de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica por ela abrangida.

Desenvolve atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis a esta Unidade Local de Saúde, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.



Os valores monetários nas notas e quadros que se seguem são expressos em Euros, como unidade monetária.

Nota 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Na sequência do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro nº1265/2017 de 29 de dezembro foi contabilizada em 2017 a 7ªsubscrição de aumento de capital estatutário no valor de 13.642.764,00€, cujo movimento financeiro foi realizado a 05/01/2018.

Assim sendo, o Património da entidade EPE é composto pelo capital estatutário de constituição a 01/10/2008 e pelos aumentos verificados em 2009, 2010, 2014 e em 2017.

Quadro 125 – Aumentos de capital

ANO	2008	2009	2010	2014	2015	2016	2017
AUMENTOS	2.981.000,00 €	7.896.236,00 €	3.000.000,00 €	12.700.000,00 €	0,00 €	0,00 €	13.642.764,00 €
CAPITAL ESTATUTÁRIO	2.981.000,00 €	10.877.236,00 €	13.877.236,00 €	26.577.236,00 €	26.577.236,00 €	26.577.236,00 €	40.220.000,00 €

Nota 2 – Comparabilidade com o exercício anterior

Os valores descritos reportam-se ao oitavo exercício de atividade coincidente com o ano civil, de 01 de Janeiro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, sendo possível efetuar uma comparabilidade como exercício completo em relação ao ano transato.

Em 2015, nos termos do Despacho 1507/2014 da Secretaria de Estado do Tesouro, de 16 de Janeiro foi adotado pelas entidades públicas empresariais da área da saúde o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Pese embora, a sua adoção foi limitada, nomeadamente em sede de sistemas informáticos, uma vez que o registo manteve-se baseado em contas POCMS (Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde), à exceção das contas 697 e 797 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores que se encontram indisponíveis, com a posterior correspondência em termos de SNC.

Em virtude do atraso na adaptação dos sistemas operativos necessários à apresentação das contas, pelo Despacho 3016-A/2015, de 23 de Março da Secretaria de Estado do Tesouro foi alargado o prazo para a aplicação do SNC, situação que se manteve em 2017, pelo que as contas são comparáveis com as apresentadas no exercício anterior.

Nota 3 - Critérios de valorimetria utilizados e métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., mantidos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

Os principais critérios valorimétricos utilizados foram os seguintes:

- Imobilizações incorpóreas

Estas são registadas pelo respetivo custo de aquisição amortizadas pelo método quotas constantes e de acordo com as taxas máximas aplicáveis na legislação fiscal.

- Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo histórico atribuído o custo de aquisição de acordo com a informação encontrada nas faturas.

As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas previstas nas tabelas I e II anexas à portaria nº737/81, de 29 de Agosto com as alterações introduzidas pela Portaria 991/81, de 29 de Dezembro e nº85/88 de 9 de Fevereiro, no Decreto Regulamentar nº2/90 de 12 de Janeiro, e no Decreto Regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro.

Conforme já referido nos relatórios de exercícios anteriores, o Imobilizado existente nos Centros de Saúde que integram a ULS da Guarda, EPE ainda não está refletido no Balanço, dado que a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., à data de encerramento das contas do presente exercício, ainda não encerrou as contas respetivas dos Centros de Saúde reportadas a 30/09/2008.

- Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, considerando o custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados para colocar em armazém. O método de custeio de saídas equivalente a consumos utilizado é o custo médio ponderado.

- Especialização dos exercícios

A empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercício pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.



Nota 7 - Número de efetivos de Pessoal**Quadro 126 – Número de efetivos de Pessoal**

GRUPO PROFISSIONAL	Contrato de Trabalho em Funções Públicas (CTFP)		Contrato Individual de Trabalho, ao abrigo do Código do Trabalho	
	2017	2016	2017	2016
Conselhos de Administração	4	3	2	1
Pessoal Dirigente	2	2	1	2
Pessoal Médico	189	189	79	67
Pessoal Técnico Superior de Saúde	11	12	15	16
Técnico Superior	13	13	35	22
Pessoal Docente	1	1	0	0
Pessoal de Informática	9	9	2	2
Pessoal de Enfermagem	432	435	276	232
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	67	67	59	48
Assistente Técnico	146	149	71	33
Assistente Operacional	263	273	246	142
Outro Pessoal	1	2	0	0
TOTAL	1.138	1.155	786	565

O número de colaboradores da ULSG a 31 de Dezembro de 2017 era de 1.924 dos quais 1.138 com vínculo à função pública, valor este abaixo dos existentes a 31 de Dezembro de 2016 (1.155 colaboradores). No entanto, verificou-se um acréscimo de 221 colaboradores com contrato de trabalho a termo certo e incerto, dos quais 154 estavam com contrato de prestação de serviços a 31 de Dezembro de 2016.

Nota 9 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento

O saldo da conta 431 – Despesas de Instalação, transitou do Hospital Nossa Senhora Assunção de Seia, encontrando-se totalmente amortizado. O seu desreconhecimento foi efetuado no exercício de 2015.

O saldo da conta Despesas de Investigação e Desenvolvimento diz respeito à Certificação de Acreditação do Laboratório Saúde Pública pertencente a esta Unidade Local de Saúde concedida pelo Instituto Português de Acreditação a 31/12/2011.

Nota 10 – Ativo Imobilizado

Quadro 127 – Ativo Imobilizado

Cód	CONTAS Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Ajustamentos	Transf. e abates	Saldo Final
De imobilizações incorpóreas							
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas Inv. e Desenvolvimento	22.526,09 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22.526,09 €
443	Imobilizações em curso	11.797,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11.797,50 €
		34.323,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	34.323,59 €
De imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	14.756,60,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	14.756,60,05 €
422	Edifícios e outras construções	61.083.485,57 €	26.626,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	61.210.111,64 €
423	Equipamento básico	20.173.672,35 €	307.460,01 €	0,00 €	0,00 €	-2.492,90 €	20.478.639,46 €
424	Equipamento de transporte	238.174,37 €	30.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	268.174,37 €
425	Ferramentas e utensílios	55.604,95 €	499,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	56.104,32 €
426	Equip. administr. e informático	6.274.12,92 €	7.114,88,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.985.601,20 €
427	Taras e vasilhame	350,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	350,16 €
429	Outras imobilizações corpóreas	671.199,45 €	5.184,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	676.384,03 €
442	Imobilizações em curso	3.289.040,53 €	82.251,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.371.291,86 €
		93.261.256,35 €	1.263.509,74 €	0,00 €	0,00 €	-2.492,90 €	94.522.273,19 €
	Total Geral:	93.295.579,94 €	1.263.509,74 €	0,00 €	0,00 €	-2.492,90 €	94.556.596,78 €

Amortizações

Quadro 128 – Amortizações

Código	CONTAS Designação	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
De imobilizações incorpóreas					
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas Inv. e Desenvolvimento	22.526,09 €	0,00 €	0,00 €	22.526,09 €
		22.526,09 €	0,00 €	0,00 €	22.526,09 €
De imobilizações corpóreas					
4822	Edifícios e outras construções	6.174.125,98 €	1639.302,49 €	0,00 €	7.813.428,47 €
4823	Equipamento básico	14.588.405,67 €	1272.609,18 €	-2.492,90 €	15.858.521,95 €
4824	Equipamento de transporte	197.338,39 €	20.591,75 €	0,00 €	217.930,14 €
4825	Ferramentas e utensílios	55.575,43 €	528,89 €	0,00 €	56.104,32 €
4826	Equip. administr. e informático	5.603.217,71 €	294.652,80 €	0,00 €	5.897.870,51 €
4827	Taras e vasilhame	350,16 €	0,00 €	0,00 €	350,16 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	548.485,57 €	13.556,99 €	0,00 €	562.042,56 €
		27.167.498,91 €	3.241.242,10 €	-2.492,90 €	30.406.248,11 €
	Total Geral	27.190.025,00 €	3.241.242,10 €	-2.492,90 €	30.428.774,20 €

À data do fecho de contas de 2017 da ULS da Guarda, EPE, o processo de inventariação e reconciliação contabilística do imobilizado ainda não tinha sido concluído.

Nota 13 - Bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Quadro 129 – Bens em regime de locação financeira

DESIGNAÇÃO	Valor Aquisição	Ínicio Contrato	Termo Contrato	Entidade Locadora	Valor Contabilístico
2 Viaturas	31090,00 €	08/2016	08/2019	Banco Santander Totta, S.A.	12.344,53 €
2 Viaturas	29.898,35 €	09/2016	09/2020	Banco Santander Totta, S.A.	18.063,51 €

Nota 14 - Imobilizações Corpóreas e em curso

Todas as imobilizações estão afetas à atividade desta Unidade Local de Saúde. O Hospital de Nossa Senhora de Assunção em Seia, bem como a Unidade Saúde Familiar A Ribeirinha e o Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa encontram-se instalados em edifícios que são propriedade da Santa Casa da Misericórdia dos respetivos concelhos.

Nota 23 - Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2017 existiam dívidas de cobrança duvidosa no valor de 714.102,43€, correspondentes às seguintes rubricas:

- Subsistemas: 16.778,59€;
- Companhias de Seguros: 435.209,81€;
- Outros Clientes: 251.271,59€;
- Utentes: 10.842,44€.

Nota 25 - Dívidas ativas e passivas ao pessoal

No final do exercício de 2017, a ULSG apresentava o valor de 51.723,77€ na rubrica Remunerações a pagar ao pessoal, correspondentes às seguintes rubricas:

- Adiantamentos a pessoal: (1.806,47€);
- Outras operações com o pessoal: (49.917,30€).

Nota 34 – Provisões Acumuladas

Quadro 130 – Provisões acumuladas

RUBRICA Código	Designação	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações tesouraria	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
291	Provisões para cobrança duvidosa	703.302,43 €	10.800,00 €	0,00 €	714.102,43 €
292	Provisões para riscos e encargos	668.749,92 €	1.551.372,37 €	663.131,50 €	1.556.990,79 €
39	Provisões para depreciação existências	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
49	Provisões p/ investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total Geral		1.372.052,35 €	1.562.172,37 €	663.131,50 €	2.271.093,22 €

No período observou-se um aumento de provisão para cobrança duvidosa no valor de 10.800,00€, face ao período homólogo anterior.

Nas provisões para riscos e encargos verificou-se:

- Um aumento no valor de 1.551.372,37€, dos quais 1.261.372,36€ referem-se a processos jurídicos existentes em contencioso instaurados entre 2010 e 2016, cujo valor remanescente corresponde a processos instaurados em 2017, sendo considerados como responsabilidades contingentes no exercício de 2017;
- Uma diminuição no valor de 567.500,86€, cuja regularização foi efetuada no exercício de 2017, no âmbito de processos jurídicos existentes em contencioso que foram consideradas como responsabilidades contingentes em 2015.

Nota 35 – Movimentos registados no Fundo Patrimonial

Quadro 131 – Movimentos Fundo Patrimonial

Código	RUBRICA	SALDO	MOVIMENTOS		SALDO
		INICIAL	Aumentos	Diminuições	
51 Capital Estatutário		26.577.236,00 €	13.642.764,00 €	0,00 €	40.220.000,00 €
571 Reservas Legais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
574 Reservas de Livres		-1.521.018,20 €	0,00 €	0,00 €	-1.521.018,20 €
575 Subsídios		2.133.205,13 €	0,00 €	0,00 €	2.133.205,13 €
576 Doações		862.460,51 €	0,00 €	0,00 €	862.460,51 €
577 Reservas decorrentes transf de activos		4.612.305,53 €	0,00 €	0,00 €	4.612.305,53 €
59 Resultados Transitados		-49.511.590,51 €	10.031.915,16 €	30.191.843,61 €	-69.672.042,61 €
88 Resultado Líquido Exercício		-1.524.624,54 €	1.524.624,54 €	5.626.158,87 €	-5.626.158,87 €
Total do Capital Próprio		-18.372.026,08 €	25.198.780,05 €	35.818.002,48 €	-28.991.248,51 €

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº140/2008 publicado no Diário da República 1ªsérie nº180 de 17 de Setembro 2008, foi efetuado a subscrição por aumento de capital em 2017 no valor de 13.642.764,00€, estando em falta à data o respectivo registo na Conservatória do Registo

Comercial bem como do aumento de capital estatutário ocorrido em 2014. Está previsto nesta Resolução a subscrição do Capital Estatutário para a ULS Guarda no montante global de 48.010.000,00€, estando por realizar o valor de 7.790.000,00€.

Nota 41 - Demonstração dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Quadro 132 – CMVMC

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais		1851542,00 €
Compras		13.523.699,31€
Regularização de existências		-250.752,37 €
Existências finais		2.179.172,00 €
Custos no exercício	0,00 €	12.945.316,94 €

Nota 44 – Repartição do valor líquido das vendas e prestações de serviços

Em função do modelo de financiamento instituído para 2017, as "Prestações de serviços" são essencialmente justificadas pelo valor capitacional (valor per capita da população residente) previsto no Contrato Programa de 30/12/2016.

Quadro 133 – Vendas

Vendas	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas			0,00 €
Prestações de serviços			
SNS Programas verticais	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Plano de convergência	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Valor Capitacional	93.224.544,86 €	0,00 €	93.224.544,86 €
Outras Prest. serviços (ACSS)	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Internamento	790.106,92 €	0,00 €	790.106,92 €
Consulta	135.772,24 €	0,00 €	135.772,24 €
Urgência / SAP	638.941,30 €	0,00 €	638.941,30 €
Meios Complém.Diag. e Terap.	276.358,66 €	0,00 €	276.358,66 €
Taxas Moderadoras	2.380.515,20 €	0,00 €	2.380.515,20 €
Outras Prest. Serviço de Saúde	662.578,14 €	0,00 €	662.578,14 €
Outras Prestações de Serviços	282.123,89 €	0,00 €	282.123,89 €
	98.390.941,21 €	0,00 €	98.390.941,21 €
Total	98.390.941,21 €	0,00 €	98.390.941,21 €

Nota 45 – Demonstração dos resultados financeiros

Quadro 134 – Demonstração de Resultados Financeiros

Custos e Perdas		Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cód	Designação	2017	2016	Cód	Designação	2017	2016
681	Juros suportados	42.095,63 €	14.937,63 €	781	Juros obtidos	0,00 €	3.63 €
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00 €	0,00 €	783	Rendimentos de imóveis	0,00 €	0,00 €
684	Provisões p/aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	785	Diferenças de câmbio favoráveis	1380,83 €	389,11 €
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	177,09 €	177,81 €	786	Descontos p/pagamento obtidos	11803,26 €	23.293,96 €
687	Perdas na alienação de aplicação de tesouraria	0,00 €	0,00 €	787	Ganhos na alienação de aplicações tesouraria	0,00 €	0,00 €
688	Outros custos e perdas financeiras	20.785,48 €	5.386,57 €	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00 €	0,40 €
Resultados financeiros (+/-)		-49.864,11 €	3.184,99 €				
		13.184,09 €	23.687,10 €				

Nota 46 – Demonstração dos resultados extraordinários

Quadro 135 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Custos e Perdas		Exercícios		Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cód	Designação	2017	2016	Cód	Designação	2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	0,00 €	0,00 €	792	Recuperação de dívidas	0,00 €	0,00 €
692	Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €	793	Ganhos em existências	181299,89 €	1729,71 €
693	Perdas em existências	432.052,25 €	31114,33 €	794	Ganhos em imobilizações	0,00 €	0,00 €
694	Perdas em imobilizações	0,00 €	5.499,58 €	795	Benefícios e penalidades contratuais	800,00 €	0,00 €
695	Multas e penalidades	733,00 €	1309,47 €	796	Reduções de amortizações provisões	0,00 €	0,00 €
696	Aumentos amortizações e provisões	0,00 €	0,00 €	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00 €	0,00 €
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00 €	0,00 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	18.687,91 €	2.340.570,32 €
698	Outros custos e perdas extraordinárias	70.080,00 €	7125,99 €				
Resultados extraordinários (+/-)		1.496.112,54 €	1.963.610,66 €				
		1.998.977,79 €	2.342.300,03 €				

Nota 48 – Outras informações consideradas relevantes

a) Acréscimos e Diferimentos

Os acréscimos de proveitos reconhecidos no final do exercício reportam-se à especialização da produção, cujos principais valores são:

- À ACSS, no montante de 17.860.082,80€, cujo valor inclui prestações de serviços realizados no ano de 2017 no âmbito dos Acordos Internacionais o valor de 1.358.400,00€;
- A Outras Entidades no montante de 3.799,47€, referente a notas de crédito emitidas por fornecedores com data de 2017, mas respeitantes a faturas cujo débito ocorreu em 2016.

Na rubrica acréscimos de custos foram reconhecidos no exercício de 2017:

- O valor correspondente a remunerações com férias e subsídio de férias e respetivos encargos vencidos a 31 de Dezembro de 2017, mas a pagar em 2018, de 5.111.100,83€ e de 1.225.860,84€, respetivamente;
- Como horas extraordinárias, noites e suplementos e respetivos encargos referente a Novembro e Dezembro de 2017, mas a pagar em 2018, o valor de 1.457.330,82€ e de 329.377,11€, respetivamente;
- O valor de 1.495.853,09€ referente a especialização de gastos relativos a fornecimentos e serviços externos.

Os proveitos diferidos incluem principalmente os seguintes subsídios:

- Subsídio ao investimento no âmbito do projeto de Ampliação do Hospital Sousa Martins, no montante de 33.320.243,25€, tendo-se verificado a transferência para a conta Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Transferência de capital obtidos em função da regularização das amortizações efetuadas durante o ano de 2017, no valor de 927.462,75€;
- Subsídio ao investimento no âmbito de aquisição de equipamento, no montante de 2.109.344,51€, tendo-se verificado a transferência para a conta Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Transferência de capital obtidos em função da regularização das amortizações efetuadas durante o ano de 2017, no valor de 614.556,56€;
- Subsídio ao investimento no âmbito do projeto de construção do Centro de Saúde de Figueira Castelo Rodrigo, no montante de 384.560,29€, tendo-se verificado a transferência para a conta Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Transferência de capital obtidos em função da regularização das amortizações efetuadas durante o ano de 2017 no valor de 9.917,47€;
- Subsídio ao investimento no âmbito do projeto de remodelação da Extensão de S. Romão, no montante de 103.994,34€, tendo-se verificado a primeira transferência para a conta Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Transferência de capital obtidos em função da regularização das amortizações efetuadas durante o ano de 2017 no valor de 12.941,08€;
- Subsídio ao investimento no âmbito do projeto Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública, no montante de 225.759,88€, tendo-se verificado a primeira transferência para a conta Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários - Transferência de capital obtidos em função da regularização das amortizações efetuadas durante o ano de 2017 no valor de 56.721,32€.

b) Estimativa de IRC

A ULS da Guarda, EPE encontra-se sujeita a IRC à taxa normal de 21%, a derrama à taxa de 1% e a Tributação autónoma de 5%, 10% e 35%, sobre as despesas de ajudas de custo e de representação, encargos com viaturas ligeiras de passageiros e mistas, respetivamente, tendo contabilizado o correspondente imposto estimado no montante de 60.285,21€.

As taxas de tributação autónoma referidas são elevadas em 10 pontos percentuais quanto aos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE



SNS
SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE

